



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROFESSOR MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA
ININGA – CEP 64.049-550 – TERESINA – PIAUÍ
TELEFONE: (86) 3215-5820 – FAX: (86) 3237-1277

MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA

**JUVENTUDES DA PERIFERIA E EDUCAÇÃO DE PAZ: ações educativas do
Movimento pela Paz na Periferia (MP3) no processo de implantação de políticas
públicas (2000-2012)**

TERESINA – PI
2014

MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA

JUVENTUDES DA PERIFERIA E EDUCAÇÃO DE PAZ: ações educativas do Movimento pela Paz na Periferia (MP3) no processo de implantação de políticas públicas (2000-2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na linha de pesquisa – Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Alves do Bomfim

TERESINA – PI

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S586j Silva, Maria do Socorro Pereira da
Juventudes da periferia e educação de paz [manuscrito] :
ações educativas do Movimento pela Paz na Periferia (MP3) no
processo de implantação de políticas públicas (2000-2012) /
Maria do Socorro Pereira da Silva. – 2014.
172 f.

Cópia de computador (printout)
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Educação, Universidade Federal do Piauí, 2014.
“Orientadora Prof^a. Dra. Maria do Carmo Alves do
Bomfim”

1. Juventudes da Periferia. 2. Parceria. 3. Educação de Paz.
4. Políticas Públicas. I. Título.

CDD 371

MARIA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA

**JUVENTUDES DA PERIFERIA E EDUCAÇÃO DE PAZ: ações educativas do
Movimento pela Paz na Periferia (MP3) no processo de implantação de políticas
públicas (2000-2012)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na linha de pesquisa – Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: Teresina, 25 de Fevereiro de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Alves do Bomfim
Orientadora
Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGE)

Prof.^a Dr.^a Lucineide Barros Medeiros
Avaliadora Externa
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Prof.^a Dr.^a Rosana Evangelista da Cruz
Examinadora Interna
Universidade Federal do Piauí (UFPI/PPGE)

Prof. Dr. Luís Carlos Sales
Suplente
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Juventudes avessas! Na aversão das juventudes futuro, do infinito estado de espírito e de espera. Forjada na sinfonia utópica da periferia, preta, pobre, popular, protagonista. Nas ruas, rupturas, resistências no poema desencontrado do impossível. Juventudes do hoje, do amanhã, de subjetividade sensível, subversora da ordem, quando a ordem é opressora das manhãs de liberdade do sol do Equador. **(SILVA, 2013)**

À minha **mãe Maria Vicente** exemplo de luta,
determinação, amor e esperança. Incansável
mãe de nove filhos/as.

Aos jovens da periferia pelo seu potencial
insurgente na realização do impossível.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela presença silenciosa e amorosa.

À **minha mãe**, todas as homenagens ainda são insuficientes para traduzir o meu amor.

À **minha vizinha**, por contribuir com a minha formação e companhia nos cafés.

Aos **meus irmãos e irmãs**, por fazerem parte da grande família.

Aos **meus sobrinhos e sobrinhas**, por me proporcionarem o amor de mãe.

Ao **Paulo Ramalho**, pelos abraços que revigoram a alma.

À **Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo** (como carinhosamente me refiro), pela sua orientação como forma de partilha e paciência na arte de educar.

À **Prof.^a Dr.^a Lucineide Barros Medeiros**, pela força educativa insurgente.

À **Prof.^a Dr.^a Rosana de Sousa Evangelista**, pela leitura criteriosa de nosso trabalho.

Aos **professores Antônio de Pádua e Shara Jane**, por acreditarem em nossa proposta de estudo.

Aos **professores do PPGEd**, pela valorização dos/as discentes como fonte de conhecimento.

Ao **Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGEI)**, em especial, Daniella, Maria Dolores, Edmara Castro, Jânio Quadros, Adriana de Sousa, Ceiza Souza, pelo compromisso com a pesquisa emancipatória.

Ao **CNPq**, pela bolsa que possibilitou a minha dedicação exclusiva à pesquisa e a contribuir com os estudos da minha irmã Cristini Silva.

Ao **MP3**, escola popular da periferia, um sonho embrionário do impossível.

Aos/às **jovens e educadores/as** do Movimento Pela Paz na Periferia, pela paciência e pelo compromisso ético com a formação dos jovens da periferia.

À **Pastoral de Juventude, FAMCC, MST, RJNE, Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Partido dos Trabalhadores**, escolas de estímulo à insurgência utópica.

Aos **colegas da 20ª turma**, pela troca de experiências e de esperanças.

Aos **amigos/as do Centro Acadêmico de Pedagogia**, Rayça, Hector, Ronny, Mikael, pela luta compartilhada e pela paciência para a construção coletiva.

Aos **amigos/as do Centro Acadêmico de Ciências Sociais**, pela convivência carinhosa.

Aos **alunos/as da disciplina História da Educação do Piauí** (tarde e noite), pela persistência na tarefa de ser professor/a educador/a.

À **amiga Leila Medeiros**, por me fazer acreditar que seria possível esse mestrado.

Aos amigos de caminhada, Juraci Alves, Nayara Juliana, Francisco Sales, Regina Sousa, Zenaide Lustosa, Djan Moreira, James Silva, Joyce Helane, Sérgio Henrique, Tatiane Seixas, José Eduardo pela amizade desprendida.

RESUMO

O presente trabalho investigou a prática educativa realizada pelo Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) em Teresina, em parceria com o Estado do Piauí, no período 2000-2012, tendo como **objetivo geral** a análise das ações educativas realizadas pelo MP3 no processo de promoção da educação de paz da periferia em Teresina, pelos protagonistas desse movimento. E como **objetivos específicos**: a) situar o MP3 no contexto das lutas e propostas de políticas públicas no Brasil e no Piauí; b) aprofundar conhecimentos sobre as ações educativas – Rodas de Cultura *Hip Hop*, Cine Periferia e Inclusão Digital; c) identificar os fundamentos e orientações que contém a proposta de educação de paz da periferia do MP3; d) evidenciar os sentidos atribuídos pelos jovens do MP3 sobre a educação de paz na periferia. Como **questão problematizadora** definiu-se a seguinte indagação: As ações educativas realizadas pelo MP3, em parceria com o Estado, contribuíram para a promoção da educação de paz da periferia? A **abordagem metodológica** escolhida é de natureza qualitativa, de caráter exploratório e analítico, a qual adotou os seguintes procedimentos metodológicos: entrevista semiestruturada, questionário, oficinas temáticas, observação participante, análise documental e grupo focal, com análise de dados por meio do método dialético. Foram envolvidos vinte e três jovens, sendo quinze atendidos pelo MP3 e seis educadores ligados à direção do movimento, além de dois gestores públicos. Os aportes teóricos foram extraídos de estudos de Abramo (2004), Abramovay e Castro (2006, 2008), Bomfim (1991, 2006, 2010), Fazenda (1994, 1995), Frigotto (1994), Gramsci (1978), Guimarães (2005), Medeiros (2010), Melucci (2001, 2005), Sposito (2009, 2010), entre outros. Os resultados evidenciados foram: 1) O MP3 tem papel fundamental nas lutas por políticas públicas para/de/com as juventudes no Piauí; 2) As ações educativas como as rodas de cultura, o cine periferia e a inclusão digital fundamentam a relação de parceria do movimento com o governo do estado do Piauí; 3) O MP3 promove uma educação de paz da periferia que contribui para o cultivo de valores positivos, convivência grupal, protagonismo juvenil, respeito, solidariedade, combate ao uso de drogas, profissionalização, empregabilidade; 4) Existe um compromisso assumido pelas juventudes com o seu processo de emancipação em nível micro e macro; 5) Há necessidade do movimento desenvolver um processo sistemático de reflexão sobre sua prática social e educativa, evitando que a institucionalidade, a formação para profissionalização e empregabilidade esvaziem os sentidos originários do MP3.

Palavras-chave: Juventudes da Periferia. Parceria. Educação de Paz. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study investigated the educational practice carried out by Movement for Peace in the Periphery (MP3) in Teresina, in partnership with the State of Piauí, in the period 2000-2012, having as main objective the analysis of educational activities for MP3 in the promotion process education for peace from the periphery in Teresina, the protagonists of this movement. And how specific objectives: a) placing the MP3 in the context of the struggles and proposals of public policies in Brazil and Piauí; b) increase knowledge of educational activities - Wheels of Hip Hop Culture, Outskirts Cine and Digital Inclusion; c) identify the foundations and guidelines containing the proposed peace education the periphery of the MP3; d) show the reaction of the young MP3 on education for peace in the periphery. How problematical issue defined the following question: Educational activities undertaken by MP3, in partnership with the state, contribute to the promotion of peace education in the periphery? The methodological approach chosen is qualitative, exploratory and analytical character, which has adopted the following instruments: semi-structured interview, questionnaire, thematic workshops, participant observation, document analysis, and focus groups with data analysis by means of the dialectical method. Twenty-three youths were involved, being attended by fifteen MP3 -six educators linked to the direction of motion, as well as two public managers. The theoretical contributions are drawn from studies of Abramo (2004), Abramovay and Castro (2006, 2008), Bomfim (1991, 2006, 2010), Farm (1994, 1995), Frigotto (1994), Gramsci (1978), Guimarães (2005), Medeiros (2010), Melucci (2001, 2005), Sposito (2009, 2010), among others. The results were evident: 1) the MP3 has a fundamental role in the struggles for public policies to / from / with youths in Piauí; 2) The educational activities like the wheels of culture, cinema and digital inclusion periphery underlie the partnership movement with the government of the state of Piauí; 3) MP3 promotes peace education in the periphery contributes to the cultivation of positive values, group living, youth leadership, respect, solidarity, combating drug use, professionalism, employability; 4) There is a commitment by the youths with their emancipation process in micro and macro level; 5) There is need for the movement to develop a systematic process of reflection on their social and educational practice, preventing the institutionalization, professionalization and training for employability empty your senses originating in MP3.

Keywords: Youths Periphery. Partnership. Education for Peace Public Policy

SIGLAS

AJEPI - Associação de Juventude do Estado do Piauí
CCEP – Centro Colegial dos Estudantes Piauienses
CEDJUVE – Conselho Estadual dos Direitos da Juventude do Piauí
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CSU – Centro Social Urbano
CUFA – Central Única de Favela
DCE – Diretório Central dos Estudantes
EFPT – Escola de Formação Paulo de Tarso
EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares
FAMCC – Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí
FBB – Fundação Banco do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JUBS – Jovens Unidos Buscando Solidariedade
MNMM – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MP3 – Movimento Pela Paz na Periferia
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEPEGECI – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Gênero e Cidadania
OBJUVE – Observatório da Juventude
ONU – Organização das Nações Unidas
PJ – Pastoral de Juventude
QI – Questão Ideológica
RJNE – Rede de Jovens do Nordeste
SASC – Secretaria da Assistência Social e Cidadania
SEAD- Secretaria de Administração do Estado do Piauí
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UJS – União da Juventude Socialista
UMES – União Municipal dos Estudantes Secundarista
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	LEITURA INTRODUTÓRIA DE UMA PESQUISADORA ANDARILHA.....	12
1.1	Sujeitos, Lugares e Objetivos: desvelando os ritos iniciais da pesquisa	16
1.2	Processos Metodológicos e Epistemológicos da Pesquisa: desvelando o invisível. 18	
1.3	Organização do Trabalho: desvelando os caminhos da pesquisa	20
2	JUVENTUDES DA PERIFERIA, MOVIMENTOS JUVENIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: concepções, lutas e direitos sociais.....	22
2.1	Estudos conceituais sobre Juventude e pelas Juventudes	22
2.2	Juventudes da Periferia e Movimento Juvenil: entre a cidade e a cidadania	28
2.3	Sociedade Política e Sociedade Civil na arena das políticas públicas de Juventudes.....	40
3	PROCESSOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS: alinhavos da pesquisa.....	60
3.1	O papel pedagógico da teoria na metodologia	60
3.2	A referência metodológica	62
3.3	O método na pesquisa qualitativa	65
3.4	As técnicas da pesquisa	71
3.4.1	Mapa de reativação da memória	71
3.4.2	Levantamento Documental	73
3.4.3	Entrevista Biográfica	74
3.4.4	Entrevista Semiestruturada e Questionário Direcionado	75
3.4.5	Encontro com Grupo Focal.....	76
3.4.6	Oficina Temática de Grafite	78
3.4.7	Visita Fotográfica – O MP3 na visão de outros jovens.....	81
3.5	Análise dos Dados	82
4	JUVENTUDES, CULTURA <i>HIP HOP</i> E PERIFERIA NA GÊNESE DO MP3 .	85
4.1	Biografia Juvenil: identidade refletida dos sujeitos coletivos.....	85
4.2	Fundação e Estruturação do MP3: dilemas e perspectivas	94
4.3	Projeto Estação Digital: reciclando sonhos na periferia.....	105
4.4	Projeto Cineperiferia: projetando cultura e resgatando cidadania.....	109

5	JUVENTUDES DA PERIFERIA E EDUCAÇÃO DE PAZ: sentidos e insurgência na prática educativa do MP3	114
5.1	Contextualizando o itinerário da educação de paz da periferia	114
5.2	Educação Não Escolar e Unitária: ampliando o Estado para a Educação de Paz de Periferia.....	121
5.3	O protagonismo juvenil na construção da educação de paz da periferia	125
5.4	A Pedagogia do Conflito e a Parceria Dissidente: marcas da educação de paz..	137
6	CONCLUSÕES (alinhavadas).....	142
	REFERÊNCIAS.....	148
	APÊNDICES	155
	ANEXOS.....	163

1 LEITURA INTRODUTÓRIA DE UMA PESQUISADORA ANDARILHA

A periferia que se levanta esperançosa, impacientemente paciente, desveladora das multifaces da opressão, da sinfonia utópica de liberdade, que nos guetos urbanos se fez paz, pedagogia, participação, popular, periferia. (SILVA, 2013)

É indiscutível a relevância que as juventudes¹ vêm assumindo na sociedade brasileira e, sobretudo, na esfera pública na última década do século XXI. Essa notoriedade se alarga pelas contribuições na arena científica através de estudos e pesquisas produzidas sobre jovens². Esse grau de importância tem sido forte em razão dos intensos processos de mobilizações e intervenções das próprias juventudes na luta por direitos sociais e por reconhecimento identitário na sociedade.

Portanto, não se trata apenas de reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, antes, porém, é preciso que exista de fato, as condições materiais que condicionam e geram direitos. Assim, é necessário traduzir as intencionalidades em materialidade, assegurando a instituição dos alicerces que promovam o reconhecimento identitário pela garantia e efetivação de direitos.

Nesse cenário, a participação protagonizada pelas juventudes das classes populares tem se constituído em um marco histórico, social e cultural nos processos de luta por políticas públicas. É nesse processo que as ações educativas dos sujeitos coletivos juvenis na cena urbana passam a exigir o direito de pertencimento à cidade.

Assim, a periferia passa, então, a ser o lugar central das lutas juvenis por melhores condições de vida, rearticulando as condições sociais na promoção da educação de paz em suas comunidades.

¹ O termo juventudes é empregado no texto no plural; não se restringindo ao número, mas ao amplo sentido da condição juvenil, considerando as diversidades, especificidades, realidades sociais distintas, e não a uma visão de uma juventude única e uniforme. Quando se usa juventude no singular, é porque essa linguagem é adotada por organismos que têm compreensão diferente desta autora. (BOURDIEU, 1983; NOVAES, 1998; CARRANO, 2000; CASTRO; ABRAMOVAY, 2002; ABRAMO, 2005).

² Para garantir a igualdade de gênero na linguagem desta dissertação, onde se lê “o jovem” ou “os jovens”, leia-se também “a jovem” ou “as jovens” e assim respectivamente nas palavras que exigem flexão de gênero.

Esse contexto nos conduziu ao título desta dissertação: **Juventudes da Periferia e Educação de Paz: ações educativas do Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) no processo de implantação de políticas públicas**. O interesse em investigar essa temática originou-se da minha participação direta no processo de organização das lutas sociais dos jovens no Estado do Piauí. Essa participação se deu em espaços e momentos distintos da minha sociabilidade. Inicialmente, nos trabalhos realizados com jovens na Pastoral de Juventude (PJ), através do grupo de Jovens Unidos Buscando Solidariedade (JUBES), na minha comunidade periférica, localizada no bairro Água Mineral, zona norte de Teresina. Posteriormente, através do movimento estudantil quando participei do grêmio do Colégio Estadual Zacarias de Góis – Liceu Piauiense (1997-1998).

Logo depois, no movimento social, através da Federação de Associação de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC)³, tive a oportunidade de ingressar nos cursos da Escola de Formação Paulo de Tarso (EFPT)⁴. Durante esse processo, junto com outros jovens, organizamos no Piauí a Rede de Jovens do Nordeste (RJNE)⁵, espaços em que conheci os processos de formação em educação popular realizado pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP)⁶ e pela Rede de Jovens do Nordeste (RJNE), por meio dos cursos para lideranças juvenis, os quais visavam estimular a sistematização e publicação das experiências dos movimentos juvenis. Nas publicações sobre juventudes, movimentos juvenis e gestão pública, das referidas organizações sociais, existem textos de minha autoria.

Ainda nesse itinerário, resalto a minha participação no governo do Estado do Piauí à frente da Coordenação de Juventude na Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC),

³ Federação de Associação de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí é uma organização social que articula as formas comunitárias de organização como associações de moradores e conselhos comunitários no Estado do Piauí. Está sediada na cidade de Teresina, sendo responsável pela ocupação de terras urbanas, a exemplo da Via Irmã Dulce, localizada na zona sul da cidade.

⁴ A Escola de Formação Paulo de Tarso é uma organização social que tem como missão a formação em educação popular junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Estado do Piauí.

⁵ Rede de Jovens do Nordeste é uma rede de movimentos, grupos e organizações juvenis com atuação no Nordeste brasileiro, cujo papel principal é articular as diversas juventudes para participação política e estímulo ao protagonismo juvenil. Uma das ações de grande relevância dessa articulação é a campanha “Juventude Ligada Vota Consciente”.

⁶ A Escola de Formação Quilombo dos Palmares trabalha com programas de formação e autoformação. Prioriza a qualificação política e metodológica de educadores e educadoras, lideranças e jovens vinculados aos movimentos sociais, populares, urbanos e rurais. Realiza, também, cooperação em atividades formativas com outras Organizações Não Governamentais (ONGs) e militantes de setores comprometidos das Igrejas. Sua atuação acontece através de diferentes modalidades formativas: cursos, intercâmbios, campanhas, festivais, seminários, oficinas, acompanhamento e avaliação de experiências formativas. Produz, ainda, estudos, pesquisas/sistematizações e publicações de materiais educativos. Ver mais em: <<http://equip.org.br/2009/index.php>>.

em 2003. Nessa oportunidade, articulamos, junto aos vários movimentos juvenis, a implantação do Consórcio Social da Juventude – Tear da Juventude –, em parceria com o governo federal.

Com esse projeto, foi possível contribuir para institucionalização dos vários movimentos e organizações juvenis. Esse contexto permitiu também a capacitação profissional de muitos jovens das classes populares, projeto que será posteriormente detalhado. Em 2004, foi criado o Instituto Gandhi (IG), uma organização específica de juventude. O instituto foi responsável pela articulação das organizações juvenis no estado, em torno dos debates e proposição do Projeto de Lei que instituiu o Conselho Estadual de Juventude (CEDJUVE), aprovado em 2006. Em 2005, participei do intercâmbio de experiências em políticas públicas em Madri na Espanha, conhecendo as ações governamentais para a juventude desse país.

Outra motivação que me fez pesquisar essa temática, diz respeito à possibilidade de dar continuidade aos estudos realizados enquanto gestora na Diretoria de Juventude na Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos e da Juventude (CDHJ) Governo do Estado (2006-2010). Verificamos, ao assumir a pasta, a necessidade de analisar e de sistematizar dados da realidade juvenil piauiense, traçando um perfil dos jovens.

Para suprir essa demanda, produzi e publiquei o livro: “Jovens e Juventudes: identidades, participação e políticas públicas – um olhar juvenil”, em 2009, apresentando um perfil do/a jovem piauiense. Os dados coletados para essa publicação resultam da sistematização de informações estatísticas sobre juventude, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) em parceria com a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), bem como da pesquisa realizada, em 2008, durante a I Conferência Estadual de Juventude promovida pela Diretoria de Juventude da CDHJ e Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Todo esse itinerário impulsionou-me a participar, em 2011, do processo de seleção do Mestrado em Educação na Universidade Federal do Piauí (UFPI), na linha de pesquisa B: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Para minha felicidade, ingressei no mestrado em 2012. Esse passo representou uma nova etapa na minha vida profissional e social, somada à nova possibilidade de sistematizar parte da trajetória de lutas dos movimentos juvenis do Piauí em políticas públicas e direitos sociais.

Escolhi centralizar minha pesquisa no período entre 2000-2012, por compreender que essa década constituiu um marco nas disputas pela implantação das políticas públicas de juventude no Piauí e no Brasil. Durante esse período, foram criados, em âmbito institucional, órgãos governamentais de juventude e, no campo do marco regulatório, realizaram-se conquistas importantes como a aprovação de leis que garantem direitos às juventudes como

política de Estado. É possível destacar, como resultado das lutas dos movimentos juvenis do Piauí na década citada, a aprovação do Conselho Estadual de Juventude e do Plano Estadual dos Direitos da Juventude, entre outros. Experiências que se somam à promoção da luta pela implantação de um sistema estadual e nacional de políticas de juventude.

Nesse período, muitos estudos aprofundaram a concepção de políticas públicas de/para/com a juventude, contexto em que se debate o próprio conceito de juventude, de sujeitos coletivos e de culturas juvenis como se pode verificar nas produções de Abel (2009), Abramo (2003), Abramovay e Castro (2008), Bomfim (2006), Carrano e Sposito (2003), Dayrell (2002), Freitas e Papa (2008), Novaes (2009), Silva (2009), Sposito, (2003, 2009).

Esses estudos somam-se a outros realizados por organismos nacionais e internacionais como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (2006), entre outros. Todavia, poucos estudos apresentam uma análise mais densa das ações realizadas pelo movimento juvenil em parceria com o Estado e, indiscutivelmente, os impactos dessas ações na vida dos jovens.

Contudo, as juventudes inseridas nesses processos de participação, mostram-se também preocupadas em produzir suas reflexões teóricas acerca desse novo momento da agenda das juventudes, em relação ao Estado brasileiro, como registram: Silva (2009): *Jovens e Juventudes: Identidades, Participação e Políticas Públicas – Um olhar juvenil*; Abel (2009): *Para Além das Políticas Públicas de juventudes*, Clementino (2011): *As políticas públicas de juventudes na agenda pública brasileira*.

O terreno deste estudo se alicerça nas juventudes da periferia e nas ações educativas desenvolvidas pelo Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), em parceria com o estado na promoção da educação de paz. Para isso, foi necessário articular a área da educação com outros campos da ciência (a Sociologia, a História, a Política, a Administração, o Direito, entre outras áreas), que vêm sendo tematizados pelos movimentos sociais e, de modo sistemático, pelo movimento juvenil no cotidiano das lutas por direitos sociais para os jovens.

Desse modo, com essa incursão, não tenho a pretensão de esgotar todos os acontecimentos e conflitos em torno desse período, mas em dialogar sobre questões e aspectos que aprofundam a presente proposta de estudo. Assim, é possível perceber a necessidade de analisar as aproximações e contradições dessa relação de parceria no âmbito do movimento juvenil com o Estado.

Assim, inicio a minha pesquisa no mundo acadêmico, com os limites que envolvem a ação humana no processo de produção do conhecimento. Contudo, minha determinação se

ancora nas experiências como educadora e andarilha das questões e vivências juvenis no Estado do Piauí e no Brasil.

1.1 Sujeitos, Lugares e Objetivos: desvelando os ritos iniciais da pesquisa

Inicialmente, tinha como objetivo pesquisar três movimentos juvenis: a União da Juventude Socialista (UJS), que presidiu o Conselho Estadual de Juventude (CEDJUVE); a Pastoral de Juventude (PJ), que coordenou o Consórcio Social da Juventude e o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), que atualmente preside o Conselho Estadual de Juventude na gestão (2010-2012), tornando-se referência no trabalho com jovens em situação de risco pessoal e social.

Dialogando com minha orientadora, resolvemos centralizar a atenção no MP3 por compor cinco aspectos singulares no trabalho social com jovens da periferia: **primeiro**: propicia a formação dos jovens da periferia em situação de vulnerabilidade social e pessoal; **segundo**: origina-se do processo de ruptura com as formas de exclusão social e de miséria juvenil; **terceiro**: alicerça-se sobre seus fazeres e saberes cotidiano de sua prática social via cultura *hip hop*; **quarto**: reafirma a periferia como lugar de pertencimento e de insurgência social; e **quinto**: desenvolve ações em parcerias com o Estado na promoção da educação de paz da periferia.

Antes de abordamos aspectos mais intrínsecos ao MP3, buscamos situar a realidade da juventude no contexto do Piauí. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2009, o estado possuía uma população juvenil de aproximadamente 846 mil jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, representando aproximadamente 28% da população piauiense (SILVA, 2009). A capital de Teresina apresenta, segundo o censo de 2010 do IBGE, uma população de mais 814 mil habitantes, sendo que a população juvenil representa aproximadamente 245 mil pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos, ou seja, 29% da população total (IBGE, 2010).

O bairro São Pedro, que sedia o MP3, possui uma população de aproximadamente 10 mil habitantes. Com relação a dados estatísticos sobre o perfil da população juvenil residente nesse bairro, ainda não existe um mapa quantitativo, mas socialmente os jovens dessa comunidade constituem o principal público tematizado pela sociedade e pelo Movimento Pela Paz na Periferia.

O Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) nasce do progressivo processo de aglutinação de vários jovens de diferentes comunidades da periferia de Teresina, através da cultura *hip hop*, sendo a maioria moradores do bairro São Pedro. Posteriormente, esses jovens começam a se

organizar como sujeito coletivo, ou seja, como grupo de jovens através da cultura *hip hop*. Em 2004, esse grupo de jovens, considerando a natureza do público que ajudava e a necessidade de ampliação de sua atuação, resolveu assumir a personalidade institucional de Organização Não Governamental (ONG).

Atualmente, o MP3 ocupa as dependências do Centro Social Urbano Elmira Ferraz, um prédio público cedido pelo governo do Estado do Piauí para funcionamento de suas atividades, situado na Avenida Valter Alencar, nº 762, no bairro São Pedro – zona sul de Teresina. Apesar de ter alterado seu estatuto para funcionar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ainda não conseguiu viabilizar as condições para assumir essa personalidade jurídica.

Em relação ao perfil dos sujeitos pesquisados, dividi em três grupos distintos: seis educadores do movimento, quinze jovens atendidos pelo MP3 e dois gestores públicos. No que se refere ao primeiro grupo, os educadores, a maioria possui vínculo empregatício no MP3, através dos projetos oriundos das parcerias com o Governo do Estado do Piauí e com a Fundação Banco do Brasil (FBB). Todos estão na faixa etária de 20 a 45 anos, consideram-se negros, a maioria possui curso superior; são moradores do bairro São Pedro e sócios fundadores deste movimento.

Quanto ao segundo grupo, os quinze jovens atendidos pelo movimento, todos são bolsistas⁷ na faixa etária de 15 a 29 anos, moradores da periferia de Teresina, residem com maior incidência na zona sul e zona rural de Teresina, e apenas uma minoria habita no bairro São Pedro. Sobre a etnia, a maioria dos entrevistados se identifica como pardos e negros. Em relação à condição de trabalho formal, a maioria encontra-se desempregada. São estudantes do ensino fundamental e ensino médio completo, e, quanto ao gênero, busquei um equilíbrio entre jovens (homens e mulheres). A escolha dos bolsistas justifica-se em virtude de manterem um vínculo de relação mais constante com o MP3, enquanto os demais cursistas constituem um público bastante rotativo, devido ao período de realização do curso.

No terceiro grupo, composto pelos gestores, entrevistamos primeiro o gestor de juventude ligado à Diretoria de Juventude e representante deste órgão no Conselho Estadual de Juventude. Já o segundo gestor entrevistado foi o Secretário da Assistência Social e Cidadania (SASC). Diante das leituras e das experiências vivenciadas ao longo da última década no movimento juvenil, uma questão guiou-me nesta investigação para o diálogo com os sujeitos

⁷ Atualmente, o MP3 mantém um convênio com a Fundação Banco do Brasil (FBB) que destina uma bolsa no valor de R\$150,00(cento e cinquenta reais) para os jovens do projeto metarreciclagem.

da pesquisa: **As ações educativas realizadas pelo MP3 em parceria com o Estado asseguram os objetivos na promoção da educação de paz da periferia, de acordo com a percepção do movimento?** Dessa forma, o **objetivo geral** pretendido foi analisar as práticas educativas realizadas no Movimento pela Paz na Periferia em parceria com o Estado do Piauí e com o governo federal na promoção da educação de paz da periferia, de acordo com a percepção dos integrantes do movimento entre 2000-2012 em Teresina. Nesse percurso, cinco palavras-chave compõem as marcas principais desse estudo: juventudes da periferia, movimento juvenil, parceria, educação de paz e políticas públicas.

Nesse sentido, **quatro objetivos específicos** procuraram detalhar e aprofundar possíveis aproximações, conflitos e contradições no âmbito das ações educativas do MP3. Assim busquei: situar o MP3 no contexto das lutas e propostas de políticas públicas no Brasil e no Piauí; conhecer as ações educativas realizadas pelo MP3 em parceria com o Estado; identificar os fundamentos e orientações que contém a proposta de educação de paz da periferia do MP3; e compreender os sentidos atribuídos pelos jovens do MP3 à educação de paz na periferia.

1.2 Processos Metodológicos e Epistemológicos da Pesquisa: desvelando o invisível

A metodologia funciona como instrumento sinalizador que ilumina as trilhas e o chão de quem pesquisa, para fundamentalmente tornar visíveis os contextos e os sujeitos pesquisados. As técnicas são nossas opções na forma e no modo de caminhar. São instrumentos que desenvolvemos ou que nos emprestamos para perceber no caminho o invisível, o singular, o diferente, ou aquilo que no caminho podemos inserir e remodelar no nosso jeito de caminhar.

A pesquisa é, antes de tudo, uma opção de anunciar o mundo, pronunciando outras possibilidades, outros sujeitos e lugares, outras experiências e outros modos de produção do conhecimento para além do paradigma de ciência moderna. Como expõe Streck (2012, p. 6):

[...] Antes do domínio de determinadas técnicas, pesquisar implica na capacidade de escutar, um escutar denso, intenso e (im)paciente. O domínio das técnicas só faz sentido dentro desta atitude que Freire qualifica de ‘curiosidade epistemológica’, sem a qual a competência técnica corre o risco de contribuir mais para o aumento dos infortúnios do que para a redução dos sofrimentos e das misérias da humanidade.

Para compreender a situação das práticas educativas no contexto da atuação do MP3 e responder ao objetivo central, adotamos uma metodologia com abordagem qualitativa, que articula elementos objetivos aos subjetivos. A pesquisa qualitativa concebe atores e atrizes

sociais tão importantes quanto os pesquisadores, pois os primeiros sujeitos, na medida em que se inter-relacionam com os pesquisadores externos, no universo pesquisado, começam a elaborar e a participar ativamente do estudo sobre sua realidade e não apenas responder as indagações do segundo. (MELUCCI, 2005; MINAYO, 2012).

Quanto aos objetivos da pesquisa situa como exploratória e explicativa, com ênfase na perspectiva (GIL, 1999, 2010; MARTINS 1994), ao afirmar que: “[...] as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais preciosos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43). E o autor acrescenta: a exploratória constitui uma etapa essencial dos fatores que serão analisados pela pesquisa explicativa, a qual tem a preocupação central em identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (p. 44).

Após o período de acúmulo de informações obtidas no processo de investigação, utilizamos o método dialético para análise dos dados (PINTO, 1979; FRIGOTTO, 1994): não há razões necessárias para se ritualizar a pesquisa em etapas estanques, ou mistificar o formalismo dos projetos (FRIGOTTO, 1994, p. 73). “[...] Assim, a dialética situa-se, então, no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama das relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos.” (p. 75).

Para coleta de dados, utilizamos como técnica principal a **entrevista semiestruturada e o questionário direcionado**, contendo questões objetivas e respostas de múltipla escolha. Escolhemos seis educadores do MP3 para a realização da entrevista, e quinze jovens atendidos pelo MP3 e dois gestores públicos para aplicação apenas do questionário direcionado.

A essas técnicas de coleta de dados acrescentamos a **pesquisa documental**. Para isso, recorreremos aos arquivos do MP3. Como caracteriza Gil (1999), encontramos documentos de primeira mão como fotografias, documentos oficiais, reportagens de jornais, e documentos de segunda mão como relatórios de atividades e histórico, além de um vasto acervo digital na internet. Concordando com Gil (1999, p. 66): “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Ainda no processo de realização da pesquisa, utilizamos técnica da **observação participante** em dois momentos distintos da pesquisa. De um lado, este tipo de pesquisa está, historicamente, situada nas experiências de participação protagonizada por esta autora, na luta por políticas públicas, no período escolhido para o estudo. Para isso, articulamos o processo de sistematização das experiências vividas que, segundo Holliday (2006, p. 24): caracteriza-se

como “[...] aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido”.

De outro lado, a observação participante ocorre durante a pesquisa de campo. Para tanto, realizamos uma **oficina temática de grafite** junto aos jovens do MP3. Esta oficina pretendia aprofundar os sentidos das ações educativas do MP3, para os quais optamos em construir um momento específico que possibilitasse ouvir os jovens de forma mais sistemática. Realizamos também uma **visita fotográfica** das ações e do cotidiano dos jovens do movimento em estudo, em parceria com a Universidade Federal do Piauí, com a colaboração dos alunos do 3º período da disciplina Fotografia II, do curso de Comunicação Social.

Para analisar e aprofundar as ações educativas do MP3 em parceria com o Estado, ainda realizamos duas **sessões de grupo focal** com os educadores do movimento, além de **consulta bibliográfica**.

1.3 Organização do Trabalho: desvelando os caminhos da pesquisa

O processo de ordenamento e organização deste trabalho tem como base cinco pressupostos que alicerçam a organização social dos jovens da periferia na sociedade: a realidade de exclusão social juvenil constitui-se em matéria prima principal de suas lutas; a existência de um processo histórico da participação protagonizada pelas juventudes das classes populares em defesa de seus direitos; a forma de intervenção social das juventudes engendram novas práticas educativas; as práticas educativas são propostas contra-hegemônicas à educação dominante; e a participação popular contribui para o alargamento do Estado, das ações dos governos e das organizações da sociedade civil na constituição de uma nova esfera pública política⁸.

A partir dessa perspectiva, as juventudes configuram os caminhos que nos levam à periferia como lugar educativo, que, no contexto da comunidade científica, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) evidencia em tópicos específicos da educação como: educação em periferias urbanas⁹. Essa concepção materializa as

⁸ Segundo Medeiros (1996), ao analisar a concepção habermasiana da esfera pública, essa nova esfera pública política social-democrata surge da falência da esfera pública burguesa liberal – em que os não burgueses começam a perceber e a exercer os direitos políticos como meio de implementação de direitos sociais –, funda-se, na cidadania, nos sujeitos coletivos repolitizados e na luta por maior participação no produto social. Ou seja, constitui-se do movimento dialético de uma socialização do Estado que se impõe, simultaneamente, com a estatização progressiva da sociedade.

⁹ Nos últimos anos, os movimentos dos jovens – em especial dos jovens negros e pobres –, têm sido responsáveis pela produção de uma nova subjetividade a partir das periferias do Brasil.

marcas da educação de paz da periferia impressas pelos jovens do MP3. Ao mesmo tempo em que se aporta no protagonismo da juventude da periferia no processo de realização das ações educativas em parceria com o Estado.

Com tais perspectivas, organizei a Dissertação em quatro capítulos. No **primeiro capítulo**, apresento os aspectos introdutórios do trabalho e o ponto-a-ponto que alinhavamos para a construção epistemológica da pesquisa.

No **segundo**, discorro sobre os fundamentos teóricos que substanciam as palavras-chave como juventudes da periferia, parceria, educação de paz e políticas públicas. Para isso, situamos a contribuição do MP3 no contexto das lutas e proposição de políticas públicas no Piauí e no Brasil.

No **terceiro**, detalho o processo metodológico, as técnicas utilizadas para coleta dos dados e o método de análise.

No **quarto**, analiso as ações realizadas pelo movimento em parceria com o Estado do Piauí, para isso situamos os elementos que compõem a gênese do processo histórico, cultural, político e educacional de formação do MP3, utilizando a técnica da entrevista biográfica para substanciar o itinerário histórico do movimento, aprofundando as Rodas de Cultura *Hip Hop* como base fundacional que sustenta a relação inicial de parceria, o Projeto Inclusão Digital e o Projeto Cine Periferia.

No **quinto**, apresento as concepções e as orientações que constituem a educação de paz da periferia no contexto geral da luta por educação pública e na implantação de políticas públicas, com destaque para as percepções dos educadores e dos jovens atendidos no MP3 sobre os sentidos que atribuem às práticas educativas que viabilizam a Educação de Paz da Periferia promovida pelo movimento.

Nas **conclusões**, destaco como a participação protagonizada pelos jovens da periferia têm contribuído para o processo de proposição e execução de ações educativas, bem como suas repercussões na implantação de políticas públicas, em parceria com o Estado. Assim, apresentamos uma síntese dos capítulos discutidos, fazendo uma análise densa sobre os resultados, verificando se estes respondem aos objetivos propostos e a pergunta inicial deste itinerário investigativo.

2 JUVENTUDES DA PERIFERIA, MOVIMENTOS JUVENIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: concepções, lutas e direitos sociais

A visibilidade cultural da juventude da periferia, protagonista, da juventude problema a juventude subversiva, da pedagogia do silêncio a pedagogia da insurgência é assim que as juventudes se faz, utópica, indecifrável. (SILVA, 2013)

2.1 Estudos conceituais sobre Juventudes e pelas Juventudes

As juventudes¹⁰ vêm sendo estudadas sobre diversas perspectivas, com enfoques que priorizam determinados tempos juvenis, dimensões temáticas, culturais e processos vivenciados em contextos locais e em escala global. Essas investigações traçam percursos e análises para compreender o papel deste segmento populacional no processo de transformação ou manutenção da sociedade. “[...] É próprio da modernidade o interesse pela juventude, mas é principalmente nas últimas décadas que vem se consolidando a atenção de distintos públicos nessa faixa etária” (ABRAMOVAY e CASTRO, 2006).

Desse modo, situamo-nos na perspectiva que procura compreender as juventudes das classes populares como uma construção social que envolve quatro dimensões: como participantes ativas dos processos decisórios das questões singulares que envolvem suas realidades, ou seja, como sujeito político; como contingente demográfico, sendo a faixa etária como compositor imprescindível da identidade juvenil; como sujeitos de direitos sociais, que demandam ações efetivas do Estado no acesso às políticas sociais.

Assumimos a concepção de juventudes no plural como possibilidade que fundamenta as diferenças e desigualdades que vivenciam as juventudes da periferia. Nesse sentido, assumimos e dialogamos com a concepção de juventudes que se articula em torno da condição e situação juvenil defendida nos estudos de Abramo (2008, p. 42), ao ressaltar:

¹⁰ Certamente, a diferença entre “condição juvenil” e “situação juvenil” permanece, mas as questões colocadas agora são outras. Se há tempos todos começavam seus textos a respeito do tema da juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que a “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje, o alerta é o de que precisamos falar de *juventudes*, no plural, e não de *juventude*, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição (ABRAMO, 2008).

[...] Tal tensão pode ser resolvida, como sugerem, entre outros autores, Abad (2003) e Sposito (2003), pela distinção entre *condição* (modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, que alcança uma abrangência social maior, referida a dimensão histórica geracional) e *situação* que revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero e etnia etc.

Essa concepção imprime a necessidade de falar de juventudes no plural, ao invés de juventude no singular, rompendo com as visões que separam condição e situação juvenil, como analisa Sposito (2009, p. 43), fundamentando-se em outros teóricos:

[...] se o risco da abstração homogeneizadora da categoria ocorre, no limite oposto a fragmentação e a aposta radical da análise apenas nas diferenças, que sejam elas diversidades ou desigualdades implodem a condição juvenil em tempos e espaços socialmente construídos. E acrescenta, essa negação de elementos comuns incide sobre uma discussão mais densa que a produção discente ainda não realizou sobre o ciclo da vida e seus momentos e a importância da idade como categoria estruturante da vida social. (DEBERT, 1999; ATTÍAS DONFUT, 1996; DUBET, 1996 apud SPOSITO, 2009, p. 43).

Corroboramos o pensamento de Abramo (2008, p. 40), quando ela diz: “[...] não são abordagens contraditórias. Pelo contrário, devem ser complementares para compreensão abrangente do tema e para conformação de políticas públicas”. A partir dessa concepção que imprimi os debates das próprias juventudes nas lutas dos movimentos juvenis por participação direta na **esfera pública** como espaços mediadores da relação entre estado e sociedade civil, como conselhos de direitos, fóruns, conferências temáticas, entre outros.

Nos **espaços sociais públicos**, como espaços das cidades, permitem levar à cena pública, por meio dos movimentos coletivos¹¹, denúncias das situações de exclusão e de miséria social, a exemplo de praças, ruas, avenidas, comunidades. E, mais recentemente, os **espaços virtuais** como as redes sociais retraduzidos pelos jovens na luta por direitos e na defesa das conquistas sociais. Esses canais virtuais funcionam como um fluxo comunicacional entre os jovens e destes com a sociedade.

Esses espaços de participação são analisados em vários estudos, os quais procuram situar as formas de mobilização e articulação das juventudes, ao tempo que analisam esses

¹¹ São formas organizativas que se expressam em ações coletivas de mobilizações no espaço público, entendidas como práticas sociais que operam a partir de reivindicações e de demandas locais, e apontam pela participação e pela luta da população por melhor qualidade de vida e de acesso às decisões políticas na gestão da cidade (TIDAFI, 2009).

espaços sociais. Esses pesquisadores também se esforçam para apresentar as marcas que delimitam a concepção do que é **ser jovem**. As vertentes conceituais sobre juventudes atravessam as diversas áreas da ciência e as mais recorrentes estão presentes nos estudos dos teóricos apresentados por Castro (2012, p. 29):

- *Concepção*¹², a partir de um recorte etário; (MANNHEIM, 1928; FEIXA, 1999; ABRAMO; LÉON, 2005; UNESCO, 2004; entre outros);
- *Concepção, a partir de uma construção social*; (BOURDIEU, 1983; PAIS, 2003, entre outros);
- *Concepção como uma fase de transição, uma passagem entre a infância e a vida adulta*; (ARIÈS, 1986; ERICKSON, 1976; MELUCCI, 1992; entre outros);
- *Concepção que concebe a juventude como um eterno “devir”*; um projeto de futuro, a esperança do mundo de amanhã; (DAYRELL, 1998, entre outros);
- *Concepção da Juventude como problema social*. (HALL; JEFFERSON, 1978; DUBET, 1987; MCDONALD, 1999; ZUCCHETI, 2003; entre outros).

Assim, compreendemos que tanto a condição como a situação juvenil têm se constituído em um processo dialético histórico de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Por exemplo, no contexto urbano, sobretudo nas periferias das grandes cidades, esses processos assumem ritmos acelerados de mudanças com tempos históricos bastante diferenciados. Essa análise pode ser expressa nas discussões em torno dos elementos que caracterizam a identidade juvenil como uma fase de transição entre infância e a vida adulta, recorrentemente denominada de **moratória social** defendida por Erikson, (1986); Margulis, (1998), tratando de forma homogênea as juventudes, sem considerar a condição e a situação juvenil que são vivenciadas pelas diversas juventudes.

Abramo (2008, p. 41, grifos meus) alerta: “[...] que esses autores compreendem a moratória como período de **adiamento dos deveres e direitos**, ou seja, um tempo **socialmente ‘legitimado’** para dedicação exclusiva da **formação** e para o **exercício futuro das dimensões da cidadania**”. Em nossa excursão epistemológica, esses estudos clássicos sobre moratória nos permitiram levantar aspectos contraditórios na construção deste conceito e sua relação com as juventudes. Ao analisar tal concepção, nosso estudo, destaca algumas questões, a partir das experiências vivenciadas, como:

– Esse conceito de moratória, no Brasil, está profundamente comprometido, visto que o tempo de espera para as juventudes das classes populares são extremamente diferenciados para as demais classes sociais, sendo inexistente para algumas delas.

¹² Linguagem original da publicação, português de Portugal.

– O conceito de moratória deixa invisível, ainda mais, as situações de miséria social vivenciadas pelas juventudes das classes populares, que sob o falso argumento de preparação para a vida adulta, empurra para informalidade e para o subemprego milhares de adolescentes/adultos e jovens/adultos.

– O falso discurso de preparação para formação se revela pela inoperância do Estado em promover o acesso à educação escolar para as juventudes das classes populares. O tempo de espera se movimenta na luta desses setores por escola pública;

– Com relação ao adiamento dos deveres e direitos – as juventudes brasileiras vivem situações bastante contraditórias. Por exemplo, durante o processo eleitoral, os jovens têm o direito de votar, mas, na contramão desse mesmo direito, eles não podem ser votados, ou seja, tem tempos e percursos totalmente distintos com direito restrito;

– O discurso do tempo de espera para o exercício das dimensões da cidadania ocorre no reverso da ausência das condições materiais que viabilizam as possibilidades de viver com dignidade na cidade. Cidadania pressupõe participação na sociedade, acesso a direitos sociais, decisão na gestão da cidade.

– O conceito de moratória vem quase sempre acompanhado da discussão de descronologização do percurso das idades, ou seja, não interessa delimitar o que é ser jovem, sendo a faixa etária irrelevante ou secundária em alguns estudos sobre juventude;

Essa concepção dilui completamente o conceito de juventude discutido no interior das formulações dos movimentos juvenis, na última década do século XX. Essa imensidão de um todo juvenil deixa mais invisível as condições e a situação social dos jovens pobres. Parece uma análise intransigente, mas não menos que aquelas que estando em “condição epistemológica diferente” dos jovens participantes dessas lutas, que se julgam portadores de afirmativas que, pouco ou quase nada, dialogam com a realidade que compõe a identidade juvenil.

Essa visão vem acompanhada de estudos realizados pelos próprios jovens no contexto de suas participações nos movimentos juvenis na década de 1990. Essas pesquisas têm um modo particular do olhar das juventudes, contribuindo para desmistificação da “juventude problema” e da “juventude futuro”. As juventudes, no início dos anos de 1990, constituíam-se em constantes preocupações por parte do Estado brasileiro, com maior intensidade sobre aquelas advindas das classes populares, associadas negativamente a “problema”, “delinquência”, “desregramento”, “desordem”, merecedoras de ações de controle pelo Estado.

Essa concepção expressava que o capitalismo havia produzido grandes parcelas de excluídos, rapidamente acentuados pela crise do processo de industrialização, pelo acelerado crescimento urbano e pelas profundas desigualdades sociais e econômicas. Se, nesse período,

as juventudes eram foco da atenção do Estado, no final da década de 1990, o Estado passa a ser o foco principal das preocupações dos jovens.

Em decorrência desse contexto, surgem processos de mobilização e de participação das juventudes nos movimentos juvenis. Esses coletivos denunciam as intensas consequências dos ajustes sociais do projeto neoliberal, o que vem revelando situações de exclusão, de dominação e de humilhação, caracterizadas por uma política conservadora e elitista.

Nesse sentido, várias pesquisas trazem contribuições valiosas, a exemplo das produções de Rodrigo Abel as quais apontam que as lutas juvenis estão situadas em contexto mais amplo das lutas sociais por direitos e políticas públicas, no livro intitulado: *Para além das Políticas Públicas de Juventude* (2007); dos estudos de Clementino, ao afirmarem que a pauta da juventude começa a ser inserida na agenda pública com a ocupação desses espaços pelos próprios jovens, na obra: *As políticas públicas de juventudes na agenda pública brasileira* (2011).

No Piauí, existem alguns estudos sobre juventude, que também tratam dessas mesmas temáticas, como podemos citar o livro de Socorro Silva (2009) – *Jovens e Juventudes: Identidades, Participação e Políticas Públicas - Um olhar juvenil* –, que faz um levantamento do perfil da juventude piauiense e o papel dos movimentos juvenis na proposição de políticas públicas. Essa análise é feita a partir de sua participação na gestão governamental na Coordenadoria Estadual de Juventude, espaço criado pelas fortes lutas juvenis no estado do Piauí.

Outras pesquisas dão conta de dialogar com as especificidades que envolvem as juventudes da periferia que vivem à margem social nas grandes cidades. Nesse grupo, situam-se os trabalhos de dissertação de Silva (2006): *Música Rap: narrativas dos jovens da periferia de Teresina*, no qual o autor trabalha a importância do Rap no processo de formação política e cultural da juventude da área pesquisada, ao descrever:

[...] A hipótese parte da ideia segunda a qual o Rap apresenta-se como forma de narrativa contemporânea construída pela juventude negra e pobre da periferia de Teresina. Um estilo musical que, tendo como matriz a música africana da diáspora, ganha significado porque nela encontram-se especificidades que fazem com os praticantes, além de darem sentidos as suas vidas, constroem também as identidades étnicas. (SILVA, 2006, p. 16).

Os processos socioculturais vivenciados pelas juventudes da periferia em suas formas de sociabilização são fatores de constituição de identidade. A relação dos jovens com a cidade tem revelado momentos de práticas educativas potencializadores de apropriação, de

interpretação e de intervenção no espaço urbano. Ainda nesse percurso, encontra-se o trabalho de conclusão de Leandro Silva¹³ (2002), intitulado: *Tráfico de Informações: itinerário do movimento hip hop no Piauí*; e ainda a dissertação de Sousa (2010), no estudo: *Juventudes, Música e Estilo: construção de uma cultura de paz em Teresina*. De alguma forma, esses estudos trazem elementos que compõem uma identidade da juventude da periferia¹⁴. Vários estudos incorporam a importância da faixa etária como compositor da identidade juvenil. Para melhor fundamentar a importância da faixa etária, situamos e analisamos outras experiências locais que estudam os jovens de Teresina.

Todas essas pesquisas estabelecem a faixa etária como componente importante na formação da identidade juvenil, até mesmo àqueles que estão situados no campo da metodologia sociopoética, que abstrai a faixa etária. Esses estudos não tomam como paradigma a concepção de juventudes a partir da faixa etária, mas, ao mesmo tempo, não deixam de trazê-la como um dos elementos que compõe o marco cronológico como forma de delimitação sobre o que é “ser jovem”. Essa concepção encontra-se no livro: *Corpos de Rua – Cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores*, como esclarece a autora em nota de rodapé:

[...] Durante a pesquisa exploratória, no final de 1998, observei que, no grupo a ser estudado, a maioria de meninos em situação de rua estavam na faixa etária de 12 a 18 anos de idade, sendo necessário, portanto, estudá-los como jovens e não apenas como criança. (ADAD, 2006, p. 43).

Registramos que, mesmo nessas abordagens, existe um conflito em determinar os limites etários, em muitos casos, pela discordância para o seu estabelecimento da faixa etária. Por outro lado, essas pesquisas não se propõem a aprofundar os sentidos que os jovens atribuem à sua condição do “ser jovem”.

Esses estudos se encerram nos limites enfrentados pela complexidade de estabelecer os elementos que identificam e os que diferenciam o ser criança do adolescente e do jovem. Como afirma Setton (2009, p. 65): “[...] grande parte dos trabalhos utilizam a categoria juventude como sinônimo da categoria adolescente sem se preocupar em circunscrever teoricamente suas

¹³ Leandro Souza Silva é coordenador do Movimento Pela Paz da Periferia (MP3), fez parte do grupo de RAP Mandacaru, realizou seu trabalho de conclusão de curso em História, pesquisando os aspectos socio-histórico do movimento RAP em Teresina.

¹⁴ São espaços marcados dentro da cidade por uma estrutura arquitetônica de vilas, favelas e bairros periféricos recobertos pelas profundas desigualdades socioeconômicas, geralmente sem prestação de serviços de saúde, educação, segurança, saneamento. Um cenário marcado por um aglomerado de casas de alvenaria, sem nenhuma assistência do Estado. Sua formação está associada ao acelerado processo de êxodo rural e a ilusória perspectiva de uma vida melhor nos centros urbanos.

diferenças”. Retomando a importância da faixa etária como condição de visibilidade social das juventudes das classes populares e residentes na periferia de Teresina, encontramos nas pesquisas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI), formas de organização dos jovens na cidade de Teresina, através do Observatório de Juventude (OBJUVE) são descritas as análises de Bomfim (2006, p. 49):

[...] Em pesquisa realizada em Teresina, com os/as jovens do movimento *HIP HOP* (MP3), Vida P, pastoral de juventudes e outros, no período de 2002-2004, dentre os sujeitos abordados (16 jovens), a maioria se encontrava entre 12 a 14 anos estudando no ensino fundamental e de 15 a 19 anos no ensino médio¹⁵ [...] Esta mesma autora e co-autoras, em estudo posterior sobre ‘Juventudes e Violência’ 2005, abordaram jovens entre 16 a 18 anos.

Dessa forma, compreendemos e afirmamos a importância da faixa etária como condição importante na formação da identidade juvenil. Esse elemento constitui-se em fator de grande relevância na agregação e aglutinação dos jovens da periferia, na luta pelo pertencimento da cidade por meio da cidadania. A partir dessa análise, identificamos o papel fundamental dos jovens da periferia na luta por cidadania, mesmo quando a cidade é um enorme vazio de possibilidade que geram cidadania. Por que uma parte da população urbana pode viver na cidade à sombra da cidadania e outra parte vive sob o falso discurso de cidadania? Dessa forma, procuramos buscar elementos que identificam o perfil dos jovens que moram nas vilas e favelas da periferia de Teresina e de suas lutas por cidadania.

2.2 Juventudes da Periferia e Movimento Juvenil: entre a cidade e a cidadania

É a partir dessas literaturas e dessas interrogações que buscamos uma aproximação conceitual de categoria juventude da periferia. Isso se deve à proposta desta pesquisa que tem como tema: **Juventude da Periferia e Educação de Paz: ações educativas do Movimento pela Paz na Periferia (MP3) no processo de implantação de políticas públicas, no período 2000-2012, no Piauí**. Enquanto a maioria dos estudos anteriormente citados sobre juventudes da periferia giram em torno do papel cultura *hip hop* no processo de sociabilidade dos jovens,

¹⁵ Sobre isso, ver mais em Bomfim *et al*, (2004, p. 6). Em Relatório Técnico da Pesquisa: “Violências, Práticas Pedagógicas e Movimentos Contra a Violência”, elaborado com a participação do professor Me. Francisco William de Assis S. Gonçalves, da mestrandia Vilma Dias de Araújo e das bolsistas de iniciação científica: Francisca das Chagas C. da Silva, Valdeana Oliveira dos Reis e Marina Pinheiro da Silva.

nosso estudo versa sobre as práticas educativas desenvolvidas pelos jovens da periferia como sujeitos coletivos na luta por direitos sociais.

Dessa forma, objetivamos traçar um perfil da categoria **juventude da periferia**, de modo mais geral, sem a pretensão de elaborar um conceito mais singular. Isso exigiria um estudo mais denso, observando aspectos objetivos e subjetivos próprios da juventude. Posteriormente, situaremos as especificidades do conceito de juventude da periferia como protagonista das ações educativas no contexto de atuação do MP3.

Novaes (2006, p. 118) diz que: “[...] é importante lembrar que não é mais possível falar das trajetórias dos ‘jovens de hoje’ sem falar também daqueles que se apresentam como ‘jovens da periferia’”. Dessa forma, a periferia passa a ser foco central das formas de organização das juventudes das classes populares. Atualmente, em decorrência das lutas dos movimentos sociais de Teresina, a periferia sofreu algumas alterações estruturais quanto ao acesso aos bens e serviços da rede de abastecimento de água e esgoto, dos programas habitacionais, de saúde, entre outros.

Apesar dos avanços significativos, ainda prevalecem os aspectos principais que caracterizam a periferia formada por vilas, favelas e bairros periféricos, com serviços precários de saneamento, de educação, de saúde, de habitação, com traços nada contemporâneos. Afinal, quem são os jovens da periferia? Como vivem? Para responder a essas questões, elaboramos um perfil da **Juventude da Periferia** a partir das experiências no trabalho com juventudes e, também, por viver a experiência de morar na periferia há mais de trinta anos.

A juventude da periferia é, antes de tudo, uma construção social, intrinsecamente, de perfil identitário étnico racial, na faixa etária de 15 a 29 anos, com trajetória escolar irregular, pobre, desempregados ou em condições de subemprego, moradores de vilas, favelas e bairros periféricos, territórios desprovidos de serviços básicos humanitários, de família de baixa renda, vivendo em condições sociais de miséria e de exclusão social.

Esses jovens são recorrentemente denominados pelos estudos acadêmicos como sujeitos em situação de risco pessoal e social, diferenciando-se, portanto, daqueles em conflito com a lei. Por possuir características comuns, poderíamos falar de uma única juventude da periferia? A resposta é não. Ainda, que a juventude da periferia esteja situada geograficamente, socialmente e vivendo em situações semelhantes ou comuns, encontraremos aspectos e questões singulares que envolvem a formação e a sociabilidade de cada grupo de várias áreas (bairros).

A forma de organização em gangues¹⁶, por exemplo, revela outra juventude nos contextos da periferia. Esses territórios vivenciam situações de conflito e de violências entre os próprios jovens. Aos revisitar a literatura, encontramos estudos sobre os processos de organização, como consta nas pesquisas de Bomfim (2006, p. 60-61):

[...] No universo dessa realidade, situam-se as “gangues” integradas por jovens exclusivamente das classes populares. Muitas vezes, em virtude da forte condição de vulnerabilidade que a sociedade lhes impõe, alguns desses jovens, nas suas formas específicas de lutar pela sobrevivência e na busca de construir caminhos nas suas experiências de vida, alguns adolescentes (homens e mulheres) rumam para droga e/ou violência, podendo-se mencionar o caso de experiência de “gangues” em diversos bairros da periferia de Teresina¹⁷.

Portanto, parto da possibilidade de existirem diferentes juventudes na periferia. Contudo, é inegável que sua condição e sua situação na periferia agregam elementos de coesão conceitual como situação de renda familiar, escolaridade, habitação, faixa etária, condição de acesso ao emprego e renda, que são predominantemente superiores às formas específicas que lhe caracterizam.

Por outro lado, existem outros jovens que se expressam através da cultura *hip hop* como analisa Silva (2002, p. 7): “[...] As periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, há algum tempo, presenciam o desenvolvimento de um movimento juvenil considerado por muitos como fenômeno cultural”. E acrescenta: “[...] Movimento *hip hop*, esta nova forma de organização da juventude pobre das periferias brasileiras e de vários outros países, utiliza manifestações artísticas (canto, dança e artes plásticas) como forma de expressar os seus anseios e realizar suas reivindicações” (p. 7).

A juventude da periferia passa, então, a utilizar a cultura *hip hop* como cultura de rua, cujos sujeitos recorrem aos elementos do **Break** (dança), **Grafite** (arte plástica), **Rap** (música), e **DJ** (disc Jockey) como forma de manifestação e de denúncia das desigualdades e da miséria vivenciada pelo povo pobre da periferia. A cultura *hip hop* expressa nos discursos, nas mensagens pelo grafite, nas letras e nas músicas cantadas pelos jovens da periferia, demonstrando em cena pública a realidade de suas comunidades. A visibilidade da periferia

¹⁶ Segundo Bomfim (2006), gangues são grupos de jovens (companheiros) moradores da periferia das cidades que em razão do alto grau de exclusão social a que estão submetidos, organizam-se para praticarem atos de delinquentes. Ver mais em Bomfim (2006).

¹⁷ Segundo informações de um dos coordenadores do “MP3”, em Teresina, existem gangues em diversos bairros e vilas, e seu grupo atua em mais de 15 deles, buscando congregiar jovens de gangues por meio de medidas socioeducativas, a fim de que elevem a autoestima e construam outras formas de viver o presente.

passa a ser expressa pelas denúncias de falta de serviços públicos básicos, de oportunidade de emprego, da força coerciva policial nas comunidades da periferia.

Bomfim (2013, p. 2) registra que: “[...] A cultura *Hip Hop* recoloca os jovens em suas realidades, ao questionarem sua situação de exclusão, reconstroem, nesse mesmo movimento, a visibilidade social da miséria e da pobreza, cujas comunidades estão submetidas pelo capitalismo”. A partir dessa análise passamos, agora, a definir cada elemento que compõe a filosofia da cultura *hip hop*, a saber:

O Rap (música) na perspectiva filosófica de Tese, Antítese e Síntese, discutida por Darby e Shelby (2006) nos diz: o rap é uma forma de arte apresentada aos ouvintes de um modo que permite aquela longa forma de ouvir e interpretações diferentes que emergem e conflitam, e as letras colidem umas com as outras, recusando-se a ser decodificadas e entendidas com facilidade. E acrescentam:

- O Rap como **Tese**, porque parte da **mensagem do letrista**, ou seja, é um testemunho genuíno e verdadeiro do eu do letrista; dizendo a verdade do ponto de vista de uma pessoa real;
- O Rap como **Antítese**, porque comunica a **narrativa do letrista** o que quer dizer que as letras do rap são o caminho que as narrativas e as histórias percorrem. Elas pretendem ser a verdade da personalidade adotada pelo letrista conforme sua biografia;
- O Rap como **Síntese**, porque misturam **mensagens e narrativas do letrista**, a música comunica ideia e não fantasias, assim o interesse estético no *rap* de incluir uma teoria do *rap* como forma de arte que transmite significado. (DARBY; SHELBY, 2006, p.125-127, grifos meus).

O *Rap* expressa uma canção de possibilidades de uma vida de justiça social. Assim, as letras das músicas não cumprem apenas a função de passar uma mensagem deslocada, mas de transmitir a realidade vivenciada pelos jovens pobres. Nesse percurso, os sujeitos encontram traços educativos para compreensão de sua própria realidade e as formas de construir alternativas para uma vida digna.

O grafite (arte plástica), segundo Silva (2002, p. 26): “[...] é uma forma de **demarcação, magia e protesto**, que surge inicialmente como “pichação” e quando os jovens passaram a assinar com seus nomes nas paredes registravam os TAG`s (assinatura)”. E acrescenta: “[...] A mágica buscada agora é o poder da transformação, da conscientização. É levar a arte para as ruas ao mesmo tempo em que o grafite transforma-se em um veículo de comunicação improvisado”. Silva complementa sua análise, citando os estudos de Spansy:

[...] O TAG, então, passou a ser usado pelas gangues de jovens, como código para demarcação de território dentro do gueto. Foi um jovem grafiteiro, o D.J. KID, que introduziu o desenho ao TAG. Ele percebeu que para a continuação daquele estilo de arte, seria necessário incluir o desenho na simples pichação. Além disso, o estilo do grafite delineou-se com letras quebradas e garrafais para chamar a atenção e dificultar o entendimento dos que não fazem parte do movimento. No início dos anos 70, surgiu o grafiteiro Phase 2, que criou painéis coloridos para transmitir mensagens positivas. Por isso ele é considerado o inventor do grafite propriamente dito.¹⁸ (SPENSY apud SILVA, 2002).

Essas formas de comunicação são historicamente utilizadas na cidade de Teresina, com maior recorrência nas mobilizações realizadas pelo movimento estudantil. As mensagens quase sempre estão relacionadas à luta por transporte público e contra o aumento de passagens. Dessa maneira, os jovens usam o grafite para denunciar as formas de abuso do poder público e suas relações na defesa dos interesses privados.

O Breacking ou Breack (dança) – Silva (2006, p. 97) apresenta o seguinte conceito: “[...] é um único estilo da dança, que foi criado na década de 1970, praticado pelos jovens negros hispânicos dos guetos de Nova York (EUA). Muitos se confundem e chamam o Break de dança, no entanto, essa palavra não significa dança, mas sim **batida**, o som “quebrado” da música.”

A periferia revela essas formas de expressão através das Rodas de Cultura *hip hop*, que são encontros dos jovens da periferia nos espaços públicos da cidade. São os B. Boys e as B. Girls, os meninos e meninas do *hip hop* que se apresentam pelo ritmo e pela batida do *break*. Esses sujeitos afirmam a periferia como lugar de pertencimento, interação e produção cultural.

DJ (disc jockey) – esse elemento se caracteriza pela presença do mestre de cerimônia, o *Dj* –, jovens responsáveis pela produção e mixagem das músicas, que sobre seu próprio ritmo improvisado realizam as atividades culturais na periferia. Segundo Silva (2002, p. 28), esse elemento surge:

[...] no final da década de 1960, no *Bronx*, ‘local pobre, mas de gente criativa’, os D.J.s passam a utilizar a técnica dos ‘*sound systems*’ de Kingston, Jamaica. Onde os D.J.s não se limitavam a tocar os discos, mas usavam aparelhos de mixagem para construir novas músicas.

¹⁸ PIMENTEL, Spensy. O livro vermelho do hip hop. São Paulo, 1997. Disponível em: www.realhiphop.com.br/olivrovermelho/spensy_pimentel.htm. Acesso em: 22 jan. 2014.

A juventude da periferia aposta nesses elementos, na constituição de uma cultura juvenil que cria e recria seus sonhos e projetos de emancipação. Uma cultura de valorização da periferia e de seus potenciais, como lugar de produção e de expressividade juvenil, que rompe com a cultura dominante prescritiva. Uma cultura insurgente, conflituosa que desvenda as sensibilidades dos jovens que constroem o *hip hop*, os traços da cultura de paz em suas comunidades. Nesse sentido, Pais (2006, p. 13) analisa:

[...] O rap cultiva uma sensibilidade justiceira, ao denunciar situações de injustiça, para anunciar outros futuros. As palavras soletradas são recuperadas de uma semiótica de rua, transgressiva por natureza, palavras encavalitadas em palavrões para melhor insultar, atingir provocar. Palavras que são voz de consciência, que se veste de queixumes, que se reveste de revolta. Voz no singular (a voz do vocalista) que contagia, que se transforma num coletivo (*nós*, os do movimento) que se insurge contra *eles* (que não nos entendem).

É essa a juventude da periferia que se levanta na luta pelas condições materiais que possibilitem viver sua condição juvenil e suas formas diferentes de expressividades. Para Carrano (2011), é preciso romper com a tendência preconceituosa de associar as juventudes à delinquência, é necessário desconsiderar a classificação que caracteriza a periferia somente como lugar de violência, pois essa percepção nasceu do discurso normatizante de negação do que é diferente, do que está fora dos padrões de dominação.

É a partir da cultura *hip hop*, como instrumento de mediação para a construção da cultura de paz, que surge o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3). Na busca de pertencimento à cidade pela cidadania, seu objetivo principal é a luta pelas condições objetivas para viver com dignidade. É assim que esse movimento passa a assumir a cena pública da cidade de Teresina nas periferias e nos espaços centrais e elitizados, com atividades que visam especificamente à construção da cidadania juvenil em suas comunidades, como descreve Bomfim (2006, p. 55):

O estudo realizado pelo NEPEMC (2005) revelou que muitos/as jovens de Teresina se agregam em muitos grupos/movimentos [...] ‘Movimentos alternativos’: *HIP HOP* – “MP3” = Movimento de 3 Ps = movimento **P**ela **P**az na **P**eriferia (grifos da autora) com objetivo de resgatar a auto-estima dos/as jovens da periferia, através de lazer, profissionalização e de conquista de emprego, esse grupo desenvolve as seguintes ações: Estação Digital, Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho, Cine Periferia, Oficinas de Dança, bandas de Grafiteiros, Programa Semanal “Periferia no Ar” (aos sábados) na Rádio Pioneira, Cursos de Artes Gráficas, 1º Campeonato de Futebol de Jovens envolvidos nas Gangues, 1ª Excursão de gangues na Praia em Parnaíba – PI, Rodas de *Hip Hop*.

Esse movimento juvenil foi criado por jovens pobres, pretos, na faixa etária de 15 a 30 anos, moradores do bairro São Pedro e de outras comunidades. Oriundos de família de baixa renda, com curso superior. São jovens que fizeram outra opção na forma de organização, cuja missão principal é fazer o trabalho na periferia com jovens em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal, em conflito com a lei e envolvidos com gangues.

O surgimento do MP3 não faz parte de um movimento isolado. Ele surge em decorrência de um intenso processo de organização dos jovens das classes populares como sujeitos coletivos no Piauí e no Brasil. Daí, a necessidade de analisá-lo a partir de um conjunto de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos demarcados em momentos conjunturais e estruturais. Essa relação de totalidade se apresenta pela ligação que o movimento gera, ocasionando constantes transformações no interior da sociedade.

A ideia de movimento que apresentamos encontra referencial teórico substancial entre vários autores, mas gostaria de destacar os escritos de Denis Diderot (1713-1784): *Carta sobre os Cegos, Pensamentos sobre a Interpretação da Natureza e Sonho de D'Alembert*, discutido pela filósofa brasileira Marilena Chauí. “[...] A principal ideia de Diderot é um conjunto em que tudo está unido, constituindo uma cadeia contínua, desde as formas mais primitivas de organização da matéria até as mais complexas, nos domínios do humano” (CHAUÍ, 1979, p. 17). Diderot também está presente nas ideias reafirmadas por Konder (1981) sobre a importância dos estudos, ao dizer:

[...] Diderot compreendeu que o indivíduo era condicionado por um movimento mais amplo, pelas mudanças da sociedade em que vivia. ‘Sou como sou’, escreve ele, ‘porque foi preciso que eu me tornasse assim. Se mudarem o todo necessariamente eu também serei modificado.’ E acrescentou: ‘O todo está sempre mudando’. No *Sonho de D'Alembert*, imaginou que D'Alembert, seu amigo, dizia coisa tais como: ‘Todos os seres circulam uns nos outros. Tudo é fluxo perpétuo. O que é um ser? A soma de um certo número de tendências. E a vida? A vida é uma sucessão de ações e reações. Nascer, viver e passar é mudar de formas’. (DIDEROT apud KONDER, 1981, p. 148).

É esse movimento de totalidade das relações sociais que leva as juventudes da periferia a mapearem a cena urbana de violência, de miséria e de exclusão social em que estão submetidos. Esses jovens organizam-se como sujeitos coletivos, em torno dos movimentos juvenis para lutarem por melhores condições de vida. Essas formas de organização têm provocado um movimento de mudanças na periferia, a partir das transformações que realizam em suas próprias vidas.

As forças que movem as juventudes para o encontro de outras formas de vivências na periferia e na sociedade são constituidoras de um capital social. Esse capital social está presente na comunidade ou território, a partir de suas ações cívicas ou insurgentes. Essa intervenção não somente tem o potencial de mudar o lugar, mas também de mudar no lugar. De outra forma, o que antes era visto como espaço de violência passa ser reconfigurado em novos cenários que nascem em contraposição à cultura da violência e do medo.

É com essa possibilidade de mudanças que, entre 1990 e 2000, o Estado do Piauí presencia uma forte mobilização dos movimentos sociais por direitos, por participação na esfera pública e de decisão na gestão da cidade em âmbito estadual. Nesse itinerário, do período supracitado aos dias atuais, as juventudes elaboram estratégias de lutas que visam disputar as concepções de políticas públicas, de espaços de participação e de prioridades na execução das ações para juventude. As juventudes desse período têm uma forte atuação no interior dos movimentos sociais, no movimento estudantil, no pastoral e no comunitário.

Apesar de conseguirem apresentar suas pautas específicas, optam pela configuração de suas próprias formas de organização. Objetivam autonomia no seu fazer, mas, sobretudo, protagonizam na esfera pública as questões urgentes que afetam a juventude pobre da periferia.

Nesse contexto, ocorre uma explosão de participação juvenil ora organizada ora em momentos conjunturais. Em cena pública, as juventudes se expressam com vários formatos: redes, movimentos, fóruns, organizações governamentais, grupo de jovens, organizado em torno de projetos, movimentos identitário, entre outros.

Presenciamos encontros entre **movimentos juvenis tradicionais**: Pastoral da Juventude (PJ), União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES), Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFPI), União da Juventude Socialista (UJS), Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP). Mas, recentemente, surgem **os novos movimentos juvenis**: Associação Piauiense de *Hip Hop* – Questão Ideológica (QI), Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), Rede de Jovens do Nordeste (RJNE), Instituto Gandhi (IG), Grupo Coisa de Nêgo, Grupo Afoxá, Coordenação de Jovens Rurais (FETAG), Associação de Juventude do Estado do Piauí (AJEPI), entre outras. Esses movimentos introjetam novas formas e novas bandeiras de lutas, como descreve Montañó (2011, p. 248):

Os chamados ‘Novos Movimentos Sociais’ surgem principalmente em meados do século XX, tem por vezes o objetivo ou a função de ser um *complemento* das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistos como *alternativos* aos movimentos tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas).

Essa nova reconfiguração representava não apenas o enfraquecimento dos antigos movimentos sociais, mas, sobretudo, a capacidade de recriação das classes populares, de suas lutas por direitos e acesso aos bens de produção. “[...] Mesmo quando lhes falta uma organização e uma capacidade de ação permanente, já deixam transparecer uma nova geração de problemas e de conflitos ao mesmo tempo sociais e culturais” (TOURAINÉ, 1994, p. 260). Nesse contexto, o MP3 ganha destaque pelo trabalho com jovens em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal, mas também pela participação nas lutas coletivas dos movimentos sociais e em espaços do governo no Estado do Piauí.

Merece destaque a participação deste segmento social no Consórcio Social da Juventude em 2005, programa destinado para capacitação de jovens da periferia, cujos movimentos juvenis atuavam como os próprios executores dos projetos. Além de sua presença marcante na organização das Rodas de Cultura *hip hop* na periferia de Teresina, posteriormente, no trabalho com a Inclusão Digital, através do projeto Click Aqui, na Estação Digital, no Cine Periferia e mais recentemente no Projeto Metarreciclagem – trabalho de reciclagem de lixo eletrônico. Todos esses projetos serão mais detalhados durante a produção de estudo. Essas ações têm como objetivo construir uma cultura de paz, como afirma Medeiros (2013, p. 104) ao analisar as resoluções da UNESCO:

[...] Paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não-violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana, uma cultura que respeita todos os direitos individuais – o princípio do pluralismo, que assegura e sustenta a liberdade de opinião – e que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não-militares para a paz e para a segurança como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental. A Cultura de Paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis¹⁹.

Durante a pesquisa, certificamo-nos que a cultura de paz desenvolvida pelo MP3 vem contribuindo para fundamentar a concepção de **educação de paz da periferia**, que se alicerça na articulação de parceria entre o Movimento Pela Paz na Periferia e o Estado. Essa relação tem possibilitado novas configurações entre Movimentos Juvenis e Estado na implantação das políticas públicas de juventudes.

Convém, portanto, que apresentemos com qual concepção de educação de paz nos referenciamos para o diálogo com a cultura de paz desenvolvida pelas ações do MP3. Para

¹⁹ Disponível em: < http://www.comitepaz.org.br/a_unesco_e_a_c.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

tanto, procuramos compreender a concepção da **educação de paz da periferia**. “**De paz**” porque entendemos que se origina dos próprios jovens que vivem na periferia, imbuídos pelo desejo que a paz habite em suas comunidades.

Destacamos a importância do uso dos termos “**para ou pela paz**”, uma vez que sua luta pela paz não se estende apenas aos jovens, tampouco, dependem apenas deles. A paz depende das condições que envolvem toda população que habita a periferia e também das relações sociais que implicam a ligação das partes com o todo social em que vivem.

Geralmente o **para** é recorrente nas pesquisas que estudam a relação violência e escola. Essas concepções sobre a importância da **educação para paz e pela paz** estão correlacionadas com iniciativas mais pontuais que protestam contra os altos níveis de violência, como caminhadas pela paz, o dia de paz na comunidade, o dia mundial da paz, entre outros.

Essas dimensões articuladas como campo de cooperação mútua vêm possibilitando a construção da educação de paz na periferia, possibilitando visibilizar as situações sociais de opressão, mas também como campo de leitura crítica da realidade.

Essa leitura implica em buscar os sentidos da educação de paz da periferia que os jovens vêm construindo, como possibilidade de cultura de paz e de justiça social em seus territórios, respaldada por Guimarães (2005, p. 74), ao citar trechos do discurso de Paulo Freire por ocasião da premiação concedido pela UNESCO as ações deste educador para educação de paz. A fala de Paulo Freire contribui para situarmos, historicamente, a concepção de educação de paz em que se alicerçam os jovens do MP3:

[...] De anônimas gentes, gentes sofridas, exploradas gentes, aprendi, sobretudo que a paz é fundamental, indispensável, mas que a paz implica lutar por ela. A paz se cria, se constrói, na e pela superação das realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói, na construção incessante de justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para paz que em lugar de desvelar o mundo das injustiças, o torna opaco e tenta miopisar suas vítimas. (FREIRE apud GADOTTI, 1996, p. 52).

A **paz** não é um ideal de vida comunitária humanizadora que se sustenta em uma falsa segurança ou em valores vazios de sentidos. Ela é a possibilidade em que o conflito se insere como instrumento de visibilidade das situações que geram insegurança e violência, marcadamente aquelas que se situam como produtoras de desigualdades sociais. Essa concepção de paz pela coerção encontra formas de subversão pelos movimentos de jovens da periferia que negam a paz pela pacificação coerciva, em que a força policial visa, sobretudo,

manter o *status quo* do modelo excludente de sociedade, não produzindo mudanças significativas de segurança na periferia.

Assim, incorporamos também a concepção de conflito difundida nos cursos de capacitação de lideranças comunitárias em Direitos Humanos e Mediação de Conflito da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SEDH):

O conflito não é um obstáculo à paz. Contudo, para construir uma cultura de paz é preciso mudar atitudes, crenças e comportamentos. A paz é um conceito dinâmico, que está sempre em mudança, que nos leva a provocar, enfrentar e resolver os conflitos da vida de forma não-violenta. Uma educação para a paz reconhece o conflito como um trampolim para o desenvolvimento: que não busca a eliminação dos conflitos, mas que procura modos criativos e não-violentos de resolvê-los. (BRASIL, 2009, p. 29).

É implícita, nessa perspectiva, a união dos jovens da periferia, os quais forjam novas formas de inversão dessa lógica, como afirma Novaes (2006, p. 117): A “‘ordem’ é ficar, afirmar a identidade e buscar novos adeptos entre os jovens das diferentes periferias geográficas e sociais. Ficar significa assumir esse território como parte de sua identidade. Mas também se estabelecer em plena rebeldia às condições de vidas que passa necessariamente em transformar rebeldia em ação como vem sendo feito pelo MP3.

Essa fotografia ampliada da periferia está inserida na sociedade em decorrência dos arranjos dos novos movimentos sociais. Atuam e articulam formatos inovadores como as articulações em redes de ações sociais e de movimentos. São formas de criação e recriação de alternativas contra hegemônicas à globalização mercantilista, como expressa Gohn (2013, p. 25):

[...] Novo cenário, as relações desenvolvidas entre os diferentes sujeitos sociopolíticos presentes na cena pública alteram-se neste novo milênio. Além da ampliação dos sujeitos protagonistas de ações coletivas, ocorrem alterações no formato das mobilizações e na forma de atuação – agora em redes. Isso resulta do alargamento das fronteiras dos conflitos e tensões sociais em virtude da nova geopolítica que a globalização econômica e cultural tem gerado.

O Brasil vem acumulando vasta experiência de mobilizações em redes, sobretudo aquelas organizadas pelos movimentos de juventudes. Essas experiências sociais se afirmam pelas diversidades, especificidades e pluralidades dos movimentos e das articulações juvenis.

As juventudes, nesse cenário, passam a dizer sua palavra de liberdade, pressionam os rumos da sociedade, dos governos, mas definitivamente do Estado. Essa análise pode ser

compreendida nas contribuições de Melucci, ao aprofundar os sentidos das linguagens juvenis do possível e do **[impossível]** como assevera:

[...] Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir sua própria existência ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos estes direito. (MELUCCI, 2001, p. 102).

Freire (2005) analisa o papel fundante da juventude como potência de participação social. No seu pensamento os jovens protagonizam tensões sociais marcadas por seu caráter questionador e mobilizador, tão bem descrito no rodapé da obra *Pedagogia do Oprimido*, quando Freire (2005, p. 31) caracterizou:

[...] Os movimentos de rebeldia, sobretudo de jovens, no mundo atual, que necessariamente revelam peculiaridades dos espaços onde se dão, manifestam, em sua profundidade, esta preocupação em torno do homem e dos homens, como seres no mundo e com o mundo. Em torno do *que* e do *como* estão sendo. Ao questionarem a ‘civilização do consumo’, ao denunciarem as ‘burocracias’ de todos os matizes [...] ao rechaçarem velhas ordens e instituições estabelecidas, buscando a afirmação dos homens como sujeitos de decisão [...].

Somente através de ações coletivas esses sujeitos ativam as mudanças do possível, mas, fundamentalmente, do impossível. Ao dizer sua palavra, as juventudes subvertem a ordem estabelecida, como diz Melucci (2001, p. 21): “[...] Os movimentos sociais contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra”.

Nesse sentido, é necessário que retomemos as velhas estratégias de ocupação das ruas, ainda “não colonizados territorialmente”, lugar de visibilidade das classes populares subalternas, sobretudo das juventudes. É a partir dessa compressão que os movimentos juvenis insurgem-se como forças potenciais no enfrentamento às sucessivas crises do capitalismo, criando inteligibilidade de redes de ações presenciais e visíveis, contrapondo-se às multifaces da opressão capitalista, como situa Santos:

[...] A opressão existe em constelação de opressões e, portanto, eu penso que é fundamental que elas estejam articuladas. E aqui realmente é a nossa inovação: a de que esta articulação se deva realizar, não dando a prioridade a uma luta sobre as outras, quaisquer que elas sejam, não criando uma grande teoria que em si mesma envolva tudo e todos em certo momento, mas criando aquilo que eu chamo a ‘teoria da tradução’. A possibilidade de criar inteligibilidade entre os grupos, entre o movimento dos sem-terra e o

movimento das mulheres, entre o movimento das mulheres e o movimento dos negros, entre o movimento dos negros e do meio ambiente, entre o movimento do meio ambiente e o movimento dos indígenas, permite que criemos redes de inteligibilidade. (SANTOS, 2007, p. 14).

Os movimentos juvenis são protagonistas de uma nova periferia na sociedade. Esses grupos recorrem as suas vivências em suas comunidades para descrever as condições sociais que estão submetidos. Como descreve Novaes (2009, p. 17), ao enfatizar que:

[...] a literatura disponível tem mostrado, nos últimos 15 anos, os chamados grupos culturais de jovens urbanos têm encontrado formas inovadoras para incidir no espaço público. Por meio de ritmos, gestos, rituais e palavras, estes grupos culturais instituem sentidos, negociam significados e combatem a segregação e o preconceito. [...] Buscam visibilidade pública, funcionam como articuladores de identidades e tornam-se referência na elaboração de projetos individuais e coletivos, sobretudo em áreas pobres e violentas.

Assim, os jovens da periferia concebem a cidadania como seu legítimo direito. A cidadania para eles representa o acesso a alguns espaços historicamente negados e as condições sociais monopolizadas. A partir dessa ótica, as juventudes assumem processos de mobilização sistemática contra o modelo capitalista neoliberal, porque são os jovens que mais sofrem os impactos recessivos dos ajustes sociais do projeto neoliberal.

Nesse contexto, os liberais renunciam as ideais de liberdade e neutralidade do Estado para defesa dos interesses privados. Enquanto isso, a sociedade civil atua como mediadora de uma rede de organizações sociais que luta pela ampliação do Estado, ao se fazer presente nos espaços de participação popular com representatividade na esfera pública.

2.3 Sociedade Política e Sociedade Civil na arena das políticas públicas de Juventudes

O movimento dialético, predominantemente, entre liberais de um lado e classes populares de outro resultou em uma intensa socialização da política, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Antes desse período, havia um forte processo de mobilização advindo das lutas pelo fim do Estado de Exceção, pelas Diretas Já, pelo Fora Collor. Todo esse movimento político ganhou força de rua nas lutas contra a política recessiva implantada pelo estado neoliberal, contexto que possibilitou abertura para ampliação do Estado para os setores populares organizados.

De um lado, a visão ortodoxa de intervenção mínima do Estado, os defensores do estado mínimo. Do outro, as classes populares que exigiam uma presença maior do Estado na redução

da miséria e da desigualdade social produzida pelo neoliberalismo. A partir dessas análises, situaremos a relação de parceria entre movimentos juvenis e estado, na perspectiva da concepção de Estado Ampliado em Gramsci.

Essa opção parte do pressuposto de que os novos arranjos de políticas públicas para a juventude permitiram uma ampliação do Estado para as demandas juvenis. As políticas governamentais e estatais impressas na dimensão institucional, legal e social no Estado brasileiro, proposta pelos movimentos juvenis, contrapõem-se à velha maquinaria de fazer política para juventude como se fosse depositária e quase sempre exposta ao caráter repressivo do Estado, como analisa Ferreira (1997, p. 5):

[...] Constatase que o Estado reafirma o papel de controle e de contenção dos ‘delinquentes’ utilizando a força repressiva quando estes se contrapõem à ‘ordem social’. Por um lado, apresenta-se como poder legítimo, através dos mecanismos de repressão para conter as ações praticadas pelos jovens quando eles expõem as fragilidades de um sistema econômico e político vigente na sociedade moderna, por outro, demonstra, sua incapacidade de negociar conflitos e desenvolver políticas públicas que garantam os direitos sociais a população geral, aos jovens que chegam à fase de se tornarem produtivos para um sistema competitivo, sem perspectivas de se incluírem na realidade social.

Ainda que de forma incipiente, as políticas públicas em curso asseguram os princípios da proposta política apresentada pelos movimentos juvenis. Ou seja, são frutos dos vários processos de mobilização da juventude brasileira pela efetivação na esfera estatal de uma nova agenda juvenil. E essa agenda permitiu alargar o espaço estatal para as novas configurações de políticas públicas de/para/com juventude.

Assim, o Estado em Gramsci é formado pela *sociedade política* e *sociedade civil*. É o Estado que “educa o consenso” difundido, pois, sua própria concepção de vida. Essa difusão não se realiza sobre tábua rasa; entra em competição e choca-se, por exemplo, com o folclore²⁰, com fins de hegemonia na sociedade política e civil. Assim, Montañó (2011, p.43) compreende o pensamento de Gramsci:

[...] É que, para Gramsci, com a socialização política, o Estado se amplia, incorporando novas funções, e incluindo no seu seio as lutas de classes; *Estado Ampliado* de seu tempo e contexto, preservando a função da coerção (*sociedade política*) tal como descoberta por Marx e Engels, também incorpora a esfera da *sociedade civil* (cuja função é o consenso).

²⁰ Folclore é aqui o equivalente ao ambiente, com a casualidade de seus encontros fortuitos e, por isso, do espontaneísmo; assim como competição e choque com do Estado com ele são os equivalentes da coerção e do autoritarismo, as formas atrasadas de vida. Para aprofundamento da leitura, ver Manacorda, 1970, p. 126.

Então, a *sociedade civil e a sociedade política* são as esferas que formam o Estado. A sociedade civil representada por todos os organismos e instituições organizadas presentes na sociedade (movimentos, associações, partidos, sindicatos, organização profissional, igrejas, parlamentares), ou seja, é uma esfera que a sociedade organiza para o confronto de projetos de sociedade. Medeiros (2010), ao analisar a concepção de Sociedade Civil em Gramsci, assevera: “[...] Desse modo, a sociedade civil em Gramsci é elemento de destaque não apenas do ponto de vista conceitual, mas principalmente do ponto de vista empírico, relativo ao movimento do real [...]” (MEDEIROS, 2010, p. 155).

Esses sujeitos coletivos ocupam a cena pública em suas lutas por direitos, cidadania e participação, a partir de construção de outro projeto de sociedade, ao tempo que coloca em contradição o modelo dominante. Essa postura busca hegemonia e consenso pelos aparelhos privados de hegemonia²¹. Nesses embates, os movimentos atuam sobre questões identitárias, locais, nacionais e globais, diante de momentos conjunturais, mas decisivamente nas estruturas de poder, suas ações carregam as marcas dos setores populares e de outro projeto de sociedade, como descreve Gohn (2010, p. 13):

[...] O repertório de lutas por eles construído demarca interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais. As temáticas abrangem demandas materiais – terra, água, habitação, infraestrutura urbana, como direitos socioculturais – dos afrodescendentes, das mulheres, dos povos indígenas, dos indivíduos com deficiências variadas, para os direitos de serviços coletivos no campo da saúde, da educação, do transporte, do lazer e outros. Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade: Orçamento Participativo e Conselhos Gestores (saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, idoso); conselhos da Condição Feminina, Populações Afrodescendentes.

E a *sociedade política* representada pelo Estado (aparelho coercivo, aparato policial, militar e sistema judiciário) constitui-se também como aparelho de Coerção e Repressão. A democracia assume papel fundamental na concepção de Estado ampliado em Gramsci. Como afirma Touraine: “[...] A democracia é antes de tudo um regime político que permite aos atores sociais formar-se e agir livremente”. (TOURAINÉ, 1994, p. 345). Assim, a sociedade civil é um dispositivo de mediação das relações, mas também de organização do Estado. Isso não

²¹ Segundo Montano (2011), são organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os diversos interesses dos atores (particularmente das classes) que a compõem.

elimina o conflito e o consenso, ao contrário, eles são inerentes na relação entre sujeitos antagonistas.

É nesta arena de conflito, mas também de busca de consensos, que os movimentos juvenis se situam como mediadores das relações com as juventudes das classes populares, mas, sobretudo, de organização das juventudes. Portanto, a concepção de parceria na percepção do Movimento Pela Paz na Periferia, como parte do Estado com a Sociedade Política não tem caráter de **filantropização**. Essa análise se fundamenta no caráter de negação pelo MP3 de transferência da responsabilidade do Estado na implantação de políticas sociais para órbita da “sociedade civil” mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda-mútua ou autoajuda, pelo “terceiro setor”. Ao contrário, o movimento reivindica presença permanente do Estado no processo de implantação das políticas para a juventude, não apenas no âmbito das ações do movimento, mas de modo geral.

Essa concepção foi amplamente difundida no contexto do ajuste do projeto neoliberal no Brasil na década de 1990. A concepção, no caso do MP3, aporta-se na análise difundida nos estudos de Medeiros (2010, p. 15-16), ao dizer:

[...] que a relação de parceria com o Estado e os movimentos sociais se constitui no processo da participação popular na institucionalidade estatal; a segunda, que no atual momento histórico esse é um processo em consolidação, com tendências ao aprofundamento, em que a participação institucional passa a ser instituinte do modo de ser e atuar dos movimentos sociais; a terceira, que os movimentos sociais, com base em seus processos históricos, compromissos projetivos e práxis social constituem e imprimem diferentes sentidos e objetivos às suas parcerias com o Estado; a quarta, que nem toda parceria implica cumplicidade e consenso.

Esse arranjo no jeito de construir a relação de parceria coloca o Estado em um fronte, um campo de disputa quanto à agenda de políticas públicas para as juventudes. As juventudes passam, então, a exigir do Estado instrumentos legais de participação, constituindo uma esfera pública ampla de discussão das situações vivenciadas pelos jovens brasileiros na periferia da sociedade capitalista. Como analisado anteriormente, a tônica na década de 1990 pelos movimentos juvenis era a participação nas definições de políticas públicas e espaços governamentais específicos para a juventude. A partir de 2003, presenciamos a concretização dessas demandas, ainda que de forma incipiente, com a eleição do Governo Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, para o governo do Brasil e de Wellington Dias para o governo do Piauí.

Contudo, a composição desses governos mostrava que essa tarefa teria de enfrentar muitos desafios. Isso exigia, de um lado, o empenho das classes populares nas lutas pela redução

das desigualdades sociais e pela ampliação e garantia de direitos políticos, econômicos, sociais, culturais. Ao mesmo tempo, era urgente o confronto direto do projeto de emancipação das classes populares com o projeto de regulação do Estado, que visava, e ainda visa a manutenção e sustentação do sistema econômico capitalista.

Desse modo, faz-se necessário o papel político e insurgente dos movimentos juvenis no processo em curso, ou seja, de educar o Estado. O que implica disputar seus rumos como afirma Medeiros (2010, p. 389): “[...] o papel pedagógico dos movimentos populares quando buscam ampliar os espaços de participação e, assim, imprimir nova racionalidade de valores na dinâmica do Estado, implica em educar sua própria existência”. É a partir desses espaços de atuação que as organizações e os movimentos juvenis disputam os mecanismos de implantação e de garantia de direitos, reivindicando suas demandas, marcadamente por conflitos, como analisa Sposito (2008, p. 60):

[...] As formas de ofertas de bens públicos e os desenhos da ação política de cunho social são em decorrência, em grande parte, do campo de conflitos que se instala na esfera pública e que passam a imprimir no âmbito do Estado sua presença. O reconhecimento desse campo de conflito, e da diversidade de interesses, torna-se fator relevante de constituição de políticas públicas democráticas.

Outra questão importante diz respeito às políticas públicas, tanto aquelas realizadas pelo Estado quanto as realizadas em parceria com os movimentos juvenis, pois elas têm sido resultado da própria intervenção e lutas dos jovens das classes populares. Essa realidade é analisada por Abad (2008), ao dizer:

[...] as formas em que os setores marginalizados vão disputando o território simbólico em que se exerce o poder, na luta pelo reconhecimento, e que isso funciona definindo as normas e instituições que intermediam essa negociação simbólica, incluindo as políticas sociais do Estado. (ABAD, 2008, p. 21).

Buscamos nos situar sobre a concepção de políticas públicas a partir dos estudos desenvolvidos por Sposito (2008, p. 59):

[...] Nesta perspectiva, análise das políticas públicas de juventude compreende por sua vez, o exame dos modos a partir dos quais se dar a interação entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição, implantação e avaliação. Inscreve-se, também, sobre uma perspectiva democrática, no campo dos conflitos entre os atores que disputam a esfera pública orientações, negociam ações e os recursos destinados a sua implantação.

Recorremos aos diálogos entre alguns autores sobre políticas públicas segundo a História, a Sociologia, o Direito e a Administração Pública, encontramos concepções que dialogam entre si. Na visão da História das Políticas Públicas, Hochman (2013, p. 241) vai dizer: “[...] os desafios de uma história das políticas públicas em perspectiva histórica são grandes, em particular quando compromissadas com o presente”. Na visão da Sociologia, esta área do conhecimento oferece uma análise de políticas públicas como recursos teóricos para exame das relações entre Estado e sociedade, com ênfase nos processos, atores e organizações que se localizam principalmente na dimensão societal desse binômio. (CORTES, 2013, p. 47). Como descreve Sposito (2008, p, 59):

[...] A ideia de políticas públicas está articulada ao um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvem uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Essa noção, do mesmo modo, não reduz a política à implantação de serviços e nem ao eixo de articulação de programas e ações, embora esses dois aspectos possam estar nela contidos. Desse modo, o tempo compreende a dimensão ético-política dos fins da ação, e deve se aliar, necessariamente, a um projeto de desenvolvimento econômico e social e implicar formas de relação do Estado com a sociedade.

Assim, as políticas públicas estão envoltas para o âmbito do Direito, ou seja, como direito de um bem-estar social que nos remete ao campo normativo e prescritivo, como analisa Coutinho (2013, p. 181), ao nos indagar:

[...] Perguntas do tipo: ‘é possível e útil pensar em uma teoria jurídica das políticas públicas?’, ‘como as relações entre direito e políticas públicas podem ser observadas empiricamente?’ ou ‘que critérios metodológicos podem ser empregados para descrever os papéis desempenhados pelo arcabouço jurídico das políticas públicas?’, assim como indagações do tipo ‘qual a acepção da palavra ‘direito’ no contexto das políticas públicas?’, ou ‘existe alguma distinção relevante e útil entre as expressões ‘direito das políticas públicas’ e ‘direito nas políticas públicas?’’.

Certamente, nessa década, esse debate é mais que necessário que se faça, tendo em vista que foram vários os avanços do ponto de vista legal na aprovação de dispositivos de políticas públicas de juventude no Brasil e no Piauí. Esse período de participação protagonizado pela juventude na esfera social e institucional incorporou na dinâmica da gestão governamental e na nova concepção de gestão pública os direitos da juventude. As experiências com a criação dos órgãos de juventude e a aprovação de leis que efetivam e garantem direitos aos jovens vêm possibilitando um novo arranjo de políticas públicas mais comprometidas como as realidades vivenciadas pelos jovens.

Essa concepção compreende modos diversos de participação dos atores coletivos no processo de implantação, proposição, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Nesse sentido, os movimentos juvenis vêm construindo possibilidades de rompimento com a abordagem histórica e tradicional das políticas públicas de juventude no Brasil. Como descreve Novaes:

[...] No fim do século XX, uma vez mais, a juventude – como segmento etário específico caracterizado pela sua transitoriedade – não encontrava seu lugar tanto no âmbito das políticas de proteção social quanto entre aquelas que visavam à transferência de renda. Ou seja, como segmento populacional, com questões específicas de exclusão e inclusão social, os jovens continuavam invisíveis. Assim, reinserção escolar e capacitação para trabalho eram vistos como antídotos à violência e à fragmentação social, e não como direitos dos jovens. (NOVAES, 2009, p. 16).

As organizações de juventudes da periferia introduzem pedagogicamente em seus contextos sociais e culturais as bases referenciais de uma inovadora prática educativa como possibilidade de uma educação para transformação. Agindo dessa forma, as juventudes da periferia se apropriam dos sentidos impressos pelo processo de aceleração da globalização e retraduzem seus elementos articuladores, emprestando-se da inclusão digital como mote para inclusão social, transformando as redes virtuais em redes sociais. Ocupam a internet e as ruas como espaço público de visibilidade e de reconhecimento das situações sociais de exclusão e de miséria juvenil.

O outro espaço ocupado pelos jovens é a rua como esfera pública reivindicatória, espaço de publicização das demandas sociais por políticas públicas e por direitos sociais. As redes sociais como espaço também de articulação dos sujeitos coletivos dos diversos movimentos, organizações juvenis e jovens não organizados, servem, ao mesmo tempo, como espaço reflexivo, de encontro da diversidade juvenil que compõe as classes populares. Retraduzem também a família conservadora e consumista como espaço de afetividade, de respeito, para convivência, para superação de práticas de indiferença e de preconceito.

São essas concepções que levam as ações desses atores coletivos da sociedade civil a proposição da participação das juventudes no processo de formulação e na criação de canais de diálogos estatais. Ao mesmo tempo, exigem participação direta na execução, quando propõem a criação de órgãos governamentais de juventudes. Essa proposição incide na inversão da lógica de controle do Estado, desvinculando-se do caráter assistencialista, historicamente atribuído à política de juventude.

Essa desvinculação, ainda que parcial, evidencia-se uma nova agenda na forma pedagógica e educativa de implantação das políticas de juventudes. É pedagógica, pois existem etapas e processos de participação dos jovens. É educativa, visto que permite um novo arranjo na formação dos jovens enquanto engendram formas de contribuir na elaboração das políticas públicas.

Passamos a apresentar brevemente, em nível nacional e estadual, as principais políticas que foram criadas durante a primeira década do século XXI, proposta pelo nosso estudo. É inegável que esse processo de lutas por políticas públicas teve repercussões profundas nos movimentos juvenis do Piauí. Desse modo, procuramos situar também as contribuições dos movimentos juvenis, de modo particular as do Movimento Pela Paz na Periferia (MP3).

Em nível nacional, destacamos a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUNVE), da Proposta de Emenda Constitucional da Juventude (PEC da Juventude) e mais, recentemente, a aprovação do Estatuto da Juventude. Esses mecanismos dão testemunho desse novo arranjo de políticas públicas. Para melhor compreensão passamos a detalhar brevemente seus objetivos e funções no âmbito dos direitos da juventude, a saber:

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ) - Criada pelo Governo Federal ao lançar as bases da política de juventude em 30 de junho de 2005, pela Lei 11.129. Está vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, cabendo à Secretaria Nacional de Juventude a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis.

O papel desta secretaria é articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária em 15 a 29 anos, a partir dos parâmetros elaborados pelo o Conselho Nacional de Juventude que concebe esse segmento em diferentes sucessivas faixas etárias: a juventude congrega cidadãos e cidadãs entre 15 a 29 anos, ou seja, adolescentes-jovens (15 a 17 anos), jovens-jovens (18 a 24 anos) e jovens-adultos (25 a 29 anos) (BRASIL, 2008). Essa alteração na ampliação da faixa etária representou um ganho para os movimentos juvenis organizados.

Esses atores sociais compreendiam que os limites etários estabelecimento pelo ONU, de 15 a 24 anos de idade, não correspondiam à realidade da juventude brasileira. Essa bandeira de luta foi predominantemente defendida nas conferências de juventude, em 2008, em todo Brasil.

PRINCIPAIS AÇÕES DA SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE



Fonte: SNJ, 2013.

O PLANO JUVENTUDE VIVA – que propõe políticas e programas direcionados à juventude, com especial atenção aos jovens negros de 15 a 29 anos, do sexo masculino, em sua maioria com baixa escolaridade, que vivem nas periferias dos centros urbanos. Além das ações voltadas para o fortalecimento da trajetória dos jovens e transformação dos territórios.

Esse Plano constitui uma oportunidade histórica para enfrentar a violência, problematizando a sua banalização e a necessidade de promoção dos direitos da juventude. Independentemente da cor/raça, terão prioridade os jovens em situação de exposição à violência, como aqueles que se encontram ameaçados de morte, em situação de violência doméstica, em situação de rua, cumprindo medidas socioeducativas, egressos do sistema penitenciário e usuários de crack e outras drogas.



Fonte: SNJ, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – política estatal foi criada em 2005, pela Lei 11.129. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. O conselho atualmente constitui um importante instrumento na luta pelos direitos das juventudes.

A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para os jovens; a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados; o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude; além das associações de prefeitos.

Essa composição foi estruturada para que as ações sejam articuladas em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), visando contribuir para que a política juvenil se transforme, de fato, no Brasil, em uma política de Estado.



Fonte: SNJ, 2013.

ESTATUTO DA JUVENTUDE – Com o tema “MAIS DIREITOS PARA A JUVENTUDE”, foi criado pela **Lei 12.852/2013** e sancionado pela **presidente Dilma Rousseff em 5 de agosto de 2013**. No **Art. 1º**: institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

§ 1º – Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º – Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente (BRASIL, 2013).



Fonte: SNJ, 2013.

PEC DA JUVENTUDE – Proposta de Emenda Constitucional nº 42/2008 (antiga 138/2005, de autoria do deputado Sandes Junior – PP/GO) regulamenta e protege os direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, ao alterar a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal, em modificar seu art. 227, incluindo o termo jovem em nossa Carta Magna.

A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC da Juventude, foi aprovada em julho de 2010, após tramitar sete anos no Congresso Nacional. A Emenda inseriu o termo "jovem" no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando a esse segmento direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, aos adolescentes, aos idosos, aos indígenas e às mulheres.

Ela tem como principal objetivo suprir essa lacuna da Constituição, atendendo a uma antiga reivindicação dos movimentos ligados à juventude. A aprovação da matéria foi resultado de uma luta suprapartidária, que envolveu o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), a Secretaria Nacional de Juventude, conselhos estaduais e municipais de juventude, movimentos e entidades da sociedade civil, além de governos e parlamentares em todo o país. Essa luta ganhou impulso, sobretudo após a 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em abril de

2008, quando a PEC 42/2008 foi eleita como símbolo maior da defesa da ampliação das políticas públicas juvenis.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO PIAUÍ – Todas essas políticas tiveram repercussões paralelas nas lutas das juventudes no Piauí por políticas públicas. Nesse sentido, destacamos três ações importantes no processo de implantação da agenda juvenil na esfera estatal, a saber: Coordenação de Juventude e, respectivamente, o Consórcio Social de Juventude; a Coordenadoria Estadual dos Direitos Humanos e da Juventude (CDHJ); o Conselho Estadual de Juventude (CEDJUVE) e o Plano Estadual dos Direitos das Juventudes.

As políticas públicas de juventude no Piauí têm origem com a criação da Coordenação de Juventude, em 2003, no governo do Estado. Mas esse compromisso do governo na implantação das políticas públicas somente foi possível pela participação dos movimentos juvenis na esfera da sociedade civil. Os espaços governamentais criados são assumidos pelos próprios jovens, representando possibilidades de ampliação da sociedade política para a criação de uma agenda positiva para a juventude.

A coordenação estava ligada à Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC). Ainda prevalecia a visão tradicional da política de juventude ligada à assistência. Contudo, esse espaço representava um passo importante no acúmulo de forças e no fortalecimento dos movimentos já existentes, na construção dos consensos em torno da criação de uma estrutura mais ampla no governo e de políticas no campo legal.

Esse espaço constituiu-se em um instrumento importante para organização da juventude no Estado do Piauí. O Consórcio Social da Juventude foi um marco inicial desse processo de fortalecimento do movimento juvenil. O Consórcio é uma proposta do Governo Federal, inserida no Programa Primeiro Emprego, voltada para a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho e a geração de iniciativas de autoemprego e, conseqüentemente, o exercício da cidadania.

No Piauí, recebeu o nome de Tear da Juventude, e participaram mais de dezenove entidades não governamentais que trabalham com jovens. Como podemos perceber na fala da coordenadora do projeto, Rodrigues (2005), ao dizer:

[...] Em 2005, mil jovens participaram das aulas de capacitação ministradas por 19 entidades da sociedade civil. Neste ano, 27 instituições participam do processo de seleção. O consórcio é um programa do Ministério do Trabalho e

Emprego que atende jovens de 16 a 24 anos com renda familiar per capita de até meio salário mínimo. (AGÊNCIA BRASIL, 2005).²²

A coordenação de Juventude foi responsável pela articulação do Consórcio Social que em parceria com a Pastoral de Juventude fizeram a mobilização e a sensibilização das entidades sobre a importância do Consórcio. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/PI) coordenou todo o processo. Mais de mil jovens foram beneficiados por essa política pública na cidade de Teresina. Os movimentos juvenis que **Participaram do Consórcio Social da Juventude no Piauí foram fundamentais para o desempenho positivo de implantação do projeto, que contou com as seguintes entidades:**

QUADRO 1 – Entidades executoras do Consórcio Social da Juventude do Piauí – 2005

Nº	Entidades	Projetos	Jovens Atendidos
1	Centro Dialogu – Desenvolvimento Humano e Social	Promoter de eventos, projetos e comunicação	70
2	Pastoral da Juventude/Ação Social Arquidiocesana (PJ/ASA)	Serigrafia	50
3	Associação Piauiense de <i>Hip Hop</i> Juventude Periférica	Serigrafia, Grafite	85
4	Associação de Mulheres	<i>Oficce Boy</i>	30
5	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMR)	Corte e costura, material de limpeza	50
6	Fundação Padre Hermínio	Confecção de bolsa, tapete e reciclagem	70
7	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (Fetag)	Criação de pequenos animais	90
8	Grupo Afro Cultural Afoxá	Culinária, percussão e dança	50
9	Associação Mandacaru	Serviços de escritório, doces e salgados	70
10	Grupo Afro Cultural Coisa de Nêgo	Filmagem e fotografia	40
11	Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia	Corte e costura	42
12	Núcleo de Proteção Ambiental (Nupra)	Informática	60
13	Movimento pela Paz na Periferia (MP3)	Informática	40
14	Fundação Piauiense de Kung Fu	Treinadores	30
15	Fundação Dom Avelar	Panificação, marcenaria e confecção	60
16	Comunidade Terapêutica Grupo Oficina da Vida	Serigrafia	40
17	Comunidade <i>Kolping</i> do Monte Castelo	Produção de artesanato, bolsa, tapete e reciclagem	35
18	Grupo de Mulheres do Promorar Sul	Panificação e Confeitaria	48
19	União de Mulheres Piauienses	Comunicação	40

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2005.

²² Para saber mais conferir em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-04-14/berzoini-inaugura-consorcio-social-da-juventude-em-teresina>.

A maioria dessas entidades não possuía personalidade jurídica. Com a implantação do consórcio, todas passaram a assumir a condição de organização não governamental. E nesse momento, registramos que o MP3 deixa de ser apenas um grupo de jovens e passa a exercer personalidade jurídica como ONG.

No consórcio, como anteriormente informado, executou o projeto Click Aqui, com cursos de informática para jovens da periferia, sendo sua primeira experiência de execução de projeto em parceria com o governo.

Esse projeto representou um importante instrumento no processo de estruturação dos grupos e organizações juvenis, tendo em vista que as ações que já vinham desenvolvendo vão aos poucos se estruturando como política pública, contando com a presença do Estado na execução.

COORDENADORIA DE DIREITOS HUMANOS E DA JUVENTUDE – LEI COMPLEMENTAR nº 83, de 12 de abril de 2007 - Altera de Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, e dá outras providências e cria a **Coordenadoria de Direitos Humanos e da Juventude (CDHJ)**, vinculado à Secretaria da Assistência Social e Cidadania, responsável pela proteção dos Direitos Humanos, coordenação e implantação das políticas afirmativas e de garantias constitucionais para as mulheres, raças, etnias, juventude e livre orientação sexual. Instituída no segundo mandado do governador Wellington Dias. Com as seguintes atribuições:

- I – executar a política do Governo relacionada à cidadania e aos direitos humanos;
- II – zelar pela proteção dos direitos humanos, colaborando com órgãos públicos e entidades não governamentais que se dediquem a igual objetivo ou que tenham por escopo a defesa e o desenvolvimento da cidadania;
- III – promover a cidadania, apoiando o exercício de direitos individuais e coletivos;
- IV – apoiar políticas públicas afirmativas de direitos humanos, desenvolvidas de forma integrada e articuladas com os diferentes setores da administração municipal, estadual e federal;

CONSELHO ESTADUAL DE JUVENTUDE – Lei Ordinária nº 5.618 de 27 de Dezembro de 2006, Art. 1º – fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Juventude, vinculado à Secretaria da Assistência Social e Cidadania, com a finalidade de debater e analisar a situação da Juventude do Estado, propor políticas públicas que respondam às demandas

juvenis, sua autorrealização e que garantam sua integração ao processo social, político, econômico e cultural do Piauí.

§ 1º – O Conselho terá natureza consultiva e deliberativa, sendo instância máxima a Conferência Estadual da Juventude.

§ 2º – O Conselho terá composição paritária do Poder Público e da Sociedade Civil.

§ 3º – Caberá ao Estado garantir a infraestrutura necessária para o funcionamento do Conselho.

§ 4º – O Conselho Estadual dos Direitos da Juventude terá sede na Capital do Estado e sua atuação far-se-á em toda a base territorial do Estado do Piauí.

Art. 2º – Compete ao Conselho Estadual dos Direitos da Juventude:

I - estudar, analisar, elaborar e propor planos, programas e projetos relativos à Juventude no âmbito Estadual;

II - convocar e organizar a Conferência Estadual da Juventude;

III - articular as diversas secretarias e órgãos públicos estaduais que desenvolvem ações relacionadas à Juventude;

IV - promover e participar de seminários, encontros, cursos, congressos e, eventos para discussão de temas que contribuam para responder aos problemas juvenis, bem como, possibilitar o exercício do protagonismo juvenil;

Imagem 1- Reunião Conselho de Juventude



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 2 - Reunião Conselho de Juventude



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 3- Reunião Conselho de Juventude



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013

Imagem 4- Reunião Conselho de Juventude



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013

GESTÃO ATUAL DO CONSELHO – Atualmente, em 2013, o Conselho é presidido pelo Movimento Pela Paz na Periferia, como consta no arquivo documental do Conselho: A Mesa Diretora eleita é composta por representantes da Sociedade Civil, ficando assim composta:

- **Presidente: Francisco Chagas do Nascimento Junior (Júnior MP3), representante do Movimento Pela Paz na Periferia (MP3);**
- **Vice-Presidente:** Maria Jose Moraes Costa, representante da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Piauí (FETAG);
- **Secretário Geral:** Gardiê Silveira de Sousa (*in memoriam*), representante do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Piauí (DCE/UFPI) e a suplente Maria Francisca de Sousa Aguiar, representante do Grupo Coisa de Nêgo.

Essa composição somente da sociedade civil é considerada como um fato incomum na eleição de conselhos de direitos, sobretudo no Conselho de Juventude, uma vez que sua lei garante na composição da mesa diretora de representantes do governo.

A diretoria eleita tem como principal meta exigir do poder público estadual a implementação do Plano Estadual de Juventude que foi fruto da I Conferência Estadual de Juventude realizada no ano de 2008. O MP3 participa desta a primeira gestão do conselho de juventude como consta na relação de entidades abaixo:

QUADRO 2 – Primeira diretoria eleita do Conselho Estadual da Juventude do Piauí/2006

Cargo	Nome	Entidade/órgão
Presidente	Tatiane Fernanda Patrícia Cavalcante	União da Juventude Socialista (UJS)
Vice-Presidente	Miscilene Maria Gomes Cruz	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (FETAG)
Secretário Geral	José Eduardo Araújo Borges	Coordenadoria de Direitos Humanos e da Juventude (CDHJ)
Conselheiro	Francisco Edvan da Silva	Centro Colegial dos Estudantes Piauienses (CCEP)

Conselheiro	Rondinele dos Santos	Associação Santuário sagrado Pai João de Aruanda
Conselheiro	Raimundo dos Santos Junior	Ação Social Arquidiocesana (ASA)
Conselheiro	Kenylson Brito Lustosa	Federação das Associações de Moradores do Estado o Piauí (FAMEPI)
Conselheiro	David Lopes	Movimento Pela Paz na Periferia (MP3)
Conselheiro	Glaucianne Jeanne Loureno	Instituto Gandhi (IG)
Conselheiro	Geraldo Jarques Pereira Filho	Associação da Juventude do Estado do Piauí (AJEPI)
Conselheiro	Otalicio leite gomes	Aucam
Conselheiro	Adalgisa Gomes de Sousa	Federação das Associações de Moradores e conselhos comunitários (FAMCC)
Conselheiro	Sâmara Rubia Leal Rocha	Secretaria de Planejamento (SEPLAN)
Conselheiro	Aldi Lima de Sousa	Universidade Federa do Piauí (UFPI)
Conselheiro	Maria de Lurdes Moura santos	Secretaria de trabalho e Empreendedorismo (SETRE)
Conselheiro	Ângela Sousa de carvalho	Fundação do Esporte do Piauí (FUNDESPI)
Conselheiro	Clarice Alves Madeira	Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (SESAPI)
Conselheiro	Teresinha de Jesus Moura Borges	Procuradoria Geral de Justiça
Conselheiro	Milton Florêncio de oliveira	Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC)
Conselheiro	Oscar de barros	Fundação CEPRO
Conselheiro	Vicente Gomes	Secretaria da Educação e Cultura do Piauí (SEDUC)
Conselheiro	Não havia indicado	Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2008.

PLANO ESTADUAL DE JUVENTUDE – Aprovado pelo Projeto de Lei nº 61/2009, no dia 29 de maio de 2009. O plano estadual foi apresentado pelo Conselho Estadual de Juventude como resultado das propostas apresentadas pela juventude piauiense durante a realização da I Conferência Estadual de Juventude, que reuniu mais de mil jovens, entre os dias 13 e 15 de março de 2008. O Plano propõe prioridades como:

- Erradicar o analfabetismo da população juvenil, nos próximos cinco anos;
- Garantir a universalização do ensino médio, público, gratuito, com crescente oferta de vagas e de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica;
- Incentivar o empreendedorismo juvenil;

Registramos que no momento atual não existe nenhum instrumento de monitoramento, nem por parte do Conselho de Juventude nem da Coordenadoria de Juventude que apresente um balanço da efetividade das ações e metas previstas no Plano Estadual de Juventude. Essa realidade configura um processo de desarticulação do conselho de juventude e um evidente desinteresse do governo em promover um momento de balanço da política de juventude.

OBJETIVOS DO PLANO ESTADUAL DE JUVENTUDE

- Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do Estado, por meio de uma política estadual de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicas, desportivas, religiosas e familiares;
- Tornar as políticas públicas de juventude de responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as em todos os níveis institucionais – Estadual e Municipal.
- Articular os diversos atores da sociedade, governos, organizações não governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude;

Imagem 5 – Plano Estadual de Juventude

PROJETO DE LEI Nº 61 , MAIO DE 2009.

LIDO NO EXPEDIENTE
Em, 21 105 109

Fábio Novo
1º Secretário

Aprova o Plano Estadual de Juventude e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Piauí decreta:

Art. 1 Fica criado o Plano Estadual de Juventude, destinado aos jovens piauienses com idade entre quinze e vinte e nove anos.

Art. 2 O presente Plano, constante do documento anexo, terá duração de dez anos.

Art. 3 A partir da vigência desta lei, os Municípios deverão, com base no Plano Estadual da Juventude, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 4 O Governo do Estado, em articulação com os Municípios e as organizações juvenis, procederá a avaliações periódicas da implementação do Plano Estadual da Juventude.

Parágrafo único. A primeira avaliação realizar-se-á no segundo ano de vigência desta lei, cabendo às organizações juvenis reunidas em Conferência Estadual aprovar medidas legais que aprimorem as diretrizes e metas em vigor.

Art. 5º O Governo Estadual, através do órgão de juventude constituído, o Conselho Estadual dos Direitos da Juventude e os Conselhos Municipais de Juventude empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e na sua efetivação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

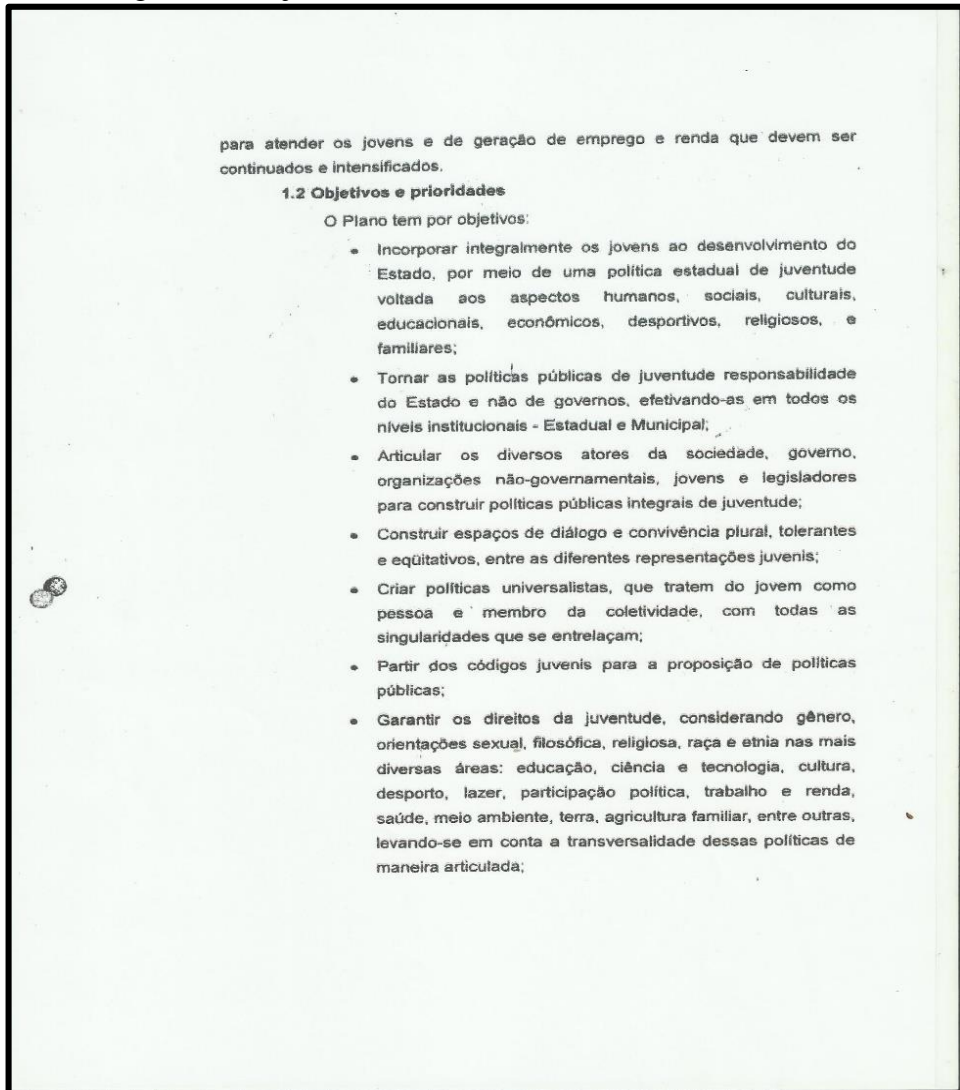
Fábio Novo
FÁBIO NOVO
Deputado com assento pelo PT

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se
[Assinatura]
Kénia Dantas E. Carvalho
Diretora Legislativa

Origem	AL
Nº do Projeto	1173/09
Data	26/05/09
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>
Outros	

Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí, 2009.

Imagem 6 – Objetivos do Plano Estadual de Juventude do Piauí



Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí, 2009.

Apresentação do Plano Estadual de Juventude na Assembleia Legislativa no Piauí

Imagem 7 – Protocolo Plano de Juventude



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2009.

Imagem 8 – Protocolo Plano de Juventude



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2009.

Imagem 9 - Protocolo Plano de Juventude



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2009.

Imagem 10 - Protocolo Plano de Juventude



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2009.

Durante esse percurso, para descrever e analisar todas essas conquistas, transporte-me para cada atividade que fizemos, a exemplo das audiências públicas, das caminhadas, das manifestações de rua, das conferências de juventude, dos seminários, das marchas, das visitas ao congresso, das reuniões da rede de jovens, das reuniões com as juventudes dos partidos, das disputas dentro do governo, das tantas viagens aos municípios, a Brasília, entre tantos outros momentos de lutas e reflexão.

Todo esse itinerário me faz ter uma certeza: que essas políticas jamais seriam possíveis sem a participação protagonizada pela juventude brasileira. O papel desenvolvido pelos movimentos juvenis, grupos de jovens, organizações juvenis, movimento estudantil e tantos outros jovens que despreendidamente dedicaram suas juventudes às lutas sociais da juventude. Esse sonho de uma vida melhor está em curso e precisa avançar ainda mais, para que esses direitos não retrocedam e esvaziem os sentidos originais de sua proposição.

Por outro lado, precisamos avançar em direção a uma nova agenda de políticas públicas para juventude. Na década de 1990, o espaço central das disputas foi às ruas na luta por participação e por direitos sociais. E na primeira década do século XXI, a tônica foi a aprovação do marco regulatório, dos espaços na gestão governamental como as secretarias, coordenadorias, assessorias. O próximo período exige dos movimentos juvenis uma nova agenda de ações concretas para a juventude pobre do Brasil.

É preciso que a Secretaria Nacional de Juventude conquiste sua emancipação do vínculo com a Secretaria Geral da Presidência da República, isso visa autonomia no fazer, mas também

no acesso a um orçamento próprio. O Projovem²³ e Pronatec²⁴ são insuficientes no processo de aceleração da escolarização e na formação profissionalizante, tendo em vista que não existe uma proposta concreta de programa de primeiro emprego e inserção no mercado de trabalho para juventude.

Por outro lado, os movimentos juvenis que se organizam na sociedade civil e em espaços públicos da sociedade política enfrentam dificuldades em ocupar de forma sistemática os conselhos de direitos, como o Conselho Estadual da Juventude e da Criança e do Adolescente. A participação nesses espaços ainda é um importante instrumento para viabilizar as demandas da juventude brasileira e piauiense. Nesse sentido, o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) tem um papel fundamental, tendo em vista que atualmente ocupa a presidência do Conselho de Juventude e tem se tornado uma referência nas lutas dos jovens mais pobres que vivem na periferia.

Apesar da significativa contribuição desse movimento nas lutas da juventude piauiense, esse período exige uma articulação dos movimentos em fóruns ou redes de articulação e fortalecimentos das lutas da juventude. A conjuntura atual é extremamente favorável para os avanços que necessitam as políticas públicas. Desse modo, reafirmamos a importância dos movimentos juvenis no processo de ampliação do Estado para agenda da juventude por participação e direitos sociais.

Contudo, é urgente e necessária uma nova agenda de políticas sociais que materializem os dispositivos aprovados em defesa da juventude. Esse ciclo não se encerra com a criação de organismos governamentais ou estatais, mas com a erradicação da miséria juvenil que rouba os sonhos de milhares de jovens de viver sua condição juvenil em plenitude.

²³ O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), o qual oferece elevação de escolaridade, capacitação profissional e inclusão digital. Criado em 2008, o Programa atua na modalidade Urbano, que até 2011 foi executado pela Secretaria Nacional de Juventude e em 2012 migrou para o Ministério da Educação; Projovem Campo (Ministério da Educação); Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego).

²⁴ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS: alinhavos da pesquisa

No caminhar se faz saber e o saber se faz caminho;
O caminho se faz chegada, que também se faz
partida; E a partida se faz história no fazer utópico
do impossível. (SILVA, 2013)

3.1 O papel pedagógico da teoria na metodologia

Existe uma grande dificuldade no processo de articulação entre teoria e os procedimentos metodológicos e técnicos, e deste com os dados produzidos pela realidade pesquisada. Esse fato deve-se, na sua maioria, à forma como as disciplinas de “Metodologia Científica” e “Planejamento da Pesquisa” vêm sendo abordadas no processo de ensino e aprendizagem, quase sempre desconexas dos objetos de pesquisa dos discentes. “[...] Desse modo, não basta colocar no currículo uma disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, de Metodologia, fornecendo alguns procedimentos técnicos, não basta isso!” (SEVERINO, 2007, p.33). Para ampliar essa consulta (Fazenda, 2007; Bianchett, 2006; Santos 2005).

Essa postura leva-nos a entender que qualquer teoria ou metodologia pode prontamente ser recortada e colada de uma pesquisa para outra, sem o exercício da problematização de questões necessárias a produção do conhecimento. “[...] O que realmente interessa como referencial teórico não é um esquema geométrico, uma espécie de organograma, um encaixe, onde forçaríamos os dados para que eles se adequassem bem.” (FAZENDA, 2007, p. 32).

Trata-se, portanto, de reconectar os elementos que possam desvelar os articuladores lógicos para a produção do conhecimento, ao contrário de propor um conjunto de teorias e métodos alheios aos sujeitos e ao contexto da pesquisa. Dessa maneira, ao transpor uma teoria de um campo de pesquisa para outro, de um projeto para outro, de uma temática para outra, de um contexto para outro, pode comprometer o referencial teórico como articulador lógico dos procedimentos metodológicos.

É a partir dessa leitura que devemos manter sempre um *link* aberto para articular os objetivos iniciais da investigação com as questões que orientam nossas indagações, considerando os sujeitos pesquisados e, respectivamente, suas realidades. “[...] Assim, o referencial teórico e procedimentos metodológicos não podem ser concebidos e utilizados como uma malha pré-fabricada.” (SEVERINO, 2007, p. 32). Desse modo, o processo de produção do conhecimento precisa se produzir em um movimento, cuja vontade seja força de impulsão na

articulação dos potenciais do pesquisador. “[...] Como uma vontade produz uma ação física e corporal? Não sei, mas experimento em mim o que ela produz. Quero agir e ajo; quero mover meu corpo e meu corpo se move.” (ROUSSEAU, 1999, p. 367).

É desse movimento de sentidos e de sensibilidades que o pesquisador encontra no referencial teórico e na metodologia seu ponto de apoio. Esses elementos passam a ser sua companhia com a qual alinhavará suas ideias principais, na criação e recriação dos modos de produção do conhecimento e não apenas na construção de um conhecimento novo.

Isso ocorre a partir do movimento que o pesquisador produz para o encontro de referenciais que lhes adentram pelo mundo acadêmico, através da sala de aula. Mas também pelo movimento empírico na pesquisa de campo. Ao iniciar sua investigação, os pesquisadores encontram referenciais norteadores no próprio fazer e saberes dos sujeitos pesquisados, ou seja, esses sujeitos apoiam-se em aportes teóricos que fundamentam sua intervenção social e sua postura diante do mundo.

É a partir dessa construção que aprimoramos o percurso que nos levou a pensar também o referencial teórico a partir dos jovens que vivenciam o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3). Um dos autores que logo evidenciamos em seu trabalho social é Paulo Freire, através de suas obras, sobretudo as que dialogam com a *Pedagogia do Oprimido e da Esperança*, sem as quais não seria possível conhecer a pedagogia social do MP3.

Por isso o pesquisador, como sujeito historicamente e socialmente situado, deve buscar articuladores de problematização da realidade, ao mesmo tempo, apresentar alternativas de mudanças e de transformação para os contextos sociais pesquisados. Como nos propõe Alves-Mazzoti (2006, p. 27):

[...] A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado [...] exige, portanto, que o pesquisador se situe nesse processo, analisando criticamente o estado atual do conhecimento em sua área de interesse, comparando e contrastando abordagens teórico-metodológicas utilizadas e avaliando o peso e a confiabilidade de resultados da pesquisa de modo a identificar pontos de consenso, bem como controvérsias, regiões de sombra e lacunas que merecem ser esclarecidos.

Dessa maneira, organizamos nossa proposta metodológica, objetivando que o método e técnicas nos leve à compreensão do fenômeno humano e do processo de mudança. Essa perspectiva pretende compreender as relações das partes com a totalidade dos acontecimentos e as transformações que é capaz de desenvolver no processo de vivência da condição humana.

3.2 A referência metodológica

A pesquisa qualitativa constitui nossa opção metodológica. Aportamo-nos na perspectiva da investigação qualitativa de Melucci (2005), que trabalha associando dados quantitativos e qualitativos. Uma metodologia como prática sociológica e antropológica, capaz de se confrontar com outras visões de mundo, de valores, de expectativas e de argumentações, colocando em evidência o caráter dialógico e potencialmente conflitivo do processo de construção do conhecimento.

Para Minayo (2012, p. 14), a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade e sua sensibilidade.). Sobre o papel dos pesquisadores, estudos revelam a necessidade do rompimento com o padrão hegemônico da pesquisa tradicional, Fazenda (2007, p. 127) analisa:

[...] No ‘continuum’ do convencional ao não convencional, partimos do pesquisador que se oculta e delega aos dados a locução, passamos ao pesquisador que assume a locução, buscando a parceria dos pesquisados, chegamos ao pesquisador que se reconhece como individualidade que se dissolve construindo o coletivo com os outros, em um compromisso, em solidariedade, em cumplicidade com os outros. Então o interlocutor se amplia: não apenas os pares da academia, não só os participantes da pesquisa, mas todos aqueles que constroem a História, o conhecimento.

Dessa forma, o pesquisador faz um movimento constante que supõe um esforço epistemológico para a compreensão da realidade. Assim, a concepção dialética de educação desta pesquisa parte de um movimento de descolonização do paradigma epistemológico dominante, alargando os estudos acadêmicos para outras possibilidades. Por isso, as informações estatísticas e as falas dos sujeitos de um universo estudado, há significados que não somente o pesquisador interpreta, mas significa e ressignifica.

Para Melucci (2005, p. 30), “[...] o interesse pela pesquisa qualitativa parte dos atores sociais mais sensíveis com a sua individualidade e mais sintonizados com a vida cotidiana, eles exigem uma prática de pesquisa mais próxima de sua experiência”. Assim, a investigação qualitativa em educação assume muitas formas e sentidos, sendo conduzida em múltiplos contextos. Com efeito, explicam:

[...] utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por *qualitativos*, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. [...] privilegiam, essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 16).

Os investigadores qualitativos tentam estudar objetivamente os estados subjetivos dos seus sujeitos, seus lugares, os contextos em que estão inseridos, interagindo com os sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora. Como analisa Streck (2012, p. 6): “[...] A produção de conhecimento situa-se em vários lugares, cada um destes com características próprias de acordo com os papéis que cabem aos respectivos atores. A pesquisa faz parte, assim, de um amplo ‘movimento do saber’”. Ou seja, ao pesquisar os sujeitos envolvidos (pesquisadores) também apreendem. O autor acrescenta: “[...] Antes do domínio de determinadas técnicas, pesquisar implica na capacidade de escutar, um escutar denso, intenso e (im)paciente dos sujeitos e do mundo em que está envolto todos os atores da pesquisa.” Pensamento também compartilhado por Minayo (2012, p. 21) ao dizer:

[...] A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais [...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenómenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas em pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada como seus semelhantes.

Portanto, partimos de uma opção metodológica que cumprisse a tarefa de identificar as práticas educativas do MP3, a partir das ações desenvolvidas em parceria com Estado na garantia dos direitos sociais da juventude da periferia. Ou seja, em que essa metodologia estivesse com seus pilares fincados em uma postura ética e crítica na pesquisa. Esse trajeto implicou na elaboração de um mapa humano, sobre o qual a investigação buscou conectar e reconectar os possíveis caminhos sobre a temática da educação nas periferias. Por isso, procuramos nos referenciar em teóricos que dialogam com as formas de emancipação social dos oprimidos.

Esse itinerário tem como princípio uma opção metodológica que está intrinsecamente permeada por uma concepção ético-política. Contribuindo para a construção de uma nova

sociedade na perspectiva da valorização do ser humano. Concordando com afirmação de Rousseau, quando ele diz que devemos “[...] estudar a sociedade pelos homens, e os homens pela sociedade.” (ROUSSEAU, 1999, p. 309), esse princípio exige uma leitura do mundo e ao fazê-la, sobre determinados contextos, sujeitos e processos históricos, recusamos a concepção determinista de produção do conhecimento.

Ao mesmo tempo, essa pesquisa nega a neutralidade científica racional, que assume como válido os conhecimentos predominantemente assentados pela separação entre sujeito e objeto e destes de seus contextos. Ou seja, recusa-se ao pensamento abissal eurocêntrico, como analisa os estudos de Santos (2010): os “outros” saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna. Esse pensamento também aparece nos estudos de Arroyo, ao dizer: “[...] Esses processos brutais de desenraizamento foram e continuam sendo as opções pedagógicas para a destruição dos saberes, culturas, valores, identidades dos povos indígenas, negros, quilombolas, camponeses, trabalhadores dos campos e das periferias.” (ARROYO, 2012, p. 204).

Em razão disso, nossa opção metodológica está intrinsecamente ligada com a concepção de mundo da pesquisadora e de sua realidade. Essa postura se alicerça nas práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais, visando à inversão da lógica do conhecimento científico único, hegemônico e válido para todos os povos e nações. Como nos propõe a reflexão de Medeiros (2010, p. 19):

[...] A relação com o tema, as teorias, os instrumentos de promoção das informações, o tratamento analítico e as conclusões se constituem a partir da compreensão da importância do conhecimento no processo de afirmação das lutas dos movimentos populares comprometidos com a transformação social. Desse modo, optou-se por uma construção metodológica que tanto recusa determinismos quanto a suposta neutralidade científica, sendo tal opção parte de uma intencionalidade pedagógica e ético-política.

Coadunando com esse entendimento, Mama (2010) afirma uma perspectiva de estudo que visa possibilitar visibilidade aos processos educativos dos saberes populares:

[...] é fundamental definir uma ética de pesquisa que sustente conhecimentos contextualizados orientados para servir os interesses emancipatórios concretos das populações [...], o mundo não se pode concentrar com breves saberes resumos de si próprio, mesmo sabendo que a ‘versão completa e integral’ é impossível. A energia deve centra-se na valorização da diversidade dos saberes para que a intencionalidade e a inteligibilidade das práticas sociais seja a mais ampla e democrática. (MAMA, 2010, p. 26).

Essa análise reflete a identidade dos sujeitos no pensamento de Lévy-Strauss apud Minayo, 2012: “[...] Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação. (p. 13). Assim, a metodologia qualitativa pressupõe uma contribuição para o processo de emancipação social dos sujeitos na construção de sua consciência histórica. Com isso, a análise qualitativa não é apenas uma classificação de opinião dos informantes, é a descoberta de seus códigos sociais a partir de seus contextos, convivências, falas, símbolos e observações.

3.3 O método na pesquisa qualitativa

Compreendemos que o método dialético é um instrumento fundamental para analisarmos a realidade atual e o contexto em que se funda o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), e sua relação com a sociedade. Esse método valoriza as quantidades e as qualidades, correlacionando suas contradições intrínsecas nas ações educativas do MP3 como movimento perene entre interioridade e exterioridade de seu fazer social. Portanto, a dialética é a explicação do movimento, da transformação das coisas.

O pensamento dialético se expressa pelo movimento constante que revela as relações de totalidade, pelas partes com o todo e do todo com as partes. Como descreve Goldmann (1967, p. 4):

Sendo então todas as coisas causas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e as mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes.

Gadotti (1983) destaca que a dialética na antiguidade expressava modo específico de argumentar, que consistia em descobrir as contradições contidas no raciocínio do adversário (análise), negando, assim, a validade de sua argumentação e superando por outra (síntese). Para **Platão**, a dialética era um método de ascensão ao inteligível, método de dedução racional das ideias. Para **Aristóteles**, o método dialético não conduz ao conhecimento, mas à disputa, à probabilidade, à opinião.

A dialética como silogismo ou lógica da aparência impressa nos estudos de **Descartes** e **Kant** será profundamente questionada por Rousseau em seu IV livro, no capítulo sobre *Profissão e Fé do Vigário Saboiano*, ao falar sobre a importância do movimento como elemento fundante de força e de mudança ao se contrapor à visão positivista:

Com os dados, Descartes formava o céu e a terra; mas não pôde dar o primeiro impulso a esses dados, nem colocar em jogo sua força centrífuga a não ser com o auxílio de um movimento de rotação. Newton descobriu a lei da atração, mas a atração sozinha logo reduziria o universo a uma massa imóvel; a esta lei foi preciso acrescentar uma força projétil para fazer com que os corpos celestes descrevessem curvas. Diga-nos Descartes que lei física fez com que seus turbilhões girassem; mostre-nos Newton a mão que lançou os planetas na tangente de suas órbitas. (Rousseau, 1999, p. 366).

Em **Hegel**, o método dialético é a unidade dos contrários, ou seja, é o momento negativo de toda realidade, aquilo que tem a possibilidade de não ser, de negar-se a si mesma. Para **Marx e Engels**, o pensamento e os princípios da dialética hegeliana são “puras leis do pensamento”, giram em torno de conceitos que são tomados de forma isolados em si. O ponto de convergência de Hegel e Marx é o movimento de oposição dos contrários. **Para Marx**, a dialética não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo (GADOTTI, 1983, p. 19).

Assim, o homem constitui-se em instrumento de revelação de sua condição de parte da realidade total, diferenciando-se apenas em alguns aspectos. Desse modo, a dialética é a capacidade humana de rompimento com a concepção de determinismo. A prática material é o critério da verdade, em que interpreta a própria natureza da prática, mediante uma conceituação original. Como revela Pinto, ao dizer:

[...] A dialética constitui o modo de superior de pensar a realidade, mas é o modo de pensar do *homem* concreto, de alguém que está obrigatoriamente em comunicação com seus semelhantes, que vive em sociedade, em determinado regime político e econômico, e se exprime pela linguagem usual. O conceito de dialética é dinâmico, representa o ser no seu movimento, é intrinsecamente contraditório e resume em si, na singularidade da ideia, a totalidade do real. (PINTO, 1979, p. 212-213).

O movimento dialético de oposição entre os contrários constitui-se como marca forte no processo de fundação do MP3. Podemos atestar ao analisar as entrevistas do Coordenador do Movimento e fazer uma análise dos documentos do MP3; ele surge em função da negação da sociedade capitalista, que expõe a periferia à situação total de miséria social. Ao questionar esse modelo de sociedade (síntese), expressando sua negação passa assumir os contornos de uma organização coletiva, a qual faz surgir o MP3 (síntese).

Ao analisar o processo histórico deste sujeito social coletivo, ouvindo educadores fundadores, coordenadores, educadores contemporâneos, podemos levantar algumas novas

configurações no trabalho social do MP3. Essa mudança decorre do próprio processo de transformação que o movimento vem articulando para sua consolidação na sociedade, que por sua vez acarreta ônus e bônus em sua dinâmica interna. Apresentamos alguns elementos de contradições no processo histórico e na realidade atual do MP3, em decorrência do processo dialético de organização do movimento, como:

A Passagem de Movimento de Jovens à Institucionalização como ONG – este aspecto, talvez seja o mais contraditório do MP3. O movimento que surge pela aglutinação de jovens ligados à cultura *hip hop*, como expressão de contestação da situação de miséria social vivenciada pelos jovens da periferia, portanto, de luta contra o Estado, passa a lutar pela ampliação do Estado, ou seja, pela participação dos jovens na definição e na execução das políticas públicas de juventude.

No início, os jovens não queriam a institucionalização do movimento, acreditavam que seriam uma extensão do Estado. Essa repulsa ao Estado era advinda das experiências de parceria desenvolvidas no contexto do modelo neoliberal. Nesse período, a concepção de parceria significava tirar da ótica do Estado a responsabilidade como instituição provedora do bem-estar social, passando à sociedade pelo “terceiro setor”. Como descreve o Coordenador e fundador do MP3, SL: “[...] Essa aproximação com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, legalidade, a gente, nós achávamos que seria uma forma do estado controlar a organização, muitos acreditavam nisso”. (SL, entrevista, 2013).

Contudo, em 2004, em consequência do processo de participação do MP3 nos espaços de articulações dos movimentos juvenis com o Estado, e a partir do próprio público do movimento, os coordenadores decidem legalizar o MP3 como Organização Não Governamental. Essa situação estava sendo condicionada por fatores externos à dinâmica do próprio movimento que implicava:

- Na necessidade de conseguir um espaço institucional para receber o Projeto Estação Digital da Fundação Banco do Brasil;
- Na necessidade de consolidar a parceria com a Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC), com a ocupação do espaço do Centro Social Urbano Elmira Ferraz no São Pedro, onde funcionaria a sede do movimento.
- Na necessidade de gerir os recursos dos projetos e convênios com o governo do Estado e outros parceiros, já que a instituição que recebia os recursos era o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

A conjuntura inicial de organização do MP3, de negação da parceria com o Estado, é profundamente alterada no contexto de consolidação como movimento juvenil de caráter institucional. Na atualidade, registramos fortes indícios de dependência do movimento em relação ao Estado para o desenvolvimento das ações. Isso tem implicado profundamente na dinâmica interna do movimento, inclusive na própria sobrevivência do MP3, apesar das iniciativas próprias de geração de renda por meio dos projetos sociais, como projeto Metarreciclagem.

A Passagem da prática social cultural à prática institucionalizada – os caminhos percorridos ou estratégias utilizadas pelo movimento para resolver as demandas sociais dos jovens da periferia agora são outras diferentes de seu contexto de formação. As mobilizações de ruas, nas praças, nos bairros da periferia, nas caminhadas e outras formas de pressão social junto ao estado passam a ficar circunscritas aos espaços institucionais do próprio Estado, a exemplo o Centro Social Urbano (CSU). A relação, agora é institucional, nas mesas de negociação, em audiências públicas, na esfera pública estatal como conselhos de direitos, entre outros.

Isso pode significar a ampliação do Estado para a efetivação de parceria na realização de políticas públicas para os jovens da periferia. Ao mesmo tempo que pode representar a própria desarticulação que enfrenta os movimentos sociais como um todo no Piauí. Outra relação com essa passagem institucional pode ser atribuída à ausência da cultura *hip hop* como elemento mobilizador dos jovens da periferia. A não realização das rodas de cultura e o encerramento do Projeto Cine Periferia podem contribuir para esse processo de desmobilização do movimento.

Por um lado, o discurso da falta da parceria com o Estado para o financiamento e desenvolvimento das ações do MP3 não são suficientemente fundamentadas pelos seus representantes. Essa análise se dá pela constatação, durante a pesquisa, que o movimento possui estrutura humana e material para o funcionamento dos projetos que, na sua maioria, são financiados pelo Estado, mas não realizam os projetos. Por outro lado, essa opção do movimento de não realização do Projeto Cine Periferia e das Rodas de Cultura Hip Hop revelam fortes traços de desvalorização do trabalho social voluntário, ao apostar que somente pode desenvolver suas ações com apoio financeiro do Estado, sem dinamizar as estruturas já existentes.

Na atualidade, é necessário articular novas formas de desenvolver o trabalho voluntário, pois, neste caso específico, os projetos podem ser desenvolvidos pelos próprios jovens

atendidos pelo MP3. Essa opção gera uma consciência política de participação desses jovens na luta direta pela transformação de suas vidas e da vida de outros jovens.

Contudo, em decorrência do processo acelerado do tráfico de drogas, parcelas significativas dos jovens morreram ou estão em situação de conflitos, revelando barreiras no acesso a essas comunidades. Essa conjuntura pode revelar a opção mais institucionalizada do movimento e seu processo de reestruturação social de sua “passagem” da educação para cidadania para a vertente mais centralizada na educação para profissionalização e empregabilidade.

A passagem da educação para cidadania à educação para profissionalização e empregabilidade – A vertente da inclusão digital e empregabilidade tem sido o mote principal nas ações e práticas educativas do MP3. Essa opção tem revelado um cotidiano educativo predominante de educação para profissionalização, apesar de registrarmos iniciativas pontuais de atividades como palestras, seminários e encontros temáticos.

Essa opção vem esvaziando profundamente a prática social do MP3. Contudo, isso corre dentro do contexto de desenvolvimento das novas tecnologias, expansão da internet e em decorrência do processo de globalização da informação. Atualmente, as atividades oferecidas pelo MP3 são Inclusão Digital Básica e Avançada; Curso de Montagem e Manutenção de Computadores; Robótica e o Curso de Reciclagem de Lixo.

Essa realidade evidencia, por um lado, a capacidade acelerada que o movimento tem de incorporação de temáticas em escalas globais, como a reciclagem do lixo eletrônico, agregação de valor na geração de emprego e renda, ao tempo que difunde a educação ambiental a partir da reciclagem. Por outro, essa orientação para os cursos técnicos vem reduzindo os processos de formação para cidadania juvenil, com pouca intervenção de cursos em direitos humanos, educação popular, participação política, protagonismo juvenil, entre outros.

Dessa forma, aos poucos o MP3 assume em seu contexto educacional um tipo de prática educativa que reconfigura sua dinâmica interna e sua forma de intervenção na sociedade. Esse contexto revela a necessidade da direção do movimento refletir sobre sua prática educativa e seu papel na sociedade, na perspectiva de convergir de forma mais sistemática para consolidação da concepção de educação de paz da periferia.


A passagem da concepção de não parceria à parceria com o Estado – Ao contrário do contexto inicial de fundação do MP3, que negava qualquer possibilidade de parceria com Estado, a realidade agora é outra. Atualmente, o movimento mantém parceria com Governo do Estado, situação que vem viabilizando o espaço de funcionamento do MP3 na sede no CSU do bairro São Pedro, estando esse espaço sob a coordenação do MP3, ou seja, é o movimento quem

dá as direções quanto aos aspectos administrativos do centro social urbano. Nesse espaço, há funcionários comissionados, terceirizados, serviços prestados, todos à disposição do MP3, mesmo aqueles que pertencem ao quadro efetivo do centro social. Essa parceria permitiu a reforma do CSU, conforme matéria vinculada em site:

[...] O Movimento pela Paz na Periferia reativou a dignidade do centro e desenvolve trabalhos que beneficiam toda a sociedade de Teresina. Para dar suporte ao programa, o antigo prédio do CSU São Pedro foi totalmente reformado pela SASC, que investiu R\$ 300 mil para melhorar toda a estrutura do local. 'Hoje contamos com equipamentos de primeira, instalações de alto nível, seguranças e funcionários qualificados', comemora o presidente. (SURGIU NOTÍCIAS, 2013).²⁵

Com relação aos funcionários, verificamos através do levantamento documental, junto à Secretaria da Assistência Social e Cidadania, a lotação de alguns servidores no CSU Elmira Ferraz, conforme documento fornecido pela secretaria:

Imagem 11 – Relação de servidores do CSU

 GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SASC						
SITUAÇÃO DE SERVIDORES EM SETEMBRO/2013						16
UNIDADE OPERACIONAL ELMIRA FERRAZ (001020)						
Nº	NOME	MATRICULA	CARGO DO ÓRGÃO DE ORIGEM	FUNÇÃO QUE EXERCE NA SASC	ÓRGÃO DE ORIGEM	ES
1	José Rodrigues da Silva	259772-1	--	Coordenador	S/Vinculo	ES Ci
2	Cláudio Roberto P. da Silva	079708-1	Soldado	Soldado	PMP	Ensin
3	Dalva Mª Pereira da Cruz (CEM)	067993-3	Ag.Op.de Serv. ID	Cozinheira	SEDUC	Ensin
4	Franciana de Jesus Rocha	219684-X	Ag. Oper. Serviços	Ag. Oper. Serviços	SASC	Téc. e
5	Sebastião Vieira Filho	008321-6	Aux. Serviços	Vigia	SETRE	Ensin
6	Ana Maria Pereira da Silva	252951-3	--	Cuidadora Social	Cont. Temporário	Ensin
7	Maria Edilene Martins Rodrigues	253017-1	--	Ed. Social	Cont. Temporário	Ensin
8	Valdeilson Negreiros da Rocha Silva	252983-1	--	Ed. Social	Cont. Temporário	Ensin

Nº	NOME	MATRICULA	CARGO DO ÓRGÃO DE ORIGEM	FUNÇÃO QUE EXERCE NA SASC	ÓRGÃO DE ORIGEM	ES
9	Andreia Pereira de Alencar	--	--	Secretária	LISERV	
10	Jefferson Lopes Vieira	--	--	Vigia	LISERV	Ensin
11	José Airton da Silva Vieira	--	--	Vigia	LISERV	Ensin
12	Mª das Graças da Silva	--	--	Recepcionista	LIMPEL	Ensin

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas da SASC, 2013.

²⁵ Mais informação acessar: < Fonte: <http://surgiu.com.br/noticia/50976/meta-reciclagem-ajuda-jovens-em-situacao-de-risco.html>>.

A parceria do MP3 com o governo do estado se consolida pelo CSU, apesar do MP3 ocupar esse espaço, o mesmo pertence à estrutura patrimonial do governo. É o instrumento que viabiliza parte das condições de funcionamento do Movimento Pela Paz na Periferia como água, luz, telefone, internet, que conta com uma ajuda de fomento no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), repassada mensalmente para o movimento via Centro Social Urbano.

Essa realidade se dá em virtude da responsabilidade do Estado na manutenção e funcionamento do Centro Social Urbano, que também custeia as despesas com transporte e combustível do MP3. A Secretaria da Educação e Cultura do Piauí (SEDUC) fornece, de forma integral, alimentação para os jovens (lanches). Essa parceria com o Estado vem possibilitando retomar a periferia como lugar de pertencimento, que significa seu lugar no mundo como parte de um todo, exigindo o cumprimento de sua função social, na promoção do bem-estar social dos setores historicamente excluídos do acesso aos bens e serviços públicos.

3.4 As técnicas da pesquisa

3.4.1 Mapa de reativação da memória

Essa técnica foi desenvolvida durante nosso processo de produção da pesquisa. Esse instrumento de reativação da memória deu-se pela observação participante em dois momentos. No primeiro momento, pelas experiências de participação direta na construção de uma agenda de políticas públicas para a juventude no Piauí, no período escolhido para estudo, e, em um segundo momento, durante a pesquisa de campo no MP3. Para isso, referenciamos na concepção de processo de sistematização das experiências desenvolvido na educação popular pelos movimentos sociais. Como descreve Holliday (2000, p. 7):

[...] Sistematizar experiências é um desafio político pedagógico pautado na relação dialógica e na busca da ‘interpretação crítica dos processos vividos’. Trata-se de um exercício rigoroso de aprendizagem que contribui para refletir sobre as diferentes experiências, implicando na identificação, classificação e re-ordenamento dos elementos da prática; utiliza a própria experiência como objeto de estudo e interpretação teórica, possibilitando a formulação de lições e a disseminação.

A partir dessa perspectiva, montamos um **Mapa de Reativação da Memória** – uma minicartografia que permitiu reconstruir o processo vivido, mantendo os escritos do mapa como um guia, uma bússola que orienta o caminho, mostra as trilhas percorridas, e permite leituras

entre o passado e o presente, ao mesmo tempo, que aponta perspectivas. Segundo Gil (1999, p. 113):

[...] A observação participante ou observação ativa consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. A técnica de observação participante foi introduzida na pesquisa social pelos antropólogos no estudo das chamadas 'sociedades primitivas'. A observação participante pode assumir duas formas distintas: a) natural, quando o pesquisador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga; b) artificial, quando o observador se integra ao grupo com objetivo de realizar a investigação.

Podemos nos situar dentro desta primeira forma de observação, a natural. Como participante, montamos um quadro geral das lutas juvenis, mantendo sobre nosso ângulo de visão os principais sujeitos envolvidos, temáticas recorrentes, resultados obtidos e os momentos mais fortes de participação do MP3.

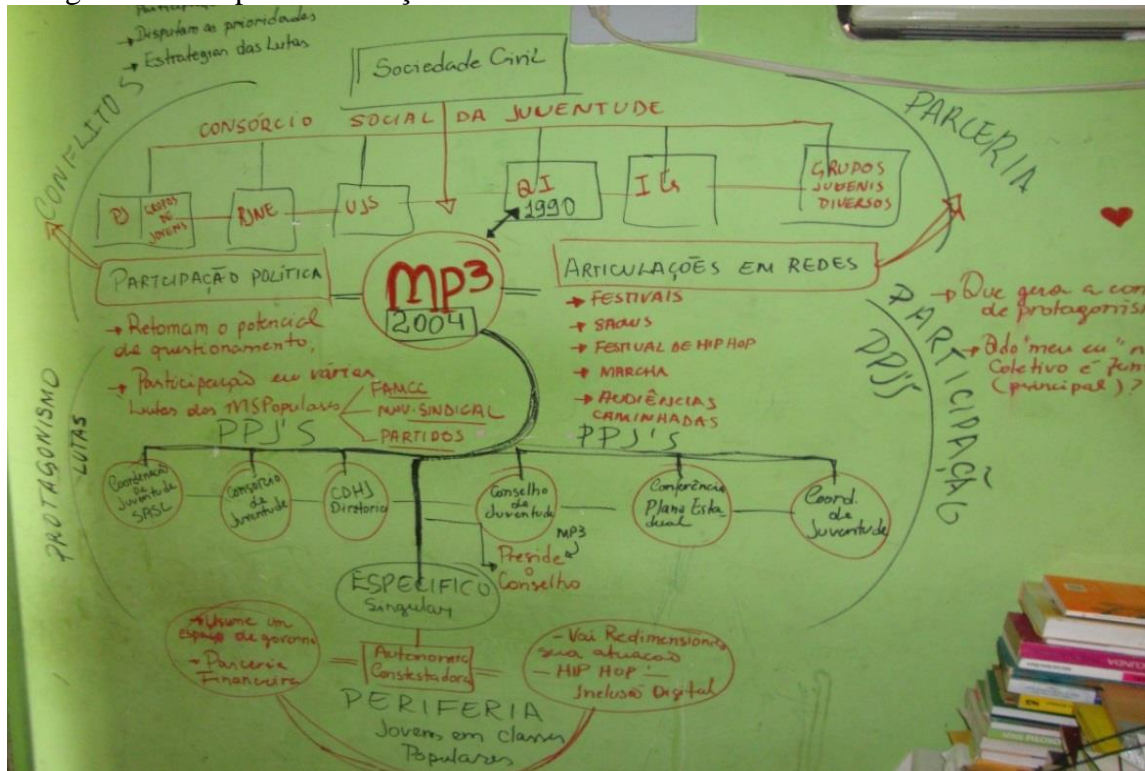
Através do mapa, não apenas reativei a memória vivida, mas reencontrei outras pegadas, ao encontrar, no percurso do fazer coletivo, os saberes protagonizados pelas juventudes da periferia. Refazer a leitura do contexto, agora em outra realidade, mas sempre com questões atuais que remonta um passado não realizado. Esse mapa nos permitiu a visualização constante de nossos sujeitos. Netto e Dalmaz (2004, p. 18) afirmam que:

“[...] o processo de estabilização da informação armazenada se estende por um prazo mais longo e envolve alterações contínuas na própria organização da memória; toda vez que nos lembramos de algo estamos (re)construindo e adicionando alguma informação àquele arquivo de memória. [...] Considere aquilo que você sabe a respeito do mundo, dos outros e de você mesmo: toda essa informação foi adquirida através da experiência e está armazenada em suas memórias. Somos seres com história, construímos nossa identidade através de um processo que mescla as experiências vividas no ambiente e as nossas vivências interiores; assim, somos quem somos porque aprendemos e lembramos. A memória é uma das funções cognitivas mais complexas que a natureza produziu, e as evidências científicas sugerem que o aprendizado de novas informações e o seu armazenamento causam alterações estruturais no sistema nervoso.

Neste sentido, ao reativar minha memória pude refazer as experiências vividas e reconstruir os passos que conduziu o processo de organização dos movimentos juvenis e, respectivamente, da luta e implantação das políticas públicas no Estado do Piauí e no Brasil. Certamente, pelos limites de nossa própria memória, ficaremos restrito ao que foi possível resgatar e reconstruir.

Assim, enquanto escrevia, pude manter meus olhos na direção planejada do estudo, se por vez desviei-me, foi por escolha. Fotografei, já que meus escritos estão registrados nas paredes do espaço que, gentilmente, acolhe-me para descanso, meu quarto. Segue nossos traços e trajetos neste longo percurso de lutas das juventudes do Brasil:

Imagem 12 – Mapa de reativação da memória



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

3.4.2 Levantamento Documental

Essa técnica foi um instrumento relevante na coleta das fontes documentais, entre as quais: relatórios, projetos, estatuto social, arquivo fotográfico, jornais, termo de convênio, arquivo virtual, vídeos, entre outros. Merecem destaque os documentos que registram o processo histórico de formação do MP3, os documentos que celebram convênios com o Estado, e os projetos sociais do movimento, como o Cine Periferia e Estação Digital, que serão esboçados no capítulo III.

De acordo com Gil (1999, p.167), as fontes documentais garantem e possibilitam: a) o conhecimento do passado; b) a investigação dos processos de mudança social e cultural; c) a obtenção de dados ao menor custo; d) a obtenção de dados sem o constrangimento dos sujeitos. Nesse sentido, os documentos constituem uma fonte histórica escrita que permite traçar um

mapa histórico dos sujeitos pesquisados. Considerando essa análise, de um lado, o MP3 tem um vasto arquivo documental e virtual que permite e facilita o ato de investigar, do outro, a coordenação do movimento foi muito providencial no acesso aos seus arquivos de memória documental.

3.4.3 Entrevista Biográfica

Este recurso foi fundamental como meio para “reconstrução” histórica do Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), a partir da história de vida de seu idealizador e fundador – o educador JFC. Na sistematização da entrevista, teve a intervenção da pesquisadora na organização e formatação dos relatos, sem comprometer sua originalidade. Essa técnica não tem como objetivo principal o aprofundamento ou a interpretação de todas as informações obtidas. Pretende levantar aspectos históricos e sociais a partir das experiências humanas inter cruzadas no processo de formação dos sujeitos coletivos. Essa técnica, segundo Chaloud (1989, p. 13):

[...] Concentram-se em um único ator, que passa a ser objeto de indagação teórica, enquanto unidade totalizante da pesquisa. O papel do pesquisador parece ser mais o de selecionar e ordenar que o de analisar e interpretar, pois predomina a impressão – talvez incorreta – de que o ator fala por si mesmo e qualquer tentativa de interpretação seria inútil.

As entrevistas biográficas funcionam como um fio condutor que se propõe a revelar a rede de relações sociais do indivíduo e sua forma de intervenção na sociedade e as transformações ocorridas. Esse movimento dialético situa-se no plano da realidade, no plano histórico que explora a reciprocidade entre contexto e o processo vivido.

Minayo (2012, p. 65) afirma que: “[...] através de entrevistas também realizamos pesquisas baseadas em narrativas de vida, igualmente denominadas ‘histórias de vida’, ‘histórias biográficas’, ‘etnobiografias’ ou ‘etno-histórias’”. Compreendemos que seria de fundamental importância ouvir os jovens fundadores do movimento. Para isso, levamos para dentro do contexto inicial de “reconstrução” histórica do MP3 a narrativa de vida JFC, percebendo sua contribuição como educador e fundador do MP3. Utilizamos esta técnica como caminho de mediação entre as ações e a estrutura, ou seja, entre a história individual e a história social. (BUENO, 2002, p. 17).

Para as entrevistas, realizamos dois encontros com JFC na sede do movimento. Apesar das diversas tarefas que envolvem suas decisões no cotidiano do MP3, ele nos recebeu

prontamente. Nosso entrevistado coordena o Projeto Metarreciclagem e é o principal idealizador e fundador do MP3, morador do São Pedro, como ele mesmo se define “embaixador da periferia”.

Nossa entrevista se organizou sobre três temáticas: Qual sua história de vida e sua relação com o MP3? Deixamos JFC à vontade para falar de sua trajetória pessoal, sua família, infância, adolescência, juventude, relação como os meninos de rua, com os movimentos sociais, com o bairro São Pedro, entre outros. Posteriormente, apresentamos mais duas questões: Como conceituava a prática educativa do MP3? E como caracterizava a relação de parceria entre o MP3 e o Estado do Piauí? Todas as perguntas tinham como objetivo apenas ter um ponto de partida, procuramos deixar o entrevistado à vontade para discorrer sobre o que considerasse importante e necessário registrar.

3.4.4 Entrevista Semiestruturada e Questionário Direcionado

A entrevista na pesquisa qualitativa é uma das estratégias usadas no trabalho de campo, cujo objetivo é coletar informações necessárias e pertinentes ao processo de elaboração da pesquisa. Minayo (2012) diz que a entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada pela iniciativa do pesquisador. A entrevista semiestruturada teve como guia um questionário centrado nas questões que respondem aos objetivos principais da pesquisa, considerando que, segundo Gil (1999), implica em construir um questionário que consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas, as quais constituem, pois, o elemento fundamental do questionário.

Dessa forma, as entrevistas podem ser (a) sondagem de opinião; (b) semiestruturadas; (c) aberta ou em profundidade; (d) focalizada e (e) projetiva. A partir dessa exposição escolhemos a entrevista semiestruturada, tendo em vista que combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada.

Nessa coleta de dados, resolvemos aplicar os questionários direcionados aos seis educadores entrevistados, todos atualmente ligados às atividades do MP3, entre esses o JFC. Para esses seis educadores, adotamos nomes fictícios como: **Educadora Flor da Gameleira, Educador Piau, Educadora Flor de Caju, Educadora Flor de Ipê, Educador Tucum e Educador Mandacaru.**

Essas entrevistas e questionários nos permitiu coletar informações necessárias para identificar as categorias principais presentes no cotidiano do movimento. Dessa forma,

organizamos em eixos identificados pela recorrência com que foram aparecendo nos discursos dos educadores e dos jovens atendidos pelo movimento. Também procuramos identificar com que frequências essas palavras aparecem nas peças publicitárias de divulgação e marketing do MP3, assim encontramos:

QUADRO 3 – Eixos temáticos principais levantados pela pesquisa

Eixo 1. Movimento Juvenil	Eixo 6. Parceria
Eixo 2. Família MP3	Eixo 7. Educação de Paz
Eixo 3. Cultura <i>Hip Hop</i>	Eixo 8. Políticas Públicas
Eixo 4. Paz	Eixo 9. Protagonismo Juvenil
Eixo 5. Periferia	Eixo 10. Inclusão Digital.

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Também aplicamos um questionário específico junto a quinze jovens atendidos pelo movimento, com o objetivo de perceber os sentidos que atribuem à prática educativa do MP3, suas formas de convivência e o papel do movimento na sociedade e no trabalho com as juventudes da periferia.

3.4.5 Encontro com Grupo Focal

A técnica do grupo focal vem sendo recorrentemente utilizada na pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2012, p. 65): “[...] os grupos focais são reuniões de pequenos grupos que têm como finalidade a construção de consensos sobre determinado assunto ou de cristalizar opiniões díspares, a partir de argumentação”. Dessa forma, compreendi que seria necessária a realização dessa técnica, tendo em vista seu potencial para dirimir algumas questões na pesquisa. Como descreve Minayo ao falar do papel do grupo focal:

É preciso reforçar o papel complementar dos grupos focais, além de sua importância específica. Junto com o uso das histórias de vida, das entrevistas abertas ou semiestruturadas e da observação participante, o pesquisador constrói um espécie de possibilidades de informações que permitem levar em conta várias opiniões sobre o mesmo assunto e obter mais informações sobre a realidade. (MINAYO, 2012, p. 65).

A técnica do grupo focal foi utilizada com a realização de apenas uma sessão focal, que ocorreu na sede do movimento com os sete educadores do MP3, entre os quais estão coordenadores; professores; sócios-fundadores, entrevistados anteriormente, durante a

pesquisa. O objetivo da sessão focal era revelar as percepções dos participantes do movimento sobre questões relevantes para o aprofundamento de informações levantadas nas entrevistas e nos questionários direcionados.

A sessão focal foi gravada e filmada. Posteriormente, foi transcrita pela pesquisadora, objetivando organização e sistematização, procurando capturar as principais impressões ou divergências, refutando ou confirmando informações necessárias a pesquisa. O registro fidedigno, e se possível “ao pé da letra”, de entrevistas e outras modalidades de coleta de dados, cuja matéria prima é a fala, torna-se crucial para uma boa compreensão da *lógica interna* do grupo ou da coletividade estudada (MINAYO, 2012, p. 69).

O grupo focal teve com principal roteiro de discussão o resgate histórico de formação e criação do Movimento Pela Paz na Periferia (MP3). Problematicamos e aprofundamos sua concepção de educação e o papel da relação de parceria entre Estado e MP3, na realização de suas ações, com ênfase no projeto Estação Digital e no Projeto Cine Periferia. Elaboramos um quadro com a evolução organizativa do movimento.

Imagem 13- Técnica do Grupo Focal



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 14- Técnica do Grupo Focal



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 15 - Técnica do Grupo Focal



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 16 - Técnica do Grupo Focal



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

3.4.6 Oficina Temática de Grafite

A Oficina temática surge do diálogo com o coordenador do movimento, o qual nos informou que seis jovens tinham passado no vestibular e que seria importante ouvi-los sobre a prática educativa do movimento. Então resolvemos fazer essa oficina no percurso da pesquisa. Assim, como o coordenador, acreditávamos que capturar as impressões sobre a prática educativa do MP3 seria fundamental para aprofundarmos a concepção de educação do movimento.

Desse modo, fizemos uma reunião inicial para apresentarmos a proposta da oficina para os jovens, seis ao todo, na sua maioria mulheres. Todos aceitaram participar das oficinas, apenas dois jovens tiveram frequência irregular, mas participaram até a finalização da oficina. Para essa atividade, contamos com a colaboração dos professores Jose Eduardo e Juraci Alves que foram muito prestativos no processo de formação. Essa oficina tinha como objetivo resgatar o grafite, um dos elementos da cultura *hip hop* como prática social presente na formação do MP3, e, por meio dela, capturar a percepção dos jovens sobre a educação do movimento. Na primeira aula, fizemos um resgate da cultura *hip hop* e seus elementos.

Após esse momento, considerando a importância da oficina e a necessidade de registro pelos jovens sobre a educação no MP3, distribuimos um caderno para cada aluno escrever ao final das aulas os sentidos e aprendizados adquiridos na oficina, correlacionando com a educação promovida pelo MP3. Também consideramos necessário demonstrar alguns dos relatos escritos (na íntegra) pelos alunos nos cadernos, os quais revelam os principais sentidos atribuídos por eles à educação do Movimento Pela Paz na Periferia:

QUADRO 4 – Sentidos educativos dos jovens em relação à educação no MP3

Jovem I	Hoje, vimos imagens e letras e como se faz para ela se tornar 3D bem interessante, pois assim podemos ver uma Imagem em várias dimensões. E a relação com o MP3 não sei dizer, só imagino e vejo que o movimento é forte. (grifos meus).
Jovem II	O hip hop tem uma valorização dentro do MP3 , dando aos membros da periferia, pessoas da rua, um motivo, um sentido , tanto no <i>hip hop</i> como agora, tendo essas aulas de grafite uma área que envolve o <i>hip hop</i> . Pro MP3, está ligada no ter esse incentivo de colocar no papel um jeito de passar para as pessoas a educação. (grifos meus).
Jovem III	Bom, o meu desenho é sobre a educação de jovens, e o MP3 prioriza muito isso, desde se dá um bom dia e uma boa tarde a tratar bem as pessoas. (grifos meus).
Jovem IV	A Imagem 3D dá a impressão da Imagem saindo da superfície. No MP3, a relação é que espera da pessoa sair do lugar para ir para frente, não como chegou e sim pra melhor. (grifos meus).

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

O registro fotográfico da oficina revela o passo a passo desta coleta formativa de dados, além de apresentarmos algumas produções escritas pelos jovens sobre a educação do MP3, como segue:

Imagem 17 - Oficina de Grafite



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 18 - Oficina de Grafite



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 19 - Oficina de Grafite



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 20 - Oficina de Grafite



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 21 - Oficina de Grafite



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 22 - Oficina de Grafite



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 23 - Oficina de Grafite - Prática



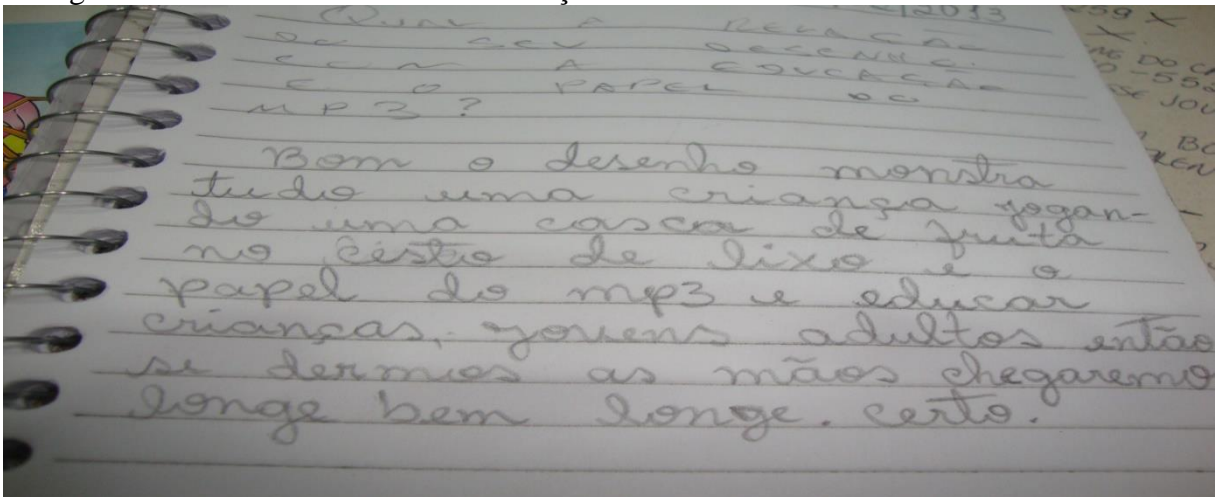
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 24 - Oficina de Grafite - Prática



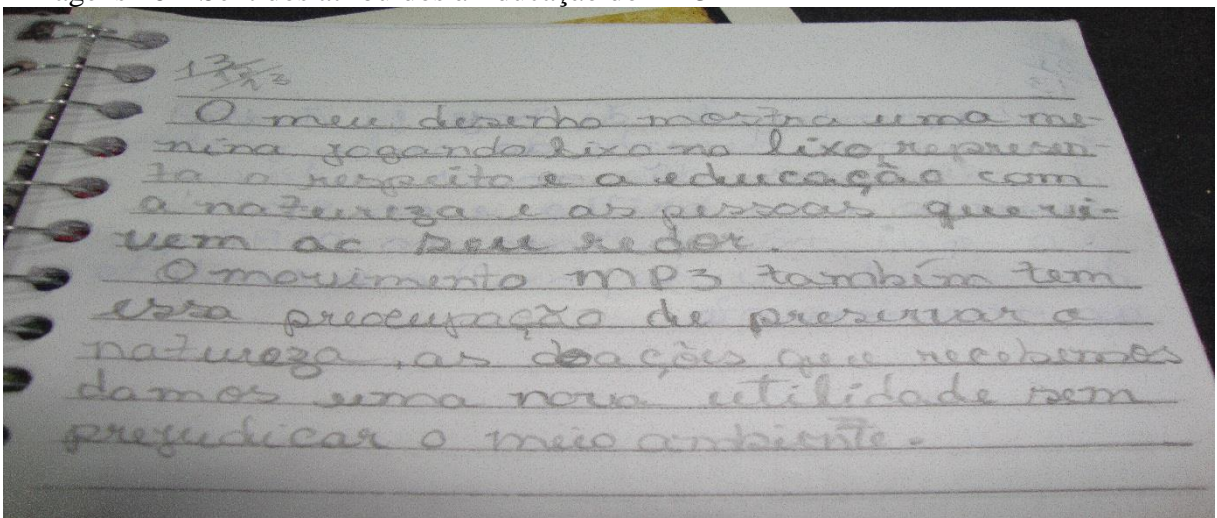
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagens 25 – Sentidos atribuídos à Educação do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagens 26 – Sentidos atribuídos à Educação do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

3.4.7 Visita Fotográfica – O MP3 na visão de outros jovens

Com esta proposta, pretendíamos perceber como os jovens de Teresina veem o trabalho do MP3. Para isso, resolvemos buscar parceria como o Curso de Jornalismo da UFPI, na disciplina de fotografia II, do professor Cantídio Filho que prontamente acolheu nossa solicitação. O primeiro contato com os alunos foi em sala de aula, atendendo ao convite do professor para apresentarmos nossa pesquisa e a proposta de trabalho que seria desenvolvida.

Fizemos a apresentação do MP3 para os alunos, bem como sua missão, sua proposta educativa e a difícil tarefa de realizar o trabalho social com jovens em situação de risco pessoal e social. Posteriormente, apresentamos a proposta de realizar uma **visita fotográfica** no MP3. Dois grupos aceitaram realizar a visita fotográfica com temas direcionados, ficando assim definido:

- GRUPO I – Coordenadores: Ana Paula, Mateus Rangel, Vicente de Paula – Cotidiano de Paz e Metarreciclagem.

- GRUPO II – Coordenadores: Rosário, Ana Célia e Felipe – Cotidiano de Paz e Estação Digital.

Esses dois grupos realizaram visitas em espaços diferentes, sendo que o primeiro registrou a exposição Arte Lixo do Projeto Metarreciclagem realizada no Riverside Shopping e na sede do MP3 e o segundo grupo fez sua visita fotográfica na sede do MP3. Apresentamos as fotografias da exposição:

Imagem 27 – Exposição: Visita Fotográfica



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 28 – Exposição: Visita Fotográfica



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 29 – Exposição: Visita Fotográfica



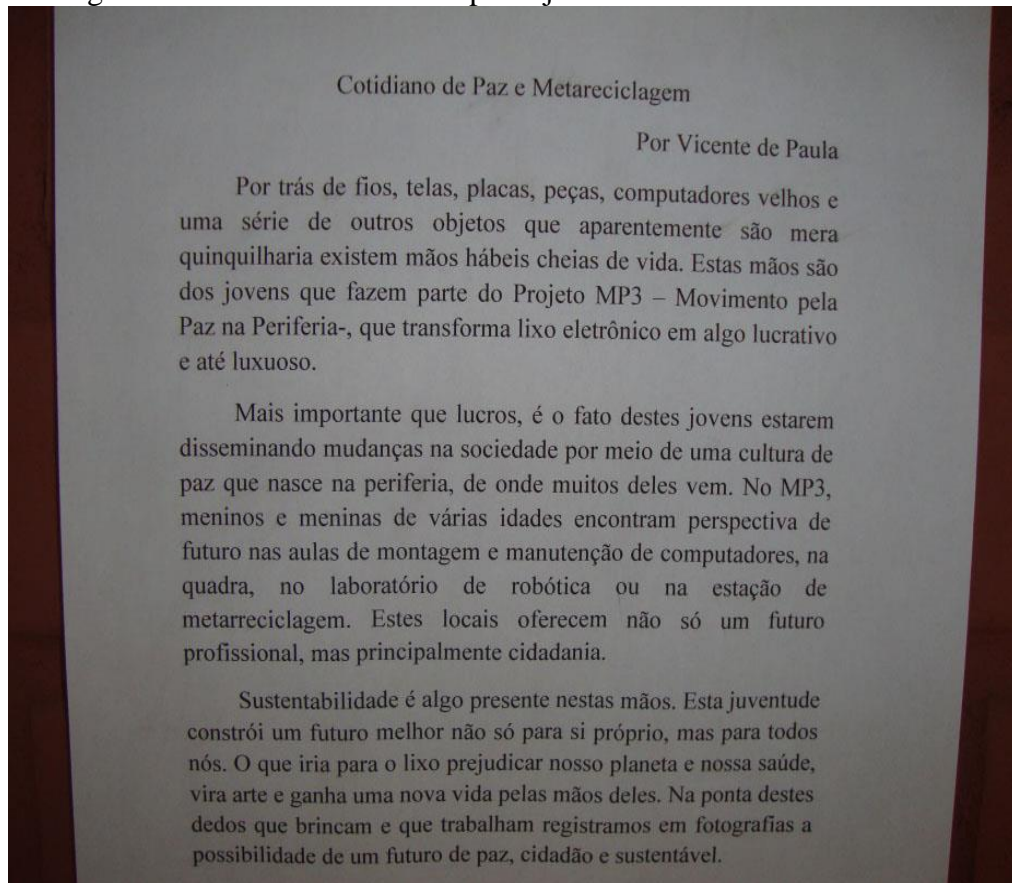
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 30 – Exposição: Visita Fotográfica



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 31 – Sentidos atribuídos pelos jovens ao MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

3.5 Análise dos Dados

Para análise de dados, sistematizamos os questionários dos educadores e dos jovens atendidos pelo MP3, mapeando o perfil, principais aspectos relacionados à prática educativa, a relação de parceria com o Estado, a percepção dos jovens sobre a forma de organização do

movimento, as temáticas abordadas, a exemplo de como suas famílias veem o trabalho social do MP3, a relação com educadores, percebendo elementos homogêneos e diferenças significativas. Como analisa Minayo (2012, p. 80): “[...] ao analisarmos e interpretarmos as informações geradas por uma pesquisa qualitativa devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um meio social.”

Depois, organizamos na íntegra a transcrição das entrevistas biográfica e semiestruturada, fazendo a marcação textual dos aspectos relevantes levantados pelos educadores nas entrevistas. A sistematização da observação participante foi articulada às técnicas, as quais suscitaram questões importantes, havendo necessidade de aprofundamento no grupo focal.

Dessa forma, procuramos analisar a dinâmica interna das ações educativas, a concepção de educação do movimento, a forma de intervenção dos sujeitos, as tensões e os conflitos na relação de parceria com o Estado. Para isso, construímos um quadro histórico da participação protagonizada pelo MP3 na sociedade e de suas repercussões nos processos de mudança e de transformação no âmbito do movimento e seu grau de influência nas mudanças ocorridas na vida dos jovens da periferia.

A dialética epistemológica nos guiou em nossa análise. Para isso, procuramos aprofundar o movimento em todas as suas formas e sua relação de totalidade, as contradições, a negação da negação como campo de mediação das contradições no âmbito da ação e intervenção do MP3 na sociedade. Articulando o papel desse sujeito coletivo com as lutas mais gerais das juventudes das classes populares, como analisa Medeiros (2010, p. 28):

[...] Este momento histórico faz parte de uma totalidade, formada por partes em movimento, conectadas entre si e com o todo, formando a totalidade social que se processa como um campo de forças contraditórias em permanente tensão de vetores positivos, agindo no sentido da reprodução, e vetores negativos, atuando no rumo da desestruturação ou negação. Como as partes da totalidade social são autônomas em relação ao todo, as particularidades se singularizam na existência imediata, evidenciando o objeto ‘em si’, diferente da essência.

Escolhemos o método dialético, pois ele constitui uma opção eticamente comprometida com o propósito construído pelo MP3 ao longo de mais de 10 anos de atuação. Nesse sentido, na pesquisa qualitativa, a interpretação assume o foco central, como enfatiza Minayo (2012, p. 80).

[...] Na análise, o propósito é ir além do descrito, fazendo uma decomposição dos dados e buscando a relação entre as partes que foram decompostas e, por último, na interpretação – que pode ser feita após a análise ou após a descrição – buscam-se sentidos das falas e das ações para chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado.

Esse itinerário articulou elementos empíricos aos referenciais teóricos e estes às palavras-chave desta investigação. Esse percurso analisou as ações educativas do MP3, evidenciando os elementos que fundamentam a nossa concepção de Educação de Paz da Periferia. Educação que surge do movimento dialético que faz o próprio MP3 como força de mudança em suas próprias ações e em sua forma de organização. Mas, sobretudo, sobre as mudanças realizadas na vida da juventude da periferia como processo histórico e social.

4 JUVENTUDES, CULTURA *HIP HOP* E PERIFERIA NA GÊNESE DO MP3

Surgir do impossível, do impensável, vencer o invencível no cantar do desabrochar de um novo dia. Juventude que desdobra a vida, descoloniza o colonizador, que ama, luta e canta a periferia. (SILVA, 2013)

4.1 Biografia Juvenil: identidade refletida dos sujeitos coletivos

Como compreender uma concepção de educação, sem lançar nosso campo de análise sobre as trajetórias de vida de quem as pensa? Sem mergulhar na cultura do fazer humano e nos contextos em que estão inseridos? O que questionam? Por que a juventude da periferia recorre à educação com prática cultural e como força insurgente de mudança?

A educação tem sido historicamente um campo de disputa fundamental para as classes populares, não apenas para a construção de um novo modo de produção de ciência, mas para tornar possível um novo mundo. Essas disputas estão presentes entre forças antagônicas capitalistas e anticapitalistas, colonizadoras e descolonizadoras, teoria e prática, sujeito e objeto, educação para dominação e educação como prática de liberdade.

Contudo, é a educação como prática da liberdade a marca principal no processo de formação da identidade juvenil da periferia: as juventudes articulam práticas educativas através das lutas pelo direito de acesso à cidade por meio das políticas públicas, afirmando a periferia como lugar de pertencimento social. Essas duas vertentes estão impressas na gênese de formação do MP3, a biografia juvenil e a periferia. Por isso, a relevância de começar nosso itinerário investigativo sobre as trajetórias de vida das pessoas que fizeram nascer o MP3, percebendo suas motivações e implicações.

As entrevistas biográficas foram nossa técnica pedagógica, utilizando a narrativa de JFC para colaborar na reconstrução histórica do Movimento Pela Paz na Periferia. “[...] As narrativas biográficas, na perspectiva escolhida para esse estudo, funcionam como apêndices ilustrativos ou como meio de recolher dados e descobrir pistas relevantes para a pesquisa (CHALOUB, 1989, p. 13).

Portanto, é necessário compreender o itinerário de vida do idealizador, fundador e principal articulador do MP3, que durante a realização da pesquisa se configura como parte fundamental no desenvolvimento das ações educativas do movimento. Gadotti (2004) enfatiza

que: a educação precisa estar centrada na vida, destacando a importância de compreender “as Coisas”, começando por entender o “Eu” e este com os “Outros” como discorre em *Os Mestres de Rousseau*, ao relatar sobre sua própria experiência de vida com a educação como parte da cultura dos oprimidos. Assim, nos interessa olhar a história de vida como parte da estratégia de construção do conhecimento científico, como analisa Gadotti:

[...] É preciso distinguir ‘estórias de vida’ de ‘histórias de vida’. As estórias de vida dizem respeito principalmente aos relatos orais de pessoas que contam sua vida sem intenção de estudá-la. Ao contrário, **as histórias de vida** fazem parte dessa metodologia histórica que tem na biografia uma fonte preciosa de informação para entender melhor não só a pessoa, mas também um grupo social, uma sociedade. O método biográfico e autobiográfico tem sido utilizado cada vez mais na educação, principalmente a partir dos anos 80 [...]. (GADOTTI, 2004, p. 11, grifos meus).

Esse relato biográfico não se caracteriza de maneira linear, sucessiva, ou em uma evolução mecânica e isolada. Entendemos que a história tem um processo, e que as imagens que agora figuram nossa memória na atualidade, nem sempre existiram como agora se apresentam. No que concerne sua abrangência histórica, não temos a pretensão de esgotar todas as dimensões que envolvem a existência de JFC e do MP3. Concordando, portanto como as reflexões de Souza:

[...] As várias tipificações ou classificações no uso do método biográfico inscrevem-se no âmbito de pesquisas socioeducacionais como uma possibilidade de, a partir da voz dos atores/atrizes sociais, recuperar a singularidade das histórias narradas por sujeitos históricos, socioculturalmente situados, garantindo às mesmas o seu papel de construtores da história individual/coletiva intermediada por suas vozes. (SOUZA, 2007, p. 67).

Assim, pretendemos identificar como JFC vai assumindo progressivamente o papel de mediação na criação do MP3 e suas repercussões no processo de promoção da educação de paz. Dessa forma, reafirmamos a singularidade da individualidade de JFC na produção de conhecimento, implicando, assim, na organização do movimento a partir de seu encontro com outros sujeitos, em que suas realidades se coadunam.

A partir deste contexto, as juventudes das classes populares se apresentam como portadoras de insurgências, ao articularem formas de denúncia, de resistência e de anúncio de uma nova sociedade de justiça social. “[...] Tudo que espontaneamente adentra o mundo do humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte de sua condição humana.” (ARENDDT, 1993 p. 17).

Sobre a importância do homem na transformação da sociedade, Freire afirma: “[...] a realidade social objetiva que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso.” (FREIRE, 2005, p. 20). E acrescenta: “[...] O homem se identifica com sua própria ação: objetiva o tempo, temporaliza-se, faz-se homem história.” (p. 31).

A história de vida de JFC poderia ter seguido o caminho “fácil” do tráfico de drogas e da violência, realidade de muitos jovens pobres, moradores da periferia de Teresina. Contudo, sua opção foi transformar sua própria condição e situação juvenil em instrumento de luta pelos jovens da periferia em situação de risco pessoal e social. Assim, como seus pares, o jovem JFC, morador da periferia, encontrava-se exposto ao tráfico de drogas, aos conflitos de gangues, as diversas formas de violência social e institucional, fatores que comprometem o potencial transformador e a autoestima.

Contudo, JFC luta pela transformação de sua vida e segue rearticulando os sentidos de sua participação como possibilidade de mudança na vida de sua família, de sua comunidade e, respectivamente, de outros jovens que vivem como ele na periferia de Teresina. Nessa perspectiva, Paulo Freire ressalta que os oprimidos se reconhecem e, ao se reconhecerem, lutam. Vejamos:

[...] Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe deram os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 2005, p. 17).

Nesse sentido, o bairro São Pedro testemunha uma experiência, outra possibilidade de vida digna na periferia. Passaremos, então, ao relato da história de vida do jovem JFC:

[...] Eu nasci no bairro São Pedro, no dia 23 de novembro de 1970, auge da ditadura. Tive a felicidade de ser pego por uma parteira, não fui à maternidade, por isso sou genuinamente morador do bairro São Pedro. [...] Sou filho de uma família de cinco irmãos, sou o irmão mais velho de uma família muito pobre e miserável. Tão pobre que aos 7 (sete) anos de idade eu comecei a vender cuscuz. Meu pai mais minha mãe me acordava 5h da manhã para vender cuscuz. Tive uma infância muito ruim, complicadíssima, uma infância que não me dava perspectiva de futuro, nem mesmo de estar vivo no futuro. (JFC. Entrevista, 17/09/2013).

Esse relato revela a situação de miséria social que sua família e grande parte dos moradores do bairro São Pedro vivenciavam à época. É importante fazermos uma leitura sobre o espaço geográfico e social que denominamos de periferia. O bairro São Pedro, localiza-se na zona sul de Teresina, limita-se com a Av. Maranhão, ao oeste – este limite separa a capital piauiense do município Maranhense Timon – ao leste, com a Av. Barão de Gurguéia, que o separa do bairro Pio IX; ao norte, com a Av. Nações Unidas, que o separa do bairro Vermelha; e ao sul, com a Av. Gil Martins, que o separa do bairro Tabuleta. Seu povoamento deu-se em torno da Igreja do São Pedro, dando origem ao nome do bairro.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, estima-se que a população de Teresina tinha uma população de mais 814 mil habitantes. A população juvenil representa aproximadamente 245 mil pessoas (IBGE, 2010), na faixa etária de 15 a 29 anos, situado pela pesquisadora nos limites etários estabelecidos pelo Conselho Nacional de Juventudes (CONJUVE), recentemente aprovado também no Estatuto da Juventude e adotado nesta pesquisa, representando cerca de 30% da população total teresinense, ou seja, uma cidade composta em sua grande maioria por jovens.

Não há dados sobre a quantidade de jovens do bairro São Pedro, mas podemos afirmar que eles representam o público que mais está exposto às situações de desigualdades, violências e exclusão social, contexto que se evidencia na maioria dos bairros situados na periferia da cidade. O jovem JFC e sua família residem atualmente no São Pedro, este bairro possui uma população de aproximadamente 10 (dez) mil pessoas (IBGE, 2010).

O bairro São Pedro é conhecido pelo alto grau de violência juvenil, mas para contrariar essa visão, os jovens começam a incorporar-se do cenário urbano de Teresina, com uma experiência exitosa de educação de paz. Sua presença se dá pela participação ativa protagonizada pela juventude da periferia que se apresenta como portadora da cultura de paz, assumidamente pela cultura *hip hop*. “[...] Parece que o melhor método, ao se abordar um objeto que se queira pesquisar, é o que se inicia pelo real e pelo concreto, ou o que mais concretamente represente a realidade.” (WACHOWICZ, 2001, p. 171). A periferia e as condições sociais vivenciadas pelas juventudes são expressão de uma realidade de exclusão social, mas também de possibilidades de rompimento desta situação desumana.

É nesse espaço que o jovem JFC toma seu lugar na periferia e, a partir de suas forças presentes, luta para mudar o rumo de sua adolescência, mas também dos outros jovens, buscando os sentidos coletivos que posteriormente formaria o MP3. As marcas iniciais do encontro com os sujeitos coletivos começam pela relação com a Igreja Católica, ao analisar esse período em sua vida, ele afirma:

[...] Eu ia para catequese, não porque queria ir pro céu, mas porque queria sair de casa, eu ia para o encontro da igreja, não porque achava interessante, mas ia pra poder comer, porque eu passava fome, eu ia para o grupo de jovens porque queria ter relação com outras pessoas, porque a relação em casa era muito difícil, mas muito difícil mesmo [...] eu era uma pessoa que não tinha autoestima de maneira alguma, e eu era uma pessoa triste, e sempre pedindo a Deus para que fizesse uma mudança radical em minha vida, apesar de achar que era impossível que houvesse essa mudança. (JFC. Entrevista, 2013).

Em sua adolescência, ele procurou outros espaços de sociabilidade e formação de sua personalidade, como descreve JFC ao dizer:

[...] o que eu aprendi foi com o lado bom da Igreja Católica, no movimento estudantil e sindical. Apesar de não ser sindicalista, eu acompanhava a luta dos professores, fui do Grêmio Estudantil do Liceu Piauiense. (JFC. Entrevista, 2013).

É a partir deste processo de participação que o jovem morador da periferia começa sua interação com as lutas gerais das classes populares. Com isso, a periferia passa a ocupar um espaço central na vida desse jovem. A periferia passa a ser vista como lugar de forças potenciais para insurgência contra as formas de exclusão social. Sua experiência como Educador Social de Rua pela Pastoral do Menor, como Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente na cidade de Teresina lhe possibilitou o contato com muitas situações de conflitos envolvendo crianças, adolescentes e jovens oriundos das vilas e das favelas de Teresina, como analisa:

[...] Como educador de rua, eu percebi que tinha muitas pessoas fazendo trabalho com esses meninos, fazendo média, ganhando dinheiro, pegando dinheiro de outras instituições e governo, fazendo média, prefeitura fazendo média, mesmo assim esses meninos eram poucos que vinham para o centro da cidade, os fortes, os violentos, os corajosos, os inteligentes estavam na periferia, foi aí que eu disse: não vou mais ser educador de rua, vou ser educador da periferia. (JFC. Entrevista, 17/09/2013).

A periferia, nesta perspectiva, vai se constituindo não apenas em um espaço para a construção de um projeto social, mas também vai se revelando um lugar de pertencimento indenitário da juventude da periferia. Os conceitos de favela, vilas e guetos são retraduzidos culturalmente pelas marcas que vão compondo o lugar social de criação e atuação desses jovens.

A juventude da periferia assume, então, a educação de paz como estratégias que se alicerça pelo diálogo entre educação popular e educação formal, tendo na cultura *hip hop* uma escola popular juvenil produtora de espaço de denúncia e anúncio de outra comunidade possível. Nesse cenário, a juventude da periferia recorre à cultura *hip hop* como instrumento de

denúncia da invisibilidade social dos jovens. Nesse sentido, JFC canaliza todos esses potenciais no processo de mobilização da juventude da periferia, como ele mesmo descreve:

[...] Eu descobri que tinha o *hip hop*, que os meninos da periferia gostavam de *rap* e de *reggae* e, assim, como eu gostava mais de *reggae* do que de *rap*, porque não conhecia o *hip hop*, fui conhecer o *hip hop* na Praça da Bandeira. Eles se reuniam aos domingos pela manhã, um grupo muito pequeno, muito reduzido que se reunia para discutir música. Eles eram da periferia, mas não tinham noção de levar nada para periferia, queriam fazer as coisas nos grandes centros, nos grandes palcos. Aí, eu comecei a fazer uma proposta para eles da gente ir para periferia, da gente levar o que eles sabiam fazer e atrair os outros jovens. O *hip hop* foi crescendo, crescendo, crescendo e todo sábado e domingo a gente estava na favela, a gente dançava, fazia oficina em qualquer lugar, é lugar da comunidade, seja no chão batido, se era dentro do mato, dentro de um espaço coberto que a gente fazia, não havia dificuldade para isso. (JFC. Entrevista, 2013).

A cultura *hip hop* é a expressão marcante da cultura periférica das juventudes preta, pobre e moradora da periferia, como arte e instrumento cultural no processo de mobilização dos jovens nos grandes centros urbanos, como afirma Gohn (2013, p. 102):

[...] A partir deste novo século, o *hip hop* foi incorporando na agenda das políticas sociais voltadas para os/as jovens; como um dos projetos prioritários de várias ONGs em oficinas e programações, e os próprios grupos de *hip hop* passaram a buscar a publicização de suas ações que foram se tornando 'midiáticas'. As ações de rua passaram a ser expressões legítimas do uso de uma esfera pública de reconhecimento.

Essa realidade aparece no relato do atual coordenador do MP3, SL (2013):

[...] Estou no *Hip hop* desde 1998, quando era skatista e frequentava o centro de Teresina. Mesmo sem saber, comecei a me aproximar da primeira organização do movimento *hip hop* que era Questão Ideológica [...]. Eu gostava da música *rap*, me aproximava das **atividades que o *hip hop*** organizava em Teresina e, devido ao núcleo de estudo organizado a partir da **Universidade Federal do Piauí**, pensado por mim e pelo Júnior, nós passamos a participar da organização das atividades do movimento *hip hop* em Teresina. (SL. Entrevista, 2013, grifos meus).

Essa realidade também era impressa por outros grupos de jovens que se organizavam através do *rap*, do *break* e do *reggae* na cidade de Teresina, pela ocupação das praças e alguns espaços culturais, como nos confirma Silva (2000, p. 43):

[...] Os concursos de *break* [...] passaram a movimentar as festas em clubes e escolas, as manhãs de lazer organizadas nos bairros e as principais praças da capital piauiense. O Clube dos Cabos e Soldados, a Liga Católica, a Praça Da Costa e Silva, o Conjunto Dirceu Arcoverde, Clube do Mangueirão, Parque da Cidade, são alguns dos lugares que ficaram gravados nas memórias dos dançarinos de *break*. Entretanto, durante o auge do *break* era possível perceber manifestações da dança por toda a cidade de Teresina.

É interessante ressaltar que o MP3 vai se constituindo como um movimento cultural de denúncia da violência, como limpeza étnica juvenil e contra a cultura do medo disseminado na periferia. A cultura juvenil passa a se expressar pela cultura de paz, sendo a juventude um fator importante da mudança quando assume seu papel consciente pela participação social na periferia, como ressalta Paulo Freire (2000, p. 83):

[...] Recentemente, ouvi um jovem operário num debate sobre a vida na favela que já se fora o tempo em que ele tinha vergonha de ser favelado. ‘Agora, dizia, me orgulho de nós todos, companheiros e companheiras, do que temos através de nossa luta, de nossa organização. Não é o favelado que deve ter vergonha da condição de favelado, mas quem, vivendo bem e fácil, nada faz para mudar a realidade que causa a favela. Aprendi com a luta’.

Esse testemunho revela que a periferia passa a ser palco de mobilização da juventude, mas também de sua formação para a cidadania e de intervenção na sociedade, como nos relata JFC:

[...] nestas idas às comunidades e sexta-feira no coreto²⁶ a gente começou a perceber que só a música, a dança e o grafite não resolvia a situação dos jovens, porque no outro dia era segunda-feira e os jovens estavam desempregados e sem profissionalização, foi quando em uma reunião dessa em uma favela, um disse: ‘**Tudo bem! Já cantei, já dancei e já grafitei, amanhã e segunda-feira e aí?**’. Essa foi um tipo da pergunta que fez a gente refletir: que não é só a gente que questionava nossa condição social através da arte. (JFC. Entrevista, 2013, grifos meus).

Esse depoimento revelava não apenas a postura crítica dos jovens, mas também a realidade de exclusão social da periferia. Essa realidade exigia uma nova postura desse grupo de jovens no enfrentamento das questões sociais que afetava a juventude da periferia. Esse contexto era marcado por uma transição formativa, do *artista militante* para o *militante artista*.

A cultura juvenil da periferia instrumentaliza os elementos do *hip hop* como enredo principal de sua prática social, através das rodas de *hip hop* para trabalho social com jovens. Isso implica em um tipo de participação consciente como militante que usa sua arte como processo formativo dos jovens da periferia e não apenas como meio de exposição, mas de transformação da periferia. Esse contexto é o marco inicial da organização do MP3. Em 1998, os jovens se encontravam nas ruas e praças de Teresina, como nos relata SL (2013):

²⁶ Coreto é um palco redondo feito na praça, neste caso, existe apenas na Praça Pedro II, no centro de Teresina, no complexo cultural, um espaço de encontro dos jovens para as rodas de hip hop como forma de visibilidade social, mas também de denúncia pela cultura hip hop.

[...] nós nos reuníamos nas praças, debaixo da árvores, não tínhamos sede [...]. (Entrevista, 2013).

Esta informação também aparece no depoimento do JFC (2013):

[...] Nós vimos uma organização grande, sem nome, sem endereço fixo, não tinha sede, a gente começou a fazer bailes na sede do PT [...] que virou uma sede provisória nossa, o espaço na frente do PT também foi um espaço nosso, onde os meninos faziam oficinas de grafite, skate, as grandes reuniões que a gente tinha aos domingos interditava a avenida. (JFC, Entrevista, 2013).

Esse grupo de jovens da periferia era composto predominantemente por moradores da zona sul de Teresina, com prevalência do sexo masculino, pertencentes às classes populares, maioria declarado negro, desempregados, estudantes de escola pública, com idade entre 20 (vinte) a 30 (trinta) anos. Veja a formação original desse grupo de jovens reunidos na sede do Partido dos Trabalhadores (PT):

Imagem 32 – Formação Original do MP3



Fonte: Dissertação do Frei Leandro, 2006.

Imagem 33 – Rodas de *Hip Hop* na Praça Pedro II



Fonte: Dissertação do Frei Leandro, 2006

Imagem 34 – Jovens Fundadores do MP3



Fonte: Dissertação do Frei Leandro, 2006.

As rodas de cultura *hip hop* são expressão da organização da juventude da periferia na cidade, em busca de visibilidade e de cultura inclusiva.

Imagem 35 – Os jovens e as rodas



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 36 – Os jovens e as rodas



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

As praças funcionam como espaços de visibilidade social da cultura juvenil da periferia, mas, sobretudo, expressam as margens da sociedade capitalista, que são comprimidas pela ausência de condições que geram direitos sociais e cidadania.

Esses espaços refletem os desarranjos das juventudes no sentido de serem vistas, percebidas, mas sem dúvidas, permitem levar a cena pública as condições de suas comunidades, ao denunciarem as situações em que vivem. Os olhares dos jovens relevam como a cultura *hip hop* contribui para produção dos sentidos de pertencimento à cidade.

Imagem 37 – Os olhares e as Rodas



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 38 – Os olhares e as Rodas



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 39 – As meninas e as rodas



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 40 – As meninas e as rodas



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 41 – Os meninos e as rodas



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 42 – Os meninos e as rodas



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

4.2 Fundação e Estruturação do MP3: dilemas e perspectivas

O processo de formação institucional do MP3 passou pela forte presença de jovens da periferia de Teresina, organizados através das rodas de cultura *hip hop*. Este espaço pedagógico se constituiu em um canal de diálogo e linguagens entre as juventudes da periferia e a sociedade.

Iniciaram sua atuação na Associação de *Hip Hop* Questão Ideológica (QI), cujo movimento tinha participação ativa na sociedade e nas lutas por emancipação social das classes populares no Piauí, como descreve Silva (2006, p. 198):

[...] O Movimento *Hip Hop* ‘Questão Ideológica’ não ficou alheio às questões sociais, políticas e raciais; pelo contrário, esteve inserido no cotidiano das lutas, protestos e reivindicações dos movimentos sociais por justiça social na periferia. Assim, os integrantes tiveram participação ativa nas manifestações trabalhistas, nas concentrações estudantis, na luta dos Sem-Teto, no ‘Grito dos Excluídos’, nas festas culturais e lutas do Movimento Negro do Piauí.

As formas de participação das juventudes da periferia se inserem no cenário de reivindicação das classes populares por políticas sociais e por direitos. “[...] As populações urbanas, notadamente aquelas das periferias, vivendo em condições de alto grau de precarização, organizaram-se nos mais variados movimentos, buscando garantir sua sobrevivência.” (BOMFIM, 1999, p. 65). Esse contexto histórico e o processo de organização dos movimentos sociais foi a força motriz para estimular outros segmentos socialmente excluídos a se organizarem.

Nesse processo, as juventudes da periferia desenvolvem um intenso itinerário na organização de grupos e movimentos juvenis pela implantação de políticas públicas de juventudes. A Associação Questão Ideológica foi fundamental nas mobilizações das juventudes por direitos e cidadania juvenil no Piauí. Estes sujeitos coletivos contribuíram para implantação da Coordenação de Juventude no primeiro governo de Wellington Dias, com representação neste espaço de governo.

Porém, em virtude de divergências políticas e administrativas na condução da associação, uma parte dos jovens desse movimento resolveu romper e sair dessa organização, como nos relata SL:

[...] nessa época, o movimento *hip hop* piauiense tinha como principal e única organização o QI. Nós fazíamos parte do QI. O *hip hop*, não só no Piauí, no Brasil e no mundo é marcado por muitos conflitos, inclusive internos, de ideias, e esses conflitos fizeram com que ocorresse uma cisão do grupo (SL. Entrevista, 2013).

O grupo dissidente, logo após o rompimento com a Associação de *Hip Hop* – Questão Ideológica, através da participação direta de JFC e de SL resolve fundar, em 2004, o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3), uma Organização Não Governamental (ONG). Sobre esse processo, JFC relata:

[...] Em 1990, nós começamos a ir para as comunidades, de lá pra cá nós começamos nos organizando. Em 1998 e 2003, nós fomos dando nome da organização desse movimento. Em uma assembleia com todo mundo, vários nomes saíram e foi aprovado MP3, Movimento, porque nós estávamos nos movimentando, e Paz porque era necessário pregar a paz entre a gente, e aquele nome estava em voga no momento pra nós, e a gente criou a organização. (JFC. Entrevista, 2013).

Esse processo de transição institucional consta nos atos oficiais do movimento:

Ata de fundação do Movimento pela Paz na Periferia, ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e quatro, reuniram-se em Assembleia Geral, às dezesseis horas os membros do Movimento Pela Paz na Periferia na sede da Estação Digital Teresina, localizada na Avenida Valter Alencar, setecentos e setenta e dois, no bairro São Pedro, nesta capital, com o objetivo de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Fundação da associação civil Movimento Pela Paz na Periferia; b) Leitura, discussão e aprovação do Estatuto da associação. (Levantamento Documental. Ata de Fundação do MP3, 2004).

O Movimento Pela Paz na Periferia é uma Organização Não Governamental (ONG) criada por jovens voluntários da periferia de Teresina, com ações voltadas para profissionalização da juventude da periferia, em especial aqueles envolvidos com as drogas e as gangues. Em 2004, em virtude da parceria firmada entre Fundação Banco do Brasil (FBB) e o movimento, para implantação da primeira Estação Digital do Brasil, o Movimento Pela Paz na Periferia firmou um termo de parceria com o governo do Estado do Piauí através da Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) para o funcionamento de sua sede no Centro Social Urbano (CSU) Elmira Ferraz.

Atualmente, o movimento está localizado na Avenida Valter Alencar, 762, no bairro São Pedro, zona sul, entre a Igreja Católica do São Pedro e a Faculdade Santo Agostinho, onde funciona a sede do movimento. Durante os primeiros anos de instalação do movimento, esse território foi demarcado pela presença e disputa das gangues, sendo elas compostas pela “galera de baixo”, conhecida como a “turma do mangueirão”, que localizava-se próximo da Vila Nova Parnaíba, conhecida também como “Prainha”. Na divisa com a vermelha, encontrava-se a gangue do “esporão de arraia”, e no outro extremo com a Tabuleta, ficava a “gangue da senzala”, região de grandes disputas e conflitos entre essas gangues.

O MP3 se instala como espaço de mediação, contrapondo-se à cultura da violência e do medo, tendo como recurso pedagógico a cultura de paz. Portanto, não se trata de ocupação de territórios. Esses espaços já eram habitados pelos próprios jovens, como moradores que começam a organizar os jovens em situação de risco pessoal e social, integrantes ou não das gangues citadas. O movimento encontrou o prédio em condições precárias e em situação de

abandono, com realização de atividades apenas pontuais. Registramos o estado do prédio antes do MP3 assumir:

Imagem 43 – CSU antes da Reforma



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 44 – CSU antes da Reforma



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 45 – CSU antes da Reforma



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Imagem 46 – CSU antes da Reforma



Fonte: Arquivo MP3, 2012.

Após a ocupação do CSU pelo MP3, o movimento revitalizou o espaço, dando função social com atividades de computação, esporte, reciclagem. Conseguiu ampliar e reformar o espaço em parceria com o governo do Estado.

Ainda, em parceria com governo construiu uma quadra de esporte, dois galpões – um para o projeto metarreciclagem e outro para a garagem dos carros –; edificou um Cineteatro (Teatro do Oprimido); construiu uma praça dentro do MP3 para momentos de interação dos jovens; fizeram uma horta com carcaça de televisão. A criatividade domina o espaço do MP3, como podemos ver nas imagens abaixo:

Imagem 47 – Entrada do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 48 - Praças na entrada do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 49 - Praças na entrada do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 50 – Portão de entrada do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 51 – Recepção do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 52 – Recepção do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 53 – Coordenação do MP3



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 54 – Horta Reciclagem



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 55 – Quadra de Esporte



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 56 – Teatro do Oprimido



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Imagem 57 – Antessala do Teatro



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Sala dos Cursos Profissionalizantes do MP3

Imagem 58 – Sala: Arcondicionamento



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 59 – Sala: Arcondicionamento



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 60 – Sala: Metarreциclagem



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 61 – Sala: Metarreциclagem



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 62 – Sala: Robótica



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Imagem 63 – Sala: Montagem de Computador



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2013.

Recentemente, a direção do MP3 fez uma alteração em seu estatuto, no que se refere à dimensão institucional, para assumir a condição de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Segundo informações da coordenação, isso ainda não foi possível pelo elevado grau de burocracia. A estrutura social de deliberação da organização está constituída pela Assembleia Geral, Coordenação Executiva e Conselho Fiscal. O processo de eleição e de

gestão da instituição é bienal, a coordenação executiva é formada pelo presidente, vice-presidente e diretor financeiro. Verificamos pelo levantamento documental que, desde sua fundação em 2004 até 2011, a presidência era assumida pelo JFC.

Atualmente, a coordenação executiva é presidida por Leandro Silva, entretanto, JFC é responsável pela gestão administrativa do dia a dia da entidade. Evidenciamos que, apesar de existir uma coordenação executiva no MP3 com divisão de responsabilidades na coordenação dos projetos e atividades do movimento, as decisões estão quase sempre centralizadas na pessoa de JFC. Veja o quadro geral das funções, de responsáveis e de vínculos com o MP3:

QUADRO 5 – Recursos Humanos do MP3 (CSU)

Função no MP3	Responsável	Vínculo de Trabalho
Coordenação Executiva	Leandro Silva	Sem vínculo empregatício
Coordenação do Centro Social Urbano	José Rodrigues	SASC
Coordenador do Projeto Metarreciclagem	Francisco Junior	Fundação Banco do Brasil
Coordenação da Estação Digital	Ana Maria Silva	SASC
Coordenação Curso de Robótica	Professor Pablo	Fundação Banco do Brasil Contratado
Coordenação do Curso de Montagem e Manutenção de Computadores	Professor Nelson	Fundação Banco do Brasil
Coordenação Pedagógica	Pedagoga Irisvania	Fundação Banco do Brasil
Coordenador de Esporte	Valdeilson Negreiros	SASC
Vigilante	Sebastião Vieira	SASC
Vigilante	José Airton Vieira	SASC
Cozinheira	Dalva Maria Cruz	SASC
Cozinheira	Maria das Graças	SASC
Educadora Social	Maria Edilene	SASC
Educadora Social	Andréia Pereira	SASC
Secretária	Maria Edilene Secretária	SASC
Soldado	Cláudio Roberto	SASC
Técnica	Franciana da Rocha	SASC

Fonte: Gestão de Recursos Humanos da SASC, 2013 – Conforme anexo III.

QUADRO 6 - Quadro de Responsabilidades com as Despesas Gerais do MP3 (CSU)

Serviços	Responsável
Telefone/Internet	SASC/FBB
Água	SASC
Luz	SASC
Telefone	SASC
Fomento	SASC
Alimentação	Secretaria da Educação e Cultura do Piauí (SEDUC)
Carro I	SASC (Projeto Estação Digital)
Carro II	FBB (Projeto Metarreciclagem)

Carro II	Secretaria de Administração do Estado do Piauí (Projeto Cine Periferia)
Carro IV	SASC (Projeto Estação Digital)

Fonte: Coordenação do MP3, 2013.

Constatamos que a parceria do MP3 com o governo do Estado do Piauí têm sido feita diretamente por dois canais institucionais, de um lado, por meio da dinâmica interna do próprio estado, já que CSU permanece sob a administração da SASC. Essa realidade possibilita ao movimento dispor de fontes de recursos financeiros, humanos e materiais para o funcionamento interno de suas atividades, tendo em vista que é o próprio movimento que administra o espaço.

Por outro lado, a parceria também acontece entre o Estado e o MP3, a exemplo do Projeto Cine Periferia que contou com apoio irrestrito do governo para viabilizar o cinema itinerante e a Estação Digital com doação do espaço para funcionamento, de computadores e de recursos para o condicionamento das máquinas, como a compra das memórias.

Contudo, a parceria tem tido um custo bastante elevado para o movimento. Na luta pela ampliação do Estado para as demandas sociais da juventude da periferia, o MP3 acaba ficando invisível e, em outros momentos, confundindo-se com o próprio estado. Essa relação coaduna com o conceito de sociedade civil em Gramsci, o qual afirma que esta também se constitui como Estado. Dessa forma, possui apenas distinções analíticas do conceito do Estado, em determinados momentos a condição para existência de um é a negação do outro. Ou seja, em algumas ocasiões predomina para a sociedade o MP3, outrora o ator principal das ações é o Estado.

Assim, as ações do movimento aparecem institucionalmente como realização do CSU, portanto, do Estado e não do MP3. Há, portanto, um processo de negação da essência do fazer e do saber do movimento, ou seja, as ações educativas são realizadas pelo movimento em parceria com Estado, mas predomina a força hegemônica da relação, que ora pode ser o Estado ora o movimento.

Para exemplificar, registramos durante a observação participante a premiação feita pelo Prêmio Piauí de Inclusão, nesta ocasião foi a SASC a instituição premiada pela Estação Digital e não o movimento. Em outro momento, as ações educativas são reconhecidas como execução do MP3, por exemplo, o Projeto Cine Periferia, a premiação, em âmbito nacional, concedida pela Central Única de Favela (CUFA), reconhece o MP3 e não o Estado como referência.

É importante ressaltar o papel de mediação das relações da sociedade civil como parte do Estado em Gramsci. Contudo, ela não se confunde com a sociedade política. Portanto, é

preciso esclarecer que a sociedade civil se guia pelos aparelhos privados de hegemonia, que visam à hegemonia pelo consenso e convencimento, ao contrário da sociedade política que se guia pelos aparelhos de coerção e repressão, como analisa Montaño (2011, p. 45):

[...] A (nova) função estatal, de direção social, de consenso, de hegemonia, é dada à (nova) esfera da sociedade civil, sendo o espaço onde se confrontam os diversos projetos de sociedade (o que lhe permite visualizar a ampliação do fenômeno estatal).

Evidenciamos também que as ações educativas, como o Projeto Cine Periferia e a Estação Digital, realizadas pelo MP3 em parceria com o Estado, ao contrário das rodas de *hip hop*, configuram-se como políticas públicas. Essa análise parte do entendimento de que esses projetos envolvem recursos públicos financiados pelo governo do estado, bem como da concessão de recursos humanos, ligados ao processo de desenvolvimento social da cidade, pois atendem aos jovens em situação de vulnerabilidade e situação de risco, ou seja, envolvem participação direta e indireta do Estado. Ao mesmo tempo, as políticas públicas não se restringem apenas ao âmbito da relação estatal, mas também da parceria da sociedade civil e iniciativa privada, a exemplo da campanha desenvolvida pelo movimento junto ao empresariado.

Imagem 64 – Campanha por Emprego



Fonte: Arquivo Virtual do MP3, 2014.

Imagem 65 – Campanha por Emprego



Fonte: Arquivo Virtual do MP3, 2014.

Tanto a relação com o Estado como com o setor empresarial asseguram alteração nas condições do trabalho juvenil e do próprio papel do MP3, como força de emancipação da

situação juvenil. Sobre isso, Abad (2008, p. 22) analisa: “[...] o capital, na sua forma de Estado, incorporou e aproveitou todas as lutas de emancipação, incluído a dos jovens, para a reestruturação e estabilização da lei de valor.” Dessa forma, cabe ao movimento, por exemplo, analisar sua relação com a “Houston Bike”, no projeto das calhas²⁷, por exemplo, observando se este projeto não contribui para a precarização do trabalho juvenil.

Do mesmo modo, o MP3 deve repensar sua “dependência” financeira na relação com o Estado, criando formas alternativas de geração de renda. Ao mesmo tempo, deve observar as repercussões, em âmbito do movimento, na desvalorização do trabalho voluntário como na execução das rodas de cultura *hip hop* e do Cine Periferia, ações fundantes da Educação de Paz da Periferia. Para compreendermos a relação de parceria entre o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) e o Estado, escolhemos duas ações para aprofundarmos de nossa análise, a Estação Digital e o Projeto Cine Periferia.

Para iniciarmos a análise dos projetos, nossa escolha se justifica pelo reconhecimento da importância do Projeto Cine Periferia como ação educativa no processo de geração de consciência política e cívica dos jovens pobres moradores da periferia de Teresina. E também por seu potencial como canal de diálogo direto do movimento com os jovens em situação de risco social e pessoal, e sobretudo como instrumento pedagógico de sustentação do Projeto Estação Digital, nossa segunda escolha, como proposta estruturante de emancipação juvenil e qualificação profissional, a partir da construção de valores positivos.

Assumimos a correlação desses projetos por compreender que o papel das rodas de cultura *hip hop*, na formatação organizativa atual, não assegura o contato face a face com os jovens da periferia, uma vez que sua realização ocorre quase sempre no centro da cidade, o que dificulta o acesso dessa juventude pelo elevado custo com transporte público. Contudo, reconhecemos sua importância como instrumento de visibilidade social da periferia como espaço de interação e intercâmbio com outros bairros, comunidades, vilas e favelas de Teresina.

²⁷ O Projeto das Calhas é desenvolvido em parceria com a Houston Bake, em que os jovens ligados ao movimento fazem a montagem das calhas das bicicletas, recebem por esse trabalho uma ajuda de custo.

4.3 Projeto Estação Digital: Reciclando Sonhos na Periferia

Imagem 66 – Projeto Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2014.

A implantação da Estação Digital no São Pedro inaugurou uma nova fase na forma de atuação do MP3. Essa nova configuração não estava voltada apenas para seu caráter institucional, mas para sua forma de intervenção social no trabalho com os jovens da periferia. A cultura *hip hop* vai aos poucos sendo minimizada pela temática da inclusão digital. Os espaços das ruas, das praças e dos coretos, antes local de referência para esses jovens, em 2004, são transportados para o espaço fixo com sede própria, como relata matéria em jornal:

[...] Em 2004, foi inaugurada a Estação Digital de Teresina (PI), primeira de uma rede que hoje conta com 263 estações, formada com o apoio do Programa de Inclusão Digital da Fundação Banco do Brasil (FBB). O parceiro escolhido foi o Movimento Pela Paz na Periferia (MP3). Na época, o MP3 sequer contava com uma sede. Vivia em movimento, levando a cultura *hip hop* para os jovens da cidade, com rodas semanais de *break* na Praça Pedro II, no centro, e também nas favelas de Teresina. (A REDE, Agosto, 2009)²⁸.

A periferia e a juventude permanecem como eixos centrais de luta social do MP3, como várias traduções de sua presença na sociedade, como: “Paz na Quebrada!”, “Periferia tem vez!”, “Família MP3!”, “Embaixadores da Favela”, “Templo *Hip Hop*”. O projeto Estação Digital predominou durante toda gestão de JFC, sendo o principal responsável pela implantação do projeto e pelas ideias de agregar valor com a proposta de reciclagem do lixo eletrônico. Para compreensão do projeto, fizemos um quadro com uma síntese de sua proposta:

²⁸ Ver mais em Revista A Rede, agosto de 2009.

QUADRO 7 – Sinopse do Projeto Estação Digital

Objetivos	Promover a inclusão digital dos jovens da periferia, em especial, os jovens em situação de risco pessoal e social, oriundos das vilas, favelas e bairros da periferia da cidade de Teresina, visando à melhoria das condições econômicas, sociais, culturais e políticas dos jovens em extrema miséria e pobreza, por meio do acesso as novas tecnologias de informação e comunicação.
Ano de Criação (Período de existência)	2004 (10 anos)
Ano de Vigência	2014
Educadores Envolvidos	06 (seis) profissionais
Metodologia	É feita uma divulgação nos bairros da cidade e na zona rural de Teresina, informando da realização do curso de informática básica e avançada. As inscrições são gratuitas, tendo despesas apenas com fardamento. A Fundação Banco do Brasil fornece uma bolsa de R\$ 150,00 por mês, mais vale transporte e alimentação. As inscrições ocorrem de três em três meses.
Público Prioritário	Jovens da periferia e da zona rural de Teresina
Estrutura Funcional	Conta com duas salas de informática cada uma com 20 (vinte) computadores, conectados à internet de domingo a domingo nos turnos manhã, tarde e noite.
Parceiros Principais	Fundação Banco do Brasil (FBB)
Parceiros Secundários	Secretaria da Assistência Social e Cidadania (SASC) e Secretaria da Educação e Cultura do Piauí (SEDUC)
Nº de jovens Atendidos	Mais de 7000 pessoas atendidas nas diversas faixas etárias, sendo público predominante de 15 a 29 anos de idade.
Valor do Projeto (aproximado)	R\$ 313.122,40

Fonte: Levantamento Documental. Relatório da Estação Digital, 2012.

Enquanto as rodas de cultura *hip hop* foram importantes na organização dos jovens para a fundação do MP3, a Estação Digital tem sido fundamental no processo de estruturação do MP3. Nessa perspectiva, a Estação Digital pode, por sua vez, contribuir para o processo de consolidação do movimento, tornando-se autossustentável.

Essa análise deve-se ao fato de que a coordenação do MP3 vem conseguindo agregar valor aos processos de formação de informática básica e avançada, aliando a montagem e manutenção de computadores, reciclagem do lixo pelo projeto metarreciclagem, a produção de tecnologia com o curso de Robótica, Feira do Lixo.

Nesse sentido, merece destaque o projeto de reciclagem do lixo eletrônico e projeto metarreciclagem. Essas duas ações educativas, tanto do ponto de vista social quanto ambiental, podem ser uma fonte de renda para os jovens da periferia. Pode representar um instrumento na luta pela autonomia financeira e na minimização da dependência do Estado. Desse modo, pode tornar-se o projeto de empregabilidade do próprio movimento para a juventude da periferia.

A Estação Digital possibilitou ao MP3 ter um espaço como sede, ter recursos financeiros para viabilizar suas atividades. Esse projeto vem contribuir para a consolidação da **Periferia** como lugar de pertencimento; do **protagonismo juvenil** como participação coletiva; para a reconstrução da concepção de **Família** como possibilidade de reencontro de afetividade pessoal e social; para **Paz** como força e movimento de enfrentamento à violência institucional; para a **Cultura Hip Hop** como base fundante para a construção da **Educação de Paz da Periferia**.

Vale ressaltar que conquistas e avanços na execução de políticas públicas para os jovens da periferia nas lutas do MP3 somente poderão ser compreendidas como parcela significativa das lutas contra-hegemônicas do conjunto das classes populares. Essa postura vem se contrapondo ao pensamento dominante e linear que se estabelece na sociedade como versão única de história forjada por sujeitos isolados, como nos aconselha Konder (1981, p. 171):

[...] Nenhuma dessas criações pode ser adequadamente compreendida e assimilada pelas épocas que vieram depois delas sem um exame das condições específicas em que cada obra foi elaborada; cada uma delas possui uma ligação essencial com o momento de sua gênese; mas, na maneira de expressarem o momento histórico em que nasceram, elas conseguem acrescentar algo ao processo histórico como um todo.

Assim, a Estação Digital foi fundamental como eixo temático prático na construção da educação de paz da periferia, dando um novo sentido ao papel social dos jovens em situação de risco pessoal e social. Passamos agora a apresentar fotos que registram os principais momentos de organização da Estação Digital:

Imagem 67 – Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2005.

Imagem 68 – Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2005.

Imagem 69 – Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2005.

Imagem 70 – Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2005.

Imagem 71 – Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2013.

Imagem 72 – Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2013.

Imagem 73 – Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2013.

Imagem 74 – Estação Digital



Fonte: Arquivo MP3, 2013.

4.4 Projeto Cineperiferia: projetando cultura e resgatando cidadania



O Projeto Cine Periferia foi pensado por JFC como um canal cultural de acesso às comunidades da periferia. Funciona como uma espécie de olheiro da juventude na periferia. Esse projeto atraiu muitos jovens para participação nos cursos de formação profissional no MP3.

O projeto tem como objetivo principal levar cinema para as comunidades mais pobres da periferia como uma estratégia para afastar os jovens da violência, das gangues ou do envolvimento com drogas. Foi fundado em 2006, em uma parceria com a Secretaria de Administração do Estado do Piauí (SEAD), passando, em 2010, a ter vínculos com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC). Para entender a dinâmica interna da implantação do projeto, organizamos uma síntese do projeto Cineperiferia.

QUADRO 8 – Sinopse do PROJETO CINEPERIFERIA

Objetivos	Socializar informações culturais, por meio de sessões cinematográficas itinerantes e palestras temáticas relacionadas com os conteúdos dos filmes exibidos, nas comunidades carentes do município de Teresina, tendo os excluídos sociais como beneficiários, em obediência a um cronograma previamente elaborado.
Ano de Criação	2006
Ano de Vigência	Dezembro de 2010
Educadores Envolvidos	Dez educadores
Metodologia	Aquisição periódica trimestral de 10 (dez) filmes, dentre os previamente selecionados, para constituírem o acervo cinematográfico do projeto. Contratação de artista gráfico para elaboração do cartaz-padrão de divulgação do projeto. Divulgação massiva do projeto com a fixação do cartaz-padrão em cada comunidade carente beneficiária. Realização de sessões cinematográficas, periódicas e gratuitas, em espaços públicos, nas comunidades carentes do município de Teresina, nas zonas urbana e rural, em obediência a um cronograma previamente elaborado para execução dessas atividades. A direção do Movimento Pela Paz na Periferia – MP3, trimestralmente, identificará e selecionará 10 (dez) filmes, que serão adquiridos para

	exibição nas comunidades carentes beneficiárias do Projeto Cineperiferia, e viabilizará a realização de dez palestras temáticas relacionadas com os conteúdos dos filmes previamente selecionados para exibição. A direção do Movimento Pela Paz na Periferia – MP3, periodicamente, identificará comunidades do município de Teresina, compreendendo zona urbana e na zona rural, que serão beneficiárias do Projeto Cineperiferia.
Público Prioritário	Adolescentes, jovens e a população que mora nas vilas e favelas de Teresina e zona rural.
Estrutura Funcional	Kombi, Combustível, Telão, DVDs, monitores e manutenção.
Parceiros Principais	Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC)
Parceiros Secundários	Secretaria de Administração do Estado do Piauí (SEAD)
Nº de Exibições de Filmes	Mais de 300 exibições
Valor do Projeto (aproximado)	R\$ 90.000,00

Fonte: Levantamento Documental – Termo de Parceria com a SASC, 2012.

Imagem 75 – Termo de Convênio MP3/SASC

Piauí
GOVERNO DO DESENVOLVIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC
Gabinete da Secretária

TERMO DE CONVÊNIO N.º 005/2010

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – SASC E O MOVIMENTO PELA PAZ NA PERIFERIA – MP3, PARA OS FINS ABAIXO ESPECIFICADOS:

Ref. Processo n.º 30.000.0458/10-SASC

Pelo presente Termo, de um lado, o ESTADO DO PIAUÍ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, órgão da Administração Pública direta Estadual, com sede na Rua Acre, 340, Cabral, em Teresina (PI), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.579.079/0001-21, doravante denominada SASC ou CONVENIENTE, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Secretária, GILVANA NOBRE RODRIGUES GAYOSO FREITAS, brasileira, casada, assistente social, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 720.606-SSP-PI, CPF n.º 398.771.591-04, residente e domiciliada na Av. Dom Severino, 4375, Morada do Sol, nesta Capital, e do outro lado, O Movimento Pela Paz na Periferia – MP3, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada na Av. Valter Alencar, 762, São Pedro, em Teresina (PI), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.019.692/0001-69, doravante denominada MP3 ou CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, FRANCISCO CHAGAS DO NASCIMENTO JUNIOR, brasileiro, casado, licenciado em história, portador da cédula de identidade Rg n.º 1.040.101 –SSP-PI, CPF n.º 398.059.303 – 78, residente e domiciliado na Av. Gil Martins, 151, São Pedro, em Teresina (PI), celebram entre si o presente Convênio, com respaldo no art. 116 e demais disposições aplicáveis da Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a manutenção o Projeto "Cineperiferia", que visa a promover a inclusão de jovens da periferia em situação de risco, integrantes de gangues e demais excluídos sociais, temáticas relacionados aos filmes exibidos, tudo com o intuito de resgatar valores, melhorando a convivência deste público-alvo com a sociedade de um modo geral.

Além da realização de 04 (quatro) oficinas para roteiristas, cinegrafistas, procuradores e atores e atrizes nas comunidades da Vila Mariana, Inferninho e São Pedro. Serão formadas 10 (dez) alunos para cada oficina, sendo 40 (quarenta) alunos por comunidade.

Francisco Chagas do Nascimento

Fonte: Diretoria de Projetos - SASC, 2014.

O projeto Cineperiferia foi totalmente custeado pelo Governo do Estado do Piauí, de 2006 a 2011. Apesar do reconhecimento nacional com a premiação máxima do Prêmio Anu de Inclusão Social, o projeto Cineperiferia encontra-se parado por falta de financiamento. Abaixo o registro da premiação:

Imagem 76 – Premiação do MP3



Fonte: www.premioanu.com.br, 2012.

Imagem 77 – Líder do MP3 e o Prefeito



Fonte: pazperiferia.blogspot.com/2012.

Contudo, verificamos que três causas são recorrentes para a paralisação do projeto Cineperiferia, além do não financiamento pelo governo do Estado. Ao mesmo tempo em que o movimento avança na profissionalização e na inclusão digital acaba se afastando de sua principal função social que é o trabalho com jovens em situação de risco pessoal e social e no combate às drogas. Uma vez que a maioria dos jovens atendidos pelas atividades do MP3 na Estação Digital não possui como característica predominante o envolvimento com o tráfico.

Passamos então às três causas: primeira, é que o projeto não está entre as ações prioritárias do MP3 no momento atual, já que o movimento dispõe de toda estrutura (material e humana) para colocar o projeto Cineperiferia em funcionamento. Neste caso específico, em nossa análise, não depende do Estado.

A segunda, porque cada vez mais a lógica interna do MP3 funciona priorizando a inclusão digital e a empregabilidade, secundarizando as atividades de trabalho de base. O cinema não gera emprego para jovens, mas gera consciência para luta por emprego ou para compreensão das causas que geram o desemprego. Terceira, há uma nova reconfiguração no domínio do tráfico nas vilas e favelas de Teresina, fato que se caracteriza pelo elevado grau de homicídio juvenil na cidade.

Essa realidade dificulta o acesso ou a entrada do MP3 nessas comunidades, uma vez que atualmente não está realizando “nenhuma” atividade cultural de disputa direta dos jovens com

o tráfico de drogas. Isso se deve ao fato do projeto do cinema não está funcionando e o MP3 não está realizando as rodas de cultura *hip hop* nos bairros da periferia, nem no centro da cidade. Assim, ao mesmo tempo que Estação Digital facilitou o acesso à profissionalização e a empregabilidade acabou deixando invisíveis as atividades culturais como força de movimento e de ação dentro das vilas e favelas de Teresina.

Por exemplo, a cultura *hip hop* aparece impressa nas estruturas materiais do MP3, como carros, camisas e salas. Porém, durante a pesquisa, não registramos a realização de atividades que se identifiquem com a cultura *hip hop* e o trabalho com seus elementos, como grafite, *Dj*, música e dança, não aparece nem como atividade pontual, passando a tecnologia digital e a profissionalização a assumirem a dimensão formativa prioritária em sua prática educativa e social. No entanto, o grupo afirma que a ideologia do *hip hop* talvez esteja na essência de suas ações como também na valorização da cultura negra e da periferia.

Daí a importância do MP3 no processo de retomada das mobilizações culturais como caminho pedagógico e educativo para o fortalecimento das ações educativas que envolvem as atividades da Estação Digital. A realização do cinema nas comunidades proporciona um contato direto com os jovens. Enquanto realiza as sessões de cinema articula novos sujeitos para o ingresso nas atividades sociais do movimento.

Assim, a dinâmica interna do Cineperiferia pode retomar o processo de mobilização e o trabalho de base nas comunidades, esse instrumento pedagógico tem um potencial incrível na mobilização dos jovens pobres como podemos testemunhar nesse relato:

[...] A Kombi é conhecida pelos moradores. A cada noite, chega anunciando o filme e o local da sessão nos alto-falantes, para depois parar em uma praça ou região central onde o cinema - sempre ao ar livre - é montado. Um telão é fixado na lateral do veículo para a projeção. Em seguida, os moradores vão chegando, alguns trazendo suas próprias cadeiras e bancos, para esperar o filme começar. (BBC Brasil, 2013)²⁹.

Essa atitude requer uma decisão política. Essa opção pode fortalecer os cursos de informática, robótica, reciclagem do lixo, mas, sobretudo, reoxigenar o próprio fazer educativo do movimento, evitando que não seja absorvido pela cultura da profissionalização, ao tempo que desvaloriza outros elementos fundantes da educação de paz da periferia. Assim, consideramos que as ações educativas expressas nas rodas de cultura *hip hop*, a Estação Digital

²⁹ Mais informação arquivo disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120229_piaui_cinema_jc.shtml?bw=bb&mp=wm&bbcws=1&news=1>. Acesso em: 12 jan. 2014.

e o Projeto Cineperiferia cumprem seu papel no processo de implantação de políticas públicas, uma vez que são executadas em parceria com o Estado, exceto as rodas de cultura.

Apesar das contradições que vão se impondo no processo de construção da participação do MP3 na sociedade, através de suas ações, testemunham experiências exitosas no trabalho social com a juventude da periferia de Teresina. Passamos agora apresentar um registro visual do projeto Cineperiferia:

Imagem 77 – Carro do Cineperiferia



Fonte: Arquivo do MP3, 2013.

Imagem 78 – Carro do Cineperiferia



Fonte: Arquivo do MP3, 2013.

Imagem 79 – Carro do Cineperiferia



Fonte: Arquivo do MP3, 2013.

Imagem 80 - Sessões de cinema em Teresina



Fonte: Arquivo do MP3, 2013.

5 JUVENTUDES DA PERIFERIA E EDUCAÇÃO DE PAZ: sentidos e insurgência na prática educativa do MP3

A paz dos guetos, das vilas e favelas que a periferia educa. A paz pelo pertencimento, insurgência e vivência. A paz pela força popular na contramão da pacificação coerciva, forjada na paz utópica de justiça social, solidária e libertária. (SILVA, 2013)

5.1 Contextualizando o itinerário da educação de paz da periferia

A educação, tradicionalmente, esteve intrinsecamente correlacionada com as juventudes, sobretudo, aquelas originárias das classes populares. Para essas juventudes, a educação tem um papel fundamental na construção da virtude e da cidadania juvenil. Nesse sentido, a escola tem se revelado não apenas em uma escola tecnicista, como projetada pela classe dominante, mas uma escola em que habita potenciais de emancipação. Contudo, essa escola não se explica por ela mesma, mas pela sua relação com a sociedade, com a economia, com a cultura e com a política.

Essa compressão se deve, em grande parte, ao intenso processo de luta por educação pública, gratuita, laica e de qualidade no Brasil pelos setores populares. Esse processo histórico tem revertido a lógica do modelo de escola pensada para os jovens, sem nenhum nível de proposição dos mesmos sobre a escola que desejam. Essa situação tem grande incidência sobre o acesso e a permanência dos jovens na escola, como revela os estudos que analisam a situação educacional do jovem no Brasil realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2009, p. 91):

[...] Em linhas gerais, pôde-se concluir que o incipiente nível de escolaridade dos jovens brasileiros resultou, em grande medida, das insuficientes condições de acesso e permanência à educação infantil e ao ensino fundamental, que resultam em sucessivas reprovações e evasão escolar, temporária ou definitiva. Com isso, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo quanto em termos qualitativos.

Essa realidade representava a falência de um arranjo educacional que separava educação do mundo da vida. Tal realidade se alarga pela constatação dos limites impostos ao processo de

democratização da escola, marcadamente pelos resquícios do ensino colonial, patriarcal e mercantilista materializado pelo tecnicismo e pelo racionalismo extremado do século XVIII, os quais são contundentemente questionados através das ideias de Nietzsche, como descreve Aranha (2006, p. 216):

[...] Nietzsche usou em seus escritos recursos dos aforismos, cuja força está no conteúdo questionador e provocativo. [...] Ele examina a cultura de seu tempo e lamenta o estilo de Educação: em toda sua obra condena a erudição vazia, a Educação intelectualizada, separada da vida. [...] De que Nietzsche fala? Que a Educação tem nos transformados em camelos cheios de conhecimentos desligado da vida e sujeitos obedientes, prontos para negar nossos impulsos vitais. [...] Condena a escola utilitária e profissionalizante, bem como os riscos de um ensino submetido à ideologia do Estado.

Assim, restavam às camadas populares a escola profissionalizante e para as classes dominantes a formação para virtude e valores. A escola é um lugar de privilégio. Enquanto os primeiros têm de trabalhar e estudar, os segundos podem com tranquilidade exercer o direito à vida estudantil.

Essa realidade marcava a crise educacional que nasce com o modelo de escola gestado com o projeto de modernidade. Mas, indiscutivelmente, pela erosão de suas promessas de igualdade, liberdade e fraternidade, que se apresentam na sociedade contemporânea em busca dos melhores métodos, dos especialistas e dos espaços reguladores e transmissores da ideologia dominante, ou seja, sua passagem de sociedade disciplinadora para sociedade reguladora, como relata Veiga-Neto (2008, p. 40):

[...] Essa maquinaria, além de inventar espaços específicos para a educação das crianças e dos jovens, foi decisiva para a invenção de saberes e seus respectivos especialistas, encarregados de dizer como educar, ensinar, vigiar e regular essas crianças e esses jovens. E, à medida que se encarregava mais e mais dessas tarefas, a escola foi se institucionalizando, ou seja, foi se estruturando humana, material e discursivamente, tornando-se um lugar ímpar na Modernidade.

Mészáros (2005) caracteriza como processo educacional alienante e dominante, imposta aos marginalizados pelos setores do grande capital, ao dizer: “[...] que o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos.” (p. 11).

Em um discurso sobre a ciência e a crise do paradigma dominante, quando perguntava sobre o caráter do conhecimento hegemônico, Santos (1995, p. 8) diz:

[...] Estamos de novo regressados à necessidade de perguntar pelas relações entre ciência e virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório e falso; e temos finalmente que perguntar pelo papel de todo conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático de nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para nossa felicidade.

Esse autor enfatiza a necessidade de superação das monoculturas do saber científico, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escola dominante, centrada hoje no universalismo e na globalização, além da produtividade mercantil. (SANTOS, 2007, p. 9). Certamente, ao nos referirmos sobre o processo de descolonização da educação e de seus potenciais de transformação, seremos obrigados a nos reportar ao papel dos jovens no espaço da escola. Esses movimentos juvenis, ao mesmo tempo em que lutam por uma educação de qualidade, reconhecem a ausência de um projeto de emancipação da escola e a sua relação com o mundo da vida, como afirma Sposito (2008, p. 87):

[...] Enfim, há um paradoxo já no início da expansão recente do acesso à escola sob o ponto de vista dos jovens: de um lado o forte reconhecimento de que a escolaridade é fundamental e, ao mesmo tempo, a ausência de sentido imediato para essa escola. Ocorre uma espécie de dialética entre o sentido possível do projeto escolar que se volta para o futuro e a ausência de sentido do tempo escolar presente.

Maria do Vale (2001, p. 20) destaca que: “[...] a escola pública popular que buscamos, será fruto dos movimentos organizados da sociedade civil, dos esforços e das lutas de resistência empreendidas pelas camadas populares [...]”. A juventude sabe a escola que tem, mas ainda tem dúvidas sobre a escola que precisa, a única certeza nesse tema é de que estudar é algo do qual não se pode abrir mão. Essas assertivas são confirmadas anteriormente nos estudos de Silva, quando afirma:

[...] A maioria dos jovens piauienses entrevistados na I Conferência Estadual da Juventude apontam seus desejos e preocupações com os eixos EDUCAÇÃO e TRABALHO. Quando perguntados sobre as melhores coisas de ser jovem eles/elas apontam: PODER ESTUDAR. Assuntos que mais interessam atualmente, eles/as afirmam a EDUCAÇÃO. (SILVA, 2009, p. 28).

Ao contrário da concepção de educação para o controle e tutela dos jovens, nosso estudo revela uma escola popular na periferia de Teresina projetada intelectualmente e tecnicamente pelos próprios jovens. Esses sujeitos souberam mudar seu próprio fazer pedagógico enquanto transformavam a sociedade e a concepção de mundo ao seu redor.

Historicamente as classes populares ao tempo que lutam por educação e direitos sociais vão constituindo-se como sujeitos educadores de si mesmos e da sociedade. Nesse contexto, surgia a necessidade de um novo tipo de escola, revelando seu potencial para a descolonização do conhecimento dominante. O MP3 apostou na cultura juvenil através da cultura *hip hop*, da inclusão digital, com o advento das novas tecnologias, e do trabalho de base por meio do Cineperiferia nas comunidades, vilas e favelas de Teresina. Essas ações educativas emergiam a partir da necessidade de sobrevivência e de enfrentamento às condições de desigualdades sociais produzidas pelo modelo excludente de sociedade, como afirma Lefebvre (1973) apud Sposito, ao analisar:

[...] Um importante sociólogo e filósofo, Henri Lefebvre, inspirado em Marx, afirmava que a reprodução das relações sociais não é apenas repetição – reprodução – mas produção de novas contradições e, portanto, produção de novas relações [...]. No âmbito da dinâmica social, os mecanismos de reprodução das relações sociais fazem aparecer novas formas de reprodução das desigualdades, mas, também, novas possibilidades de superação dessas mesmas desigualdades. (LEFEBVRE apud SPOSITO, 1991, p. 74)

Para situarmos essa análise, apresentamos um brevemente sumário do processo histórico recente da educação brasileira, destacando o papel dos setores populares na luta por educação e por concepções em disputas. O Estado brasileiro é um país de dimensões continentais, caracterizado por uma sociedade complexa, plural, diversa e desigual. Contudo, nossa diversidade e pluralidade imprimem-se em outras esferas da sociedade, sejam culturais, econômicas, sociais, políticas e regionais.

O Brasil, ao longo de décadas, vivenciou momentos distintos sob o comando de vários governos, da ditadura militar ao movimento de redemocratização até o atual regime presidencialista. Anterior a esse período, os setores privados e Igreja detinham o monopólio da educação, era a educação oligárquica, nitidamente elitista. Contudo, os “novos pioneiros” opunham a essa concepção, defendiam uma educação fundamental, universal voltada para o trabalho produtivo baseada no modelo norte-americano, marcando a pregação liberal da educação, como destaca Medeiros (2010, p. 86);

[...] Antes de 1930, a Igreja Católica era a grande expressão da educação oficial no Brasil, a qual se realizava, basicamente, de acordo com os interesses dos grandes proprietários, com apoio eclesiástico. A partir de 1930, já identificamos discussões por mudanças, principalmente entre políticos e intelectuais que, à época, cumpriram papel importante. Nas décadas de 1930 e 1950, foram publicados dois manifestos reivindicando a renovação da educação. De modo geral, os debates em torno do primeiro traziam a questão da escola pública (estatal) ou privada (igreja e proprietários de escola), enquanto no segundo exigia-se que a escola privada fosse disciplinada e controlada pelo Estado.

Em 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que privilegia os setores privados com a expansão do ensino privado e para os setores populares o ensino profissionalizante. Após esse período, o país enfrentou um longo período de exceção em que não só prevaleceu o autoritarismo, mas um regime discricionário caracterizado pelo aparelhamento do sistema de ensino com instrumento de controle, dominação e manutenção da ordem pública, educação autoritária.

Com base nessas ideias e na tentativa de legitimar o regime, o governo militar lançou uma reforma institucional na Educação com a criação da Lei 5.540/68, a qual promoveu a reforma do ensino superior, e a Lei 5.692/71 que reformou o ensino primário e médio. Essas reformas educacionais tinham como objetivo conter a classe média que reivindicava mais políticas para o ensino superior e a profissionalização da mão de obra para os grandes empresários na perspectiva de assumir o controle econômico do país. Essa realidade empurrava prematuramente a população pobre e menos escolarizada para o mercado de trabalho.

Em contraposição a esse contexto, surge, na década de 1960, a proposta de Educação Popular no Brasil, como grande expoente deste movimento, o Educador Paulo Freire que desenvolveu o método de alfabetização e conscientização dos setores marginalizados, sua concepção de educação confunde-se com experiências do Campo Democrático e Popular, com os processos socioculturais, políticos e econômicos que atravessam a vida da população brasileira. Para melhor compreensão do que se caracteriza Campo Democrático e Popular, Paludo (2006, p. 46) o define:

[...] Constituiu-se como movimento contra-hegemônicos e orientou-se por utopias de transformação social, as quais foram atribuídas às mais diversas denominações, dentre as quais se podem citar, a partir das leituras, como exemplos: projeto histórico; projeto libertador; novo contrato social; nova sociedade; sociedade justa, democrática, participativa e solidária; projeto alternativo de sociedade; sociedade sem oprimidos e sem opressores; sociedade socialista.

Esse processo se realizou no contexto da Conferência Medellín, da difusão da Teologia da Libertação, das experiências revolucionárias ocorridas na América Latina, baseadas nos ideais marxistas e cristãos, na construção de organizações populares autônomas etc. Esse movimento também se caracterizou pela utilização de vários instrumentos pedagógicos de formação política dos sujeitos, como peça de teatro, atividades nos sindicatos e universidades, exibição de filmes e documentários, alfabetização da população rural ou urbana marginalizada, atividades culturais que culminaram com a criação dos Centros Populares de Cultura Popular (CPC da UNE), Movimento de Cultura Popular (MCP prefeitura de Recife) e os Movimentos de Educação de Base (MEB) ligados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Todas essas formas de intervenção social estavam voltadas para conscientização política do povo brasileiro, sobretudo, os marginalizados e os excluídos. Registram-se os primeiros ensaios conceituais sobre Educação Popular, na década de 1960, com as campanhas nacionais de alfabetização, com a criação do Movimento de Educação de Base (MEB). Durante o governo Jânio Quadros, a Educação Popular detinha um viés predominante de dominação do povo, o qual se efetivava via ensino primário e através da alfabetização de adultos. Como relata Saviani (2010, p. 317):

[...] A expressão ‘Educação Popular’ assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo a educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existente.

Procurando compreender a proposta de Educação Popular, Paludo (2006, p. 59) levanta várias indagações, ao dizer:

[...] O que é uma educação de qualidade para o povo, praticada desde a concepção da Educação Popular? Uma educação que o capacite para os desafios de sobreviver e de ser protagonista de transformação? Uma educação que eleve o popular à ‘condição de ser dirigente, de participar, de formular e de controlar quem dirige’? Quais são as aprendizagens necessárias? Quais conteúdos? [...]. Que conteúdo damos para a expressão metodologia dialética (prática, teoria, prática)?

Diagnósticos revelam uma trajetória inconclusa sobre o conceito de Educação Popular, como reflete Streck (2010, p. 300) ao dizer:

[...] Quer definamos a educação popular com base nos objetivos, no método, no conteúdo, no contexto ou nos sujeitos, sempre haverá dúvidas sobre o que ela é de fato. Acredito que nisso reside uma de suas virtudes e é um dos motivos pelos quais ela não se dissolve como outras modas pedagógicas dispostas a trazer soluções mais ou menos definitivas. [...] Isso tem a ver com a sua origem. Há unanimidade entre os historiadores da educação popular de que ela se forma no movimento da sociedade. Se temos nomes que servem de referência é porque pessoas se dispuseram e tiveram a habilidade de captar a pedagogia que se realizava nesse movimento.

Ao tentar conceituar a Educação Popular, Gohn (2010, p. 10) define:

[...] Inicialmente, busquei nomear o processo educativo que tratava da aprendizagem no interior dos movimentos sociais, tentando diferenciá-lo não apenas da educação formal - escolar -, mas também da educação popular relacionada aos processos de alfabetização de adultos, sob as modalidades alternativas.

Esse contexto revelava o forte papel da educação na emancipação social dos setores populares. A partir da década de 1970, emerge a educação do educador, ou seja, educação como instrumento político, como registra Gadotti (1986, p. 141) ao dizer: “[...] a educação sempre foi política, o que precisamos é ter clareza do projeto político que ela defende, politizando-a.” Essa concepção marcava os campos de divergências entre a concepção dialética da educação e a concepção metafísica, sendo esta caracterizada como uma pedagogia da essência, extremamente determinista e mecânica, enquanto que a pedagogia dialética é social, científica, voltada para construção do homem coletivo, como ser político, histórico e concreto.

Essa concepção de educação popular marcou a forma de intervenção dos movimentos sociais que se aglutinavam em torno de bandeiras de lutas, parte delas oriundas de seu cotidiano, geralmente ligadas às péssimas condições de saúde, acesso à educação, à moradia, a saneamento básico, à segurança e a relações trabalhistas, etc.

Esses movimentos sociais lutam e reivindicam abertura política, redemocratização, direitos sociais, políticos e cidadania ativa. Com a promulgação da Constituição de 1988, esses atores sociais ganham respaldo na legislação e asseguram a garantia aos direitos em seus artigos, como o exercício da cidadania, da participação popular, da educação gratuita, da democracia.

Com o advento do processo de redemocratização, culminava no Brasil a implantação do Projeto Neoliberal na década de 1990, essa opção representou profundas desigualdades sociais, sendo mais visíveis no sistema educacional brasileiro. Os governos neoliberais promoveram

uma verdadeira mudança de rumo no sistema de educacional do país, privilegiando e valorizando a rede privada em detrimento de rede pública de ensino.

A educação pública enfrenta os efeitos dos ajustes das políticas neoliberais, como o acesso restrito à educação infantil, a baixa efetividade no ensino fundamental, elevada distorção idade/nível educacional, defasagem no ensino, tanto quantitativa (anos estudos) como qualitativo (agora restrita a capacidades e habilidades) dos estudantes, além da redução do ensino profissionalizante, sucateamento do ensino médio, desvalorização dos professores, entre outros.

Ao tempo que a política de educação sofria um rebaixamento, emergia na sociedade fortes mobilizações sociais na luta por uma educação pública de qualidade que atendesse as classes populares, agora sob a emergência dos chamados Novos Movimentos Sociais em torno de questões de gênero, etnias, gerações, orientações sexuais, meio ambiente e outras.

5.2 Educação Não Escolar e Unitária: ampliando o Estado para a Educação de Paz da Periferia

É indiscutível o papel da educação popular defendida por Paulo Freire no processo de organização e luta dos movimentos sociais e dos setores excluídos e marginalizados. É sobre esse enredo que se inicia o processo de organização social do Movimento Pela Paz na Periferia, notadamente pela defesa dos jovens em situação de risco pessoal e social, condição que implicava na vida dos próprios organizadores do movimento.

Isso era reflexo do acelerado processo de desigualdades sociais e dos altos índices de violência envolvendo os jovens. Todos esses fatores se agravavam pelo total abandono de suas comunidades pelo Estado, na efetivação de políticas públicas e de direitos sociais. Como afirma Medeiros (2013, p. 15):

[...] Assim, é possível inferir que nesse contexto de grandes problemas sociais, os quais denunciam as crises habitacionais com fortes traços segregativos e excludentes das populações pobres, há uma exacerbação dos conflitos que por extensão afetam significativamente as relações sociais, familiares e comportamentais, sobretudo dos jovens, que em razão desses fatores possam acabar, muitas vezes, envolvendo-se com práticas de violências.

Nesse sentido, nossa perspectiva de educação de paz da periferia parte da compreensão que a sociedade civil organizada vem contribuindo para ampliação do Estado para o campo da

educação. Dessa forma, a educação de paz da periferia se caracteriza pela relação de parceria entre movimento juvenil e o Estado.

A prática educativa destes sujeitos está situada como educação não escolar, ao invés de educação não formal. Preferimos nos situar nesta primeira concepção, por compreender que a educação não escolar tem uma metodologia própria que envolve planejamento, sistematização, avaliação e monitoramento, ou seja, existe uma formatação organizativa desta prática educativa.

Portanto, os atores/sujeitos envolvidos nos processos de aprendizagem articulam o universo de saberes disponíveis, passados e presente, o esforço de pensar/elaborar/reelaborar sobre a realidade em que vivem. Assim, preferimos situar a concepção de educação de paz da periferia nas teses de educação não escolar defendida por Sposito (2008), que envolve um conjunto de programas e ações educativas a partir da parceria entre poder público e organismos da sociedade civil, ao dizer:

[...] O outro aspecto da questão reside na crescente oferta para esses mesmos jovens de classes populares de formas de educação não-escolar; tradicionalmente consideradas como educação não-formal³⁰. A partir de matrizes conceituais e ideológicas diversificadas, são propostos caminhos educativos para esses jovens, além da frequência à escola. Adoto, provisoriamente, a designação ‘não-escolar’ porque muitas das propostas são fortemente estruturadas, com bases institucionais sólidas, distantes do que poderia ser consagrado tradicionalmente como o campo do não-formal. (SPOSITO, 2008, p. 87).

Medeiros (2010, p. 89) destaca que as parcerias no âmbito das políticas sociais são comunicadas como uma inovação, em termos de gestão democrática, cujo mérito estaria relacionado à participação direta de setores da sociedade na realização das ações estatais. Dessa forma, situamo-nos sobre o princípio educativo em Gramsci de educação unitária. Mas, precisamente, da concepção de escola unitária (especialista+político), diferente da educação escolar, que prioriza a primeira especialidade.

A educação de paz da periferia é emancipatória, pois propõe a libertação dos jovens pobres da periferia, ao tempo que lutam pela transformação da sociedade. Ao mesmo tempo, afirma-se pela descolonialidade do poder e do saber. Os jovens não modificam apenas seu

³⁰ A expressão “não formal” é limitada e inadequada para designar essas modalidades diversas de oferta educativa para além do sistema escolar. Muitas dessas práticas são formais porque envolvem conteúdos, planejamentos e, também, institucionalizadas. Embora a tradição prevaleça no uso do termo, concordo com a excelente análise realizada por Brougère e Bezille (2007) que preferem trabalhar com a ideia de que o processo educativo assume formas diversas. Assim, a forma escolar seria uma forma educativa dentre outras, caracterizada pelo grau mais elevado de institucionalidade.

território dos processos que estigmatizam a juventude pobre, preta e da periferia, mas emancipam-se do modelo de educação única, verdadeira e eurocêntrica.

Como analisa Sartre apud Sposito (1993, p. 33), era preciso “[...] tomar o ponto de vista dos ‘mais desfavorecidos’, não porque eles representam a universalidade ‘que não existe em nenhuma parte’. E acrescenta: “[...] porque as imensas maiorias foram particularizadas pela opressão e a exploração que fazem delas os produtos de seus produtos, roubando seus fins e fazendo deles meios particulares da produção, definidos pelos instrumentos que eles produzem e que lhe assinam suas tarefas.”

É essa opção pelas maiorias despossuídas de sua humanidade que nos aproximou da tese defendida por Gramsci de educação unitária. Parece distante da realidade vivenciada pelo MP3, entretanto, ao alargarmos nosso ângulo de visão, notaremos que existem aproximações recorrentes, pois os dilemas educacionais atravessam fronteiras geográficas, temporal e sociais.

Dessa forma, assumimos que as ações desenvolvidas no Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) articulam instrução para formação profissional e educação para a construção da cidadania juvenil. Segundo Manacorda (1970, p. 285), o novo princípio educativo em Gramsci se evidencia pela:

[...] formação para a capacidade de agir ao mesmo tempo intelectualmente e manualmente (isto é, no mundo contemporâneo, tecnicamente, industrialmente), em uma organização educativa unitária, vinculadas às instituições produtivas e culturais da sociedade adulta. Assim, o princípio educativo que sustentava as escolas elementares era o conceito de trabalho, que não pode ser realizado em toda sua potência de expansão e de produtividade sem um conhecimento exato da realidade das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens.

Ao fazer essa releitura, o autor retoma seu pensamento articulando uma distinção entre instrução e educação, ou seja, “certo” (para a instrução) e “verdadeiro” (para a educação). Nesse sentido, a proposta apresentada no âmbito do MP3 exige intervenção direta do Estado, e, como parte deste, o movimento articula os sentidos que se aproximam de um novo contrato social. Ou mesmo de um novo Estado que se amplia a partir do papel que a sociedade civil exerce na disputa de projetos societários emancipatórios no âmbito do Estado. Assim, todos os jovens deveriam ser iguais diante da cultura e das ações da sociedade.

Gramsci deu um passo decisivo na compreensão dialética da educação e da cultura, isso exige um esforço que implica a transição da consciência espontânea para a consciência filosófica. Sobre isso, Gadotti analisa:

[...] Assim como Marx institui o trabalho como princípio do processo educativo, Gramsci insistiu na hegemonia como essência da relação pedagógica. As duas visões do processo convergem e se completam, porque ambas partem do mesmo pressuposto de que a tomada de consciência não é espontânea, isto é, a formação da consciência do indivíduo não é inata, exige esforço e atuação de elementos externos e internos ao indivíduo: a educação é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças internas e externas. Ambos partem da crítica ao espontaneísmo. Se a educação fosse processo espontâneo 'natural' e não cultural não haveria necessidade de se organizar esse processo e de sistematizá-lo. (GADOTTI, 1986, p. 62).

Assim, a Educação de Paz da Periferia origina-se desse processo educativo que se articula pelo movimento dialético intelectual entre o pensamento e a ação na transformação da realidade vivenciada pelos jovens da periferia, sendo três aspectos importantes: **primeiro**, que essas perspectivas educativas nascem dos movimentos sociais, ou seja, dos sujeitos coletivos que se situam em torno das classes populares; **segundo**, que esses movimentos surgem em decorrência dos profundos níveis de desigualdades e de miséria social que vivenciam; **terceiro**, que estas concepções de educação têm promovido profundas mudanças na sociedade a partir de suas experiências locais.

A paz defendida pelo MP3 passa necessariamente pelo questionamento e enfrentamento às situações sociais que geram diferentes tipos de violências. Por isso, a educação de paz da periferia se processa como uma educação potencialmente transformadora da comunidade para ações democráticas e de justiça social. Essa concepção de educação está expressa no pensamento de Freire (2000, p. 42), ao falar:

[...] Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres à realidade tida como intocável. Por isso, falo da educação ou da formação. Nunca do puro treinamento. Por isso, não só falo e defendo, mas vivo uma prática educativa radical, estimuladora da curiosidade crítica, à procura sempre da ou das raízes de ser dos fatos.

A paz passa a constar no nome social como temática que cumpre a missão de fundação do MP3, assumindo a paz na dimensão central de sua atuação na periferia que ocorre no/pelo conflito. Assumindo também elementos singulares que lhe diferenciam da educação formal como nos relata JFC, ao dizer:

[...] A educação formal olha as pessoas de forma linear e a do MP3 de forma individual. A gente não olha todo mundo de forma igual, uniforme, não existe, é individualizada. É 'tu e tua família, tu e teus problemas'. (JFC. Entrevista, 2013).

O MP3 nasce desse processo de desvelamento das condições sociais de opressão a que estão expostos os jovens da periferia. Esses jovens sabem que a educação de paz na periferia somente será viabilizada pela superação das condições sociais de miséria e de violência que vivenciam as juventudes das classes populares.

5.3 O protagonismo juvenil na construção da educação de paz da periferia

As marcas da cultura juvenil desvelada pelo modo de ser e de agir dos jovens na vida cotidiana da periferia, em que pese suas trajetórias pessoais ou coletivas demarcam um novo paradigma de educação de paz. A cultura juvenil da periferia materializou um processo participativo, político, pedagógico e popular de cultura de paz, elevando sua prática educativa a um alto grau de inteligibilidade de sua práxis social.

A concepção de cultura juvenil que delimitamos está situada no próprio conceito de juventude que assumimos nesta pesquisa como grupo social que vem provocando profundas transformações sociais. Interrogar essas categorias permite não somente uma melhor compreensão do universo de referências de um grupo etário particular, mas também da nova sociedade transformada pela mutação (PERALVA, 1997, p. 25).

Melucci (1997, p. 29) diz que: “[...] As atuais tendências emergentes no âmbito da cultura e da ação juvenil têm que ser entendidas a partir de uma perspectiva macrosociológica e, simultaneamente, através da consideração de experiências individuais na vida diária.” A partir dessa leitura, colaboramos que as juventudes da periferia residentes nas grandes cidades, as quais se apresentam como forças insurgentes nos fazeres e nos saberes de sua prática social e cultural em seus territórios.

Nos estudos sobre grupos juvenis, o espaço urbano vem assumindo a cena principal dessas formas de organização coletiva, passando a periferia a ser incorporada na linguagem acadêmica. De acordo com Almeida (2009, p. 160), “[...] as produções discentes sobre grupos juvenis têm a marca do urbano, apreendido em espaços e escalas distintos – a ‘cidade’, a ‘metrópole’, a ‘região central’, as ‘periferias’, os bairros ‘periféricos’, ‘núcleo de favela’ [...]”.

Evidenciamos que a concepção de educação de paz na periferia não é apenas a profissionalização, mas a educação para vivência que prepara os jovens para a vida, para cidadania. Assim, os dados levantados foram associados à concepção que os educadores e jovens educandos têm sobre o conceito da prática educativa no MP3. Essas informações contribuíram para a fundamentação de nossa síntese em torno da concepção de educação de paz

desenvolvida pelo MP3, que se agrega a outras produções de educação para paz, sobretudo aquelas que estão situadas no âmbito da relação escola e cultura de paz.

Para isso, concentramos nossa coleta de dados em questionários direcionados, entrevista biográfica e entrevista semiestruturada cujo objetivo pretendido era verificar as informações levantadas nos questionários e coletar mais informações sobre a prática educativa do MP3. De posse dos dados, confrontamos e analisamos os mesmos. Após esse estudo, sentimos a necessidade de problematizar e de aprofundar a concepção de educação, para isso, recorremos à técnica do grupo focal como instrumento de análise que nos possibilitaria uma maior aproximação da prática educativa do MP3. Concordando com a análise de Backes et al. (2011, p. 438).

O campo da pesquisa qualitativa se constitui de diversas possibilidades metodológicas, as quais permitem um processo dinâmico de aderência a novas formas de coleta e de análise de dados. Dentre essas possibilidades, o grupo focal representa uma técnica de coleta de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico.

Para a realização do grupo focal, foram convidados 7 (sete) educadores do movimento que estão envolvidos de forma direta no cotidiano do MP3 e na realização e coordenação dos cursos do MP3. Os resultados apresentados nos quadros e nos relatos orais são originários desse processo de coleta e de análise de dados.

Evidentemente que não temos a pretensão de esgotar a análise de todos os elementos levantados, mas em organizar nossa compreensão para uma análise mais aprofundada da prática educativa. Por outro lado, esse desafio se soma a relação dessa estrutura educativa dentro de modelo de sociedade e suas relações de continuidade/descontinuidades. Assim, nosso objetivo neste capítulo é sistematizar os sentidos e os processos da educação de paz da periferia.

Por esse itinerário, ressaltamos algumas considerações: a cultura juvenil insurgente da periferia que vem articulando formas de resistências às situações de exclusão social, e, ao mesmo tempo, vem desenvolvendo experiências educativas de resistência, denúncia e anúncio de uma nova possibilidade de justiça social; a concepção de educação de paz do MP3 se constitui como ponto central na inversão da lógica instituída sobre o modelo de educação dominante e excludente.

Desse modo, as juventudes das classes populares e seus fazeres sociais e culturais, como seres históricos, constituem os elementos da cultura juvenil. É sobre essas culturas que se imprimem as marcas principais sobre a gênese da prática educativa que o Movimento Pela Paz

na Periferia (MP3) vem desenvolvendo no seu fazer social, cultural e político na periferia. Compreendemos que o MP3 é um espaço pedagógico e educativo em processo contínuo de construção social que vem se estabelecendo como força contra-hegemônica na periferia, no enfrentamento da cultura da violência, do medo e das formas de exclusão social que margeiam esses territórios.

A concepção de educação do movimento faz parte de sua práxis social, ou seja, que decorre de seu processo de luta por transformação social que implica na mudança das condições de vida dos jovens da periferia e destes em seus territórios sociais que influenciam mudanças globais. Essas juventudes, pelo elevado grau de risco pessoal e de vulnerabilidade social que vivenciam, são extremamente marcadas, quase em sua totalidade, pela impossibilidade de viverem sua condição juvenil em plenitude como fazem os jovens de outros setores da sociedade.

Nesse contexto, a criação do MP3 no bairro São Pedro pousa como uma esperança, uma força insurgente, um ponto de apoio educativo, uma possibilidade de uma vida melhor, não apenas dos jovens que integram o movimento, mas também para a juventude dessa comunidade e da cidade de Teresina. Assim, apresentam-se a si mesmos como ponto de partida para transformação social que desejam. Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, propõem-se, a si mesmos, como problema. Descobrem que pouco sabem de si, de seu “posto no cosmos”, e se inquietam por saber mais (FREIRE, 2005).

Esse movimento de esperança, que nos remete a construção do impossível, da reinvenção cotidiana de utopia, reafirma os sonhos como um caminho possível que se configura pelo movimento que atinge as subjetividades juvenis e estas a transformação da realidade e das condições de opressão. A esperança como força insurgente, que subverte a ordem, em nome de sua autonomia como caminho para a cultura de paz na periferia. Paz! Mas, não a paz sem conflito, mas a paz que se afirma pelo conflito, que nega os sentidos que desmaterializam aqueles que pagam com a própria vida sobre os conflitos sociais instalados pela ausência total de políticas públicas, prevalecendo o Estado de Natureza, o Estado de Contrato.

O MP3 é uma porta que se abre para a construção de uma educação cidadã e para uma cultura de paz que nasce da juventude historicamente excluída das ações do Estado. Assim, o movimento reativa a autoestima da juventude, ressignifica os sentidos de pertencimento nos territórios da periferia. Esses sujeitos apostam na educação como um dos caminhos para transformação de sua realidade. Sobre os sentidos educativos do MP3 para a juventude, eles afirmam:

[...] o MP3 ele é muito importante na minha vida porque através dele eu, além de conhecer pessoas, eu participei de vários momentos, me inseri nos movimentos sociais, além do curso profissionalizante em artes gráficas. Eu me inseri nessa questão da militância que pra mim foi muito importante, fez com que eu começasse a ver as coisas de outra maneira, **de uma maneira mais esclarecida.** [...] para mim abriu portas porque eu consegui um emprego, [...] **passei também na UESPI, faço licenciatura plena em Letras Espanholas [...]**.³¹ (Educadora Gameleira. Entrevista, 2013, grifos meus).

[...] Tinha um pré-vestibular chamado Zumbi dos Palmares **no MP3, eu fiz em 2007 [...]** **Graças a Deus eu passei. Quando eu vi meu nome na relação de aprovados, eu não acreditei, na UESPI, eu fiquei sem acreditar. Meu Deus não pode ser!** Eu passar no vestibular, já tinha tentando outras vezes, não tinha conseguido. E aí foi assim, **eu acho que foi a maior alegria que eu já senti na minha vida, desligava um computador, ligava outro, conferia o número da identidade, o nome completo. Aí dei a notícia para o Junior. Ele ficou muito feliz, porque ele me incentivou muito a estudar, a continuar.**³² (Educadora Flor de Ipê. Entrevista, 2013, grifos meus).

Esses dois relatos marcam a singularidade dos jovens que encontram na prática educativa do MP3 a força insurgente para implantação da educação para paz. Essa prática educativa estimula valores e virtudes que possibilitam um reencontro com a educação escolar como instrumento fundamental no processo de emancipação social e de justiça social.

Para aprofundar as marcas da educação, também buscamos ouvir os jovens que fazem cursos no MP3. Para isso, realizamos, durante a pesquisa, uma oficina de grafite com os jovens da **segunda geração** do MP3. Escolhemos a arte do grafite como forma de resgatar um dos elementos da cultura *hip hop* que foi base de criação do movimento. Escolhemos os jovens que passaram no vestibular da Faculdade Santo Agostinho (FSA).

Recorremos à arte para capturar os sentidos atribuídos pelos jovens à educação do MP3, para isso, distribuímos cadernos-diários para que escrevessem os sentidos educativos do MP3 em suas vidas durante a oficina:

QUADRO 9: Oficina de Grafite sobre a prática educativa do MP3

O MP3 em minha vida significa **uma escola da vida** onde se **ensina desde o básico**, como gestões de educação: bom dia, boa tarde, obrigada, desculpa, com licença, **até o mais avançado como lutar por aquilo que quer, pensar sempre positivo, não ter medo de falar aquilo que não acha certo**, ficar mais atento às pessoas que criticam você, não são para querer seu mal ou humilhá-lo e sim é o que quer vê o melhor de você. (Curso de Serviço Social). (Transcrição na Integra, grifos meus).

³¹ Gameleira é uma jovem moradora do São Pedro que começou participando do MP3 em 2004, através do projeto Click Aqui do Consórcio Social da Juventude, desenvolvido em parceria com o Governo do Estado.

³² Flor de Ipê é uma jovem da comunidade Salobro, zona rural de Teresina. Conheceu o MP3 em uma das visitas que o movimento fez em sua comunidade, começou fazendo o curso de informática básica.

Estou no MP3 há um ano e quatro meses. Entrei na instituição como bolsista da metarreciclagem, depois, coordenei o projeto lixo eletrônico, participei da organização do prédio, da instalação das estações digitais do Piauí e atualmente estou no projeto de parceria do MP3 com a Houston consertando calhas. **O sentimento educativo que consegui aqui foi o fato que aprendi tudo o que queria e o MP3 propicia para os jovens da periferia.** (Curso de Serviço Social). (Transcrição na Integra, grifos meus).

Ao chegar no MP3, **pensei que viesse apenas fazer mais um curso de aperfeiçoamento**, mas descobri aqui um movimento que aos poucos nos leva a refletir e ver o real sentido da palavra “Família MP3”. O MP3 tem **contribuído muito no sentido de melhorar meu currículo profissional, pois nele estou adquirindo experiência como educadora social.** Vejo no MP3 mais uma porta a ser aberta para meu futuro como profissional e educadora, visto que nossa sociedade é muito excludente e o **MP3 nos capacita com seus cursos e nos ensina a incluir e a ser incluídos nessa sociedade vendada**, que não quer ver o que está a sua frente. Hoje sou feliz em dizer que sou da família MP3. (Curso de Pedagogia pela UESPI). (Transcrição na Integra, grifos meus).

Fonte: Oficina de Grafite, 2013.

O primeiro fato que nos chama atenção nos relatos dos jovens e dos educadores é a importância que o MP3 vem assumido como prioridade em sua missão na formação dos jovens, para que continuem seus estudos na educação formal. Ao mesmo tempo, sabem que não são únicas fontes formativas ou produtoras de conhecimentos únicos e verdadeiros. Com essa atitude, o movimento reconhece que precisa haver um diálogo entre educação escolar e educação não escolar como forças de educação de paz em uma relação mútua dessas formas de educação.

O segundo fato que observamos é o nível de compreensão que jovens e educadores têm sobre a prática educativa do MP3, quando dizem: o MP3 é uma “[...] **escola da vida** [...]”; “[...] **ensino básico** [...]” correlacionado a atitudes básicas de educação, como: bom dia, boa tarde; ao “[...] **ensino avançado** [...]”, fazendo relação com uma postura crítica na sociedade excludente como “[...] **lutar por aquilo que se quer** [...]”, “[...] **não ter medo de falar aquilo que não acha certo** [...]”. Essa postura exige autoestima e determinação quando diz: “[...] **pensar sempre positivo** [...]”.

Ao mesmo tempo, sentem-se incluídos na proposta de formação do MP3, sentimento que se fortalece pelo pertencimento à “família MP3”, quando diz: “[...] **Hoje sou feliz em dizer sou da família MP3**”. Essa afirmação dos jovens revela que os movimentos juvenis são capazes de produzir uma forma de conhecimento para formação humana que é inseparável da produção mais básica de sua existência, das lutas sociais, do direito à educação, do direito ao trabalho, da

construção de uma vida de justiça social. Com essa postura, o MP3 retraduz a periferia como lugar de pertencimento, mas também de projetos de humanização entre os jovens no enfrentamento das forças de desumanização. Fica evidente a concepção de escola unitária nas falas dos educadores e dos jovens.

Martins e Carrano (2011, p. 45) analisam que nos territórios culturais juvenis delineiam-se espaços de autonomia conquistados pelos jovens e que permitem a eles a transformação desses mesmos ambientes, ressignificando-os a partir de suas práticas específicas. Essas experiências marcam a capacidade sempre inteligente dos jovens para o novo, que se constitui a partir de sua participação e de sua intervenção social crítica e criativa que margeiam suas expressões culturais em suas comunidades e territórios.

Paulo Freire (2000) também ressalta esse potencial dos jovens, é sempre sua capacidade crítica, jamais “sonolenta” sempre desperta à inteligência do novo. “Capacidade crítica de que resulta um saber tão fundamental quanto óbvio: não há cultura nem história imóveis. A mudança é uma constatação natural da cultura e da história.” (FREIRE, 2000, p. 32).

Dessa forma, a periferia passa a expressar lugar de pertencimento, de formação de identidades culturais e sociais. Um lugar de identidades decorrente das lutas sociais que implicam mudanças nesses territórios pelas ações dos próprios jovens, como diz Novaes (2006). São eles que podem contribuir na construção de um “espaço público” nas próprias periferias e favelas privatizadas pelo tráfico e submetidas à violência e à corrupção policial (NOVAES, 2006, p. 116).

O entendimento da educação de paz na periferia que registramos no MP3 é aquela que se situa como projeto social utópico na construção de uma nova sociedade, rejeitando a concepção metafísica de paz idealista que se assenta pela serenidade e tranquilidade, com ênfase na passividade, em que a paz se estabelece pela negação dos conflitos.

A paz impressa na concepção de educação do MP3 decorre de uma agenda concreta de ações, viabilizada em seus projetos sociais reais como o projeto das rodas de *hip hop*. Outros projetos se somam aos projetos da Estação Digital, o Cine Periferia³³ e o Metarreciclagem; de sujeitos reais, jovens em situação de risco social e pessoal e em contextos concretos.

Os projetos são estímulos materiais para mobilização dos jovens na luta contra as formas de degradação juvenil que se impõe dentro de suas comunidades, a paz que buscam implica no seu próprio fazer. Para isso, apoiamo-nos na concepção de paz defendida por Guimarães (2005, p. 259), ao pontuar que a paz emerge da:

³³ O projeto encontra-se parado por falta de parcerias para o financiamento.

[...] necessidade de passar de uma concepção teórica para uma compreensão da paz, como agenda e ação, abandonando as conexões entre paz e passividade, apontou-se para o sentido da ação no processo da educação para paz. Mas a palavra ação ainda é limitada e insuficiente para apontar essa ultrapassagem. É necessário dizer qual ação é capaz de oferecer à educação para paz [...].

A partir desta análise, aprofundamos os sentidos da educação de paz na periferia desenvolvida pelo MP3 como uma ação concreta que se faz pelo exercício da intervenção do MP3 na realidade, por meio de arranjos propositivos de políticas públicas. Essa dimensão constitui nosso **primeiro elemento chave** na educação de paz da periferia, a **cultura hip hop**. Esse elemento é instrumento principal de organizações dos jovens nas periferias de Teresina, esses sujeitos canalizam suas energias para o desenvolvimento de seu potencial cultural, na afirmação de sua autoestima, no processo de construção da cidade e de suas comunidades, como nos informa SL ao dizer:

[...] O movimento *hip hop* tem como característica as atividades itinerantes, as chamadas “posses”³⁴. Tínhamos a posse da Praça Pedro II, e daí do Dirceu, e a gente passou a desenvolver atividades comunitárias nos bairros como no caso da Cerâmica Cil, onde levamos música, grafite, corte de cabelo e nossa mensagem através das letras de rap e através dos contatos com a comunidade. (SL. Entrevista, 2013, grifos meus).

Para Darby e Shelbey (2006, p. 15), que compartilham a contribuição da filosofia do *hip hop* no processo de mobilização e de visibilidade dos jovens da periferia, assim cumpre três objetivos: “[...] criar uma agradável diversão e uma arte séria para os rituais dos jovens; criar novas maneiras de escapar a miséria social e explorar novas respostas para os significado e sentimento em um mundo dirigido pelo mercado.”

O *hip hop* passa então a se constituir no enredo dos jovens da periferia, ao se contrapor aos discursos do senso comum verbalizado e difundido pela lógica instituída do Estado que concebe esses jovens como atores e vítimas principais da violência urbana, sobretudo nas periferias. Essa concepção se alarga com relação aos estudos sobre educação e juventude,

³⁴ São territórios provisórios que os jovens da periferia assumem com atividades itinerantes tendo nos elementos do *hip hop* e do reggae instrumentos culturais para produção de sua cultura e de sua visibilidade social. Esses espaços, ora se localizam em suas próprias comunidades ora desabitam seus territórios, ocupando os espaços públicos centrais de notoriedade na cidade, para que sejam percebidos para além das margens e das fronteiras sociais que lhe são impostas como juventude, sinônimo de problema e de delinquência, os quais passam a se apresentar como outra concepção de juventude, que não seja pelo viés da juventude-violência. Expressam-se pela arte como produto cultural de seres que se insurgem das margens da cidade, das periferias.

principalmente aqueles que se situam no ambiente escolar. A violência é vista como se fosse sinônimo de juventude, como nos informa Ribeiro (2006, p. 165):

[...] Pesquisa recente (e.g. GUIMARÃES, 1996; WAISELFISZ, 1998) apontam que o aumento da violência nos centros urbanos e o envolvimento dos jovens, ora como vítimas ora como agressores em atos violentos, tem se configurado em um dos principais problemas que a sociedade enfrenta no momento. [...] Vasconcelos (1996) considera que a questão da violência ocupa um espaço cada vez maior nas escolas de todo Brasil.

A posição que assumimos neste trabalho é a de que os jovens são vítimas em ambos os casos, tanto quem morre como quem mata. Esses jovens encontram-se totalmente sem referenciais de valores sociais para sua formação cidadã, e a escola e a família perdem progressivamente sua função educativa.

Para compreender as ações educativas do MP3 no enfrentamento dessa realidade, sistematizamos as respostas dos educadores em dois Quadros: o primeiro apresenta as impressões dos educadores sobre o conceito de educação do MP3 e o segundo traz as marcas que caracterizam essa concepção de educação, seguido de uma síntese da pesquisadora sobre essa concepção. A educação para a juventude do MP3 assume um papel fundamental em evidenciar essas contradições sociais. Quando fizemos a pergunta aos educadores:

QUADRO 10 – Como você conceitua /define /qualifica a prática educativa do MP3?

Respostas dos Educadores	Síntese da Pesquisadora
Educador Piau: Fundamental	As práticas educativas do MP3 são “ <i>sui generis</i> ” - forma única de ser, singularidade de seu próprio gênero, ou seja, única em seu gênero, sem semelhança com outro. Não se enquadra aos padrões predominantes da educação escolar, atua com ênfase no protagonismo juvenil, estimulando habilidades pela profissionalização e inserção no mercado de trabalho e pela educação para os valores, visando formar personalidades, desenvolvendo as potencialidades das lideranças jovens que desejam ter uma vida promissora no presente e no futuro.
Educadora Flor de Caju: As práticas educativas do MP3, com certeza, é uma das melhores aqui da comunidade. São práticas desenvolvidas para jovens que podem, no futuro, ter uma vida promissora no mercado de trabalho.	
Educadora For da Gameleira: Atuamos com ênfase no protagonismo juvenil, estimulando habilidade e personalidade. A intenção é formar e identificar lideranças.	
Educadora Flor de Ipê: Muito importante porque procura incluir, principalmente os jovens, incentivando a educação e profissionalizando para ser inserido no mercado de trabalho.	
Educador Tucum: É uma prática que foge dos padrões, as regras são orientações do coordenador e, resumindo, dão certo.	
Educador Mandacaru: A prática educativa do MP3 é “ <i>sui generis</i> ”, é revelado e aplicado só ao público do MP3.	

Fonte: Questionário, 2013.

QUADRO 11 - Como você caracteriza a educação promovida pelo MP3?

Respostas dos Educadores Pesquisados - Questões Subjetivas	Síntese parcial elaborada pela Pesquisadora
Educador Piau: uma educação precisa, onde aprendemos valores, aprendemos assumir nossa identidade e respeitar o outro, tanto na teoria como na prática.	Uma educação para a promoção dos valores em que seu processo formativo se dá além dos conteúdos didáticos. Aprendem conceitos básicos como educação, respeito e trabalho em grupo através de oficinas, palestras e dinâmicas, estimulando o desenvolvimento pessoal e profissional, onde o indivíduo tem a oportunidade de ser incluído da sua forma, com suas características, que são somadas aos demais, não submetidas a um padrão. Assim, apreendem a assumir suas identidades e a respeitar o outro tanto na teoria como na prática.
Educadora Flor de Caju: Além do conteúdo didático ministrado nas salas de aulas, os alunos aprendem os conceitos básicos como educação, respeito, trabalho em grupo. Isso tudo através de palestras, oficinas e dinâmicas.	
Educadora Flora da Gameleira: Podemos destacar o estímulo ao desenvolvimento pessoal e profissional, onde o indivíduo tem a oportunidade de ser incluído da sua forma, suas características são somadas aos demais, não submetidas a um padrão.	
Educadora Flor de Ipê: Educação inclusiva e também a que promove a cultura de paz.	
Educador Tucum: É uma prática especial, onde temos reconhecimento tanto da sociedade como dos educandos.	
Educador Mandacaru: Solidariedade, afetividade e fraternidade.	

Fonte: Questionário, 2013.

Esses relatos revelam a concepção de educação unitária (especialista+político), como analisa Gramsci apud Manacorda, (1932, p. 7):

[...] Uma vez que se trata de um desenvolvimento orgânico e necessário, que tende a completar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas, toda tentativa de exorcizar estas tendências a partir de fora, não produz outro resultado que não sermões moralistas e gemidos retóricos.

Podemos confirmar essa perspectiva como o relato do educador Tucum:

[...] Assim! A pessoa sai **do MP3** um profissional qualificado e, além disso, aqui, por exemplo, você vem para fazer um curso de manutenção, você tem orientações, orientações de como se comportar no meio da sociedade, orientações de como se comportar até numa entrevista de trabalho, orientações de como você se comportar com sua família, a gente na realidade, aqui, o nosso conceito **é conceito de família**. Então, a pessoa que entra aqui ela não sai só com o curso, ela sai preparada pra enfrentar a vida no seu dia a dia. (Educador Tucum. Entrevista, grifos meus).

Essa afirmativa do Educador Tucum pode ser confirmada pelos jovens quando perguntamos: **As ações do MP3 contribuem para sua formação profissional? Se afirmativa. Enumere de 1 a 5 pelo grau de importância.** Veja como os jovens encontram as marcas da educação de paz que se assenta em valores para a construção da cidadania juvenil: **1- Para o ingresso no mercado de trabalho; 2- Para a construção de valores positivos; 3- Para uma boa convivência grupal; 4- Para o crescimento pessoal; 5- Para a formação profissional e cidadã.** De outro modo, verificamos que existem encontros sistemáticos da coordenação do MP3 com jovens envolvidos nas atividades educativas, esses encontros envolvem os professores, educadores e a direção do MP3, com o objetivo de avaliação, de interação e de exposição sobre a missão principal do movimento.

QUADRO 12 – Você já participou de algum encontro coletivo com a direção do MP3?

() Sim () Se não, por quê?

JOVENS	RESPOSTA	SÍNTESE
Jovem 1	Sim	Todos os jovens afirmam já terem participado de algum encontro com a direção do MP3. Esse dado revela o cuidado do MP3 em promover momento de interação com os jovens, no sentido de perceber seus anseios afetivos e sociais.
Jovem 2	Sim	
Jovem 3	Sim	
Jovem 4	Sim	
Jovem 5	Sim	
Jovem 6	Sim	
Jovem 7	Sim	
Jovem 8	Sim	
Jovem 9	Sim	
Jovem 10	Sim	
Jovem 11	Sim	
Jovem 12	Sim	
Jovem 13	Sim	
Jovem 14	Sim	
Jovem 15	Sim	

Fonte: Questionário Direcionado, 2013.

Outra constatação que verificamos é que todos os jovens já participaram de atividades formativas, além dos cursos profissionalizantes. Esses formatos metodológicos dialogam com a perspectiva educativa, buscando um estreito nexos entre intelectualismo-industrialismo e escola-sociedade. Como descreve Gramsci apud Manacorda (1932, p. 8a), ao analisar o papel da escola unitária criativa: “[...] O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial, não somente na escola, mas em toda vida social.”

O princípio unitário refletir-se-á, portanto, em todos os organismos de cultura, transformando-os e dando-lhe um novo conteúdo. A educação de paz da periferia é permeada pela relação com o trabalho, com a empregabilidade dos jovens como fator de inserção

econômica e social. Sobre estas dimensões, precisaríamos de um estudo específico para verificar seus arranjos, concepções de inserção no mercado de trabalho, forma de parceria com o empresariado, entre outros fatores. O fato é que o movimento, ao tempo que faz a capacitação para profissionalização, busca articular a momentos formativos. Esse momento tem objetivo de fazer a formação política para conscientização, despertando os jovens para participação ativa na sociedade e nas transformações sociais. Sobre essas atividades os jovens respondem:

QUADRO 13 – Você já participou de encontros educativos (seminários, palestras, intercâmbio com outros movimentos, caminhadas, passeadas, festivais), além dos cursos de profissionalização? () Sim () Se não, por quê?

JOVENS	RESPOSTA	SÍNTESE
Jovem 1	Sim	Esse dado revela que o movimento articula outras propostas de formação para cidadania com a educação profissional, pois todas essas atividades relacionadas nas perguntas visam o desenvolvimento dos potenciais juvenis que implica em sua própria formação como especialista como em sua formação para cidadania juvenil como condição para a luta pelos seus direitos sociais.
Jovem 2	Sim	
Jovem 3	Sim	
Jovem 4	Sim	
Jovem 5	Sim	
Jovem 6	Sim	
Jovem 7	Sim	
Jovem 8	Sim	
Jovem 9	Sim	
Jovem 10	Sim	
Jovem 11	Sim	
Jovem 12	Sim	
Jovem 13	Sim	
Jovem 14	Sim	
Jovem 15	Sim	

Fonte: Questionário Direcionado, 2013.

Essa educação traz as marcas da **periferia** como lugar de pertencimento; a **família** como espaço de construção de valores positivos, de afetividade, de respeito, de solidariedade; **protagonismo juvenil** que ocorre pela participação efetiva dos jovens na construção do MP3.

Isso reflete em uma postura propositiva na luta pela implantação das políticas públicas de juventude impressas nos projetos sociais do movimento e da relação destes nas lutas gerais da juventude do Piauí. Dessa forma, à medida que essas ações vão mantendo relação de parceria com o Estado vão assumindo a formatação de políticas públicas. Nesse sentido, procuramos aprofundar os sentidos da educação na vida dos sujeitos, perguntando sobre a relação direta da educação do MP3 em suas vidas:

QUADRO 14 - Você considera as ações e práticas educativas do MP3 importante para sua vida?

Flor Gameleira	Flor de Ipê	Flor de Caju	Mandacaru	Piau	Tucum
Muita Importância	Muita Importância	Muita Importância	Muita Importância	Muita Importância	Muita Importância

Fonte: Aplicação de Questionário, 2013.

O maior nível de importância alcançado nesta pergunta deve-se ao fato de que a grande parte destes educadores se formou à medida que vivenciavam as experiências de criação do MP3. Por isso, as marcas da educação de paz do MP3 são tão fortes na vida desses jovens.

A educação do MP3 também é considerada importante para os jovens e, respectivamente, para suas famílias, quando mais de 80% dos jovens avaliam que suas famílias consideram as ações educativas de muita importância.

Nesse sentido, tanto os jovens como suas famílias reconhecem o caráter educativo do MP3, ou seja, que existe um fazer pedagógico, uma prática educativa. Essa leitura se deve, em grande medida, aos sentidos de educação construídos pelas classes populares, as quais mantêm suas pretensões de vinculação da educação aos direitos sociais, como emprego, cidadania, conscientização política.

Também reconhecem como instrumento de democratização do sistema educacional, como caminho para organização social, política e cultural dos oprimidos e despossuídos. O MP3 é testemunho dessa experiência em educação que surge como instrumento de libertação do povo pobre e jovem da periferia. Essa postura dialoga com a assertiva de Arroyo (2012, p. 15), ao dizer que:

[...] O que há de mais significativo nesses coletivos em movimentos é ter tomado consciência política, tornando nosso tempo revolucionário. Repolitizam suas histórias de resistências, ‘tantas lutas inglórias’ – e se organizam em ações coletivas diversas, em movimentos sociais de libertação e emancipação dos padrões de poder, de trabalho, de apropriação/expropriação da terra, do solo, da riqueza, do conhecimento, das instituições do Estado. Nessas ações coletivas por libertação/emancipação se produzem Outros Sujeitos políticos e políticas.

Discorreremos sobre a relação das ações educativas do movimento e sobre como os educadores concebem o grau de importância para a sociedade. Assim, quando perguntarmos aos educadores, eles responderam:

QUADRO 15 – Você considera as ações do MP3 importantes para o conjunto da sociedade?

Flor Gameleira	Flor de Ipê	Flor de Caju	Mandacaru	Piau	Tucum
Muita Importância	Muita Importância	Muita Importância	Muita Importância	Muita Importância	Muita Importância

Fonte: Aplicação de Questionário, 2013.

A partir desses dados, notamos que os educadores do MP3 sabem dos impactos que a educação tem em suas vidas e os reflexos para o conjunto da sociedade. Reconhecem também a importância pelo número de jovens que o MP3 já atendeu desde sua fundação até a atualidade, chegando, segundo a coordenação do movimento, a mais de 10(dez) mil jovens em toda Teresina, incluindo a zona rural.

Essa mesma pergunta foi feita para os jovens atendidos pelo MP3 – **80% responderam que as ações do MP3 têm muita importância para a sociedade**. Assim, tanto os educadores quanto os jovens reconhecem a importância da educação de paz, porque esse arranjo educativo vem contribuído para formação de personalidades baseada em valores de solidariedade, de respeito e de afetividade.

Do mesmo modo, afirmam a importância da educação para profissionalização, para o desenvolvimento de habilidades e para a empregabilidade. A **inclusão digital** passa a compor o ambiente da família MP3 **como segundo elemento** da educação de paz na periferia, notadamente reconhecido pela sociedade. Contudo, faz-se necessário, uma intervenção mais direta e permanente do MP3 no processo de monitoramento e de avaliação de sua prática educativa, com o objetivo de evitar que a educação profissionalizante não se constitua em elemento de domesticação dos jovens para o mundo do trabalho, em vez de ser uma força de libertação dos mesmos.

Esse fato pode ser evidenciado quando começar a predominar a educação para profissionalização, ou seja, limitando-se apenas a uma educação meramente tecnicista, formando mão de obra e entrando na lógica do sistema capitalista. De outro modo nos alerta Mézáros (2005, p. 9), ao dizer que: “[...] educar – citando Gramsci – colocar fim a separação entre o *Homo faber* e o *Homo sapien*, resgata o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias”.

5.4 A Pedagogia do Conflito e a Parceria Dissidente: marcas da educação de paz

A educação não escolar, no âmbito do MP3, articula a formação técnica com a formação política dos jovens em seus fazeres e saberes. Dessa forma, a juventude da periferia se expressa no envolvimento direto das lutas por justiça social marcada pela **pedagogia do conflito**. Esse contexto implica em saber: Como lutar? Contra o que se luta? Que consensos aglutinam para uma luta conjunta contra as situações de dominação e de negação da periferia?

Esse conflito está situado entre os próprios jovens que vivendo situações de convulsões sociais empenham-se na construção de acordos e de consensos, que denominamos de **conflitos entre diferentes**.

Medeiros (2010, p. 17) fala da parceria dissidente: “[...] que articula ação institucional e luta direta, promovendo uma participação dissidente em relação à ordem vigente, sem abrir mão do direito de intervir concretamente na definição de uma determinada direção na ação governamental.” Assumindo assim o mote da educação de paz da periferia, a dimensão do conflito entre forças antagônicas em que a pedagogia do conflito tem sido fundante para a promoção da parceria na efetivação das ações educativas para execução das políticas públicas e para a ampliação do Estado no que se refere aos direitos da juventude.

Nesse campo, estão os jovens das periferias urbanas, organizados ou em processo de organização nos movimentos juvenis, é o encontro dos jovens oprimidos que passam a perceber a periferia como lugar de pertencimento e encontram sobre ela outras formas de diálogos que não seja a guerra urbana, a violência e o seu próprio processo de desumanização e dizimação de si mesmo e de outros.

A educação de paz na periferia busca romper com as condições de desvalorização da vida, sobretudo dos jovens que, vivendo em situação miséria social, encontram nas drogas, acessíveis e baratas, a fórmula institucional de sua **dormência social**. Nesse contexto de conflito social, os jovens sabem que a única maneira de sair desta rota de degradação social é se organizando na participação efetiva, ou seja, protagonizando na periferia uma cultura de paz e não de destruição de seus territórios. “[...] É possível que haja uma divergência, conflitiva até, mais de um tipo de conflito que é o conflito superável, o conflito entre diferentes e não entre antagônicos” (FREIRE, 2005, p. 17).

Por outro lado, a pedagogia do conflito também se estabelece na agenda institucional do Estado pelas disputas de posições divergentes marcadas pelo **conflito entre antagônicos**. Nesse caso, os caminhos para o diálogo quase sempre estão situados nas formas de mobilização e de lutas protagonizadas historicamente pelas classes populares ao disputarem projetos de sociedade. Essas disputas são marcadas por uma agenda sistematizada das ações de rua, espaço que cotidianamente vem sendo palco de diversas formas de mobilização da juventude, como forma de dar visibilidade aos projetos em disputas que giram em torno das concepções e das formas de implantação de políticas e ações do Estado.

Nessa perspectiva, a pedagogia do conflito se articula pelos processos de participação popular dissidente, que ocorre através de práticas educativas e sistemáticas no âmbito da relação entre movimentos juvenis e Estado. E, com isso, a prática educativa vai entrelaçando outras

formas de parceria que implica no reconhecimento pelo Estado da força mobilizadora e propositiva dos jovens que se organizam nos movimentos juvenis.

As juventudes da periferia assumem seu caráter formativo que, ao tempo em que lutam pela transformação social, vai educando a si e ao Estado para as demandas sociais pela relação política e pedagógica entre sujeitos antagônicos. Nesse mesmo sentido, Paulo Freire (1985, p. 29) propõe:

[...] É possível um ato pedagógico na luta entre antagônicos, pois as pessoas podem vir aprender mais e ensinar também, e modificarem sua visão de mundo na luta entre contrários. Isso não caracteriza em absoluto um plano político onde não houvesse o pedagógico, como se este se aplicasse apenas o convívio amistoso, simpático entre figuras que na realidade não se opõem.

A Educação de paz na periferia, nesse contexto, tem suas bases fundacionais na educação popular em que o conflito é parte dessa construção político-pedagógica, que se estabelece ora entre as forças diferentes (entre os próprios jovens, que constroem consensos) ora entre forças antagônicas (Estado e Movimentos Juvenis), aqui, a sociedade civil amplia o sentido de Estado.

De um lado, os movimentos juvenis disputam a concepção de paz na periferia por meio de projetos sociais, contrapondo-se à paz pela pacificação que se dá pela força policial. Nesse cenário, a juventude vai desconstruindo a periferia como espaços únicos de violência, os conceitos sobre juventude protagonista em oposição à juventude problema, a implantação de políticas públicas pela participação efetiva das juventudes na construção e execução de uma agenda positiva contra a agenda negativa proposta pelo Estado para a juventude.

A pedagogia do conflito exercida pelos movimentos juvenis durante essa década vem contribuindo para o processo de ampliação do Estado. Nesse sentido, a relação de parceria construída pelo MP3 se estabelece com o objetivo de viabilizar a educação de paz na periferia que se evidencia pela intervenção insurgente e questionadora.

Assim, atua como força social viva que disputa a implantação das políticas públicas e, ao mesmo tempo, na democratização do Estado para as demandas sociais da juventude e do conjunto da sociedade.

Esse contexto pode ser evidenciado nas ações do MP3 como descreve o educador Piau sobre a relação de parceria do MP3 com o Estado:

Essa relação de parceria é de conflito. O MP3, no exercício do controle social, acaba diante da omissão do Estado, assumindo aquela responsabilidade, até mesmo pelo equívoco das

políticas que são desenvolvidas pelo estado, visando trabalhar a juventude. Diante dessa omissão do Estado, e essa resposta diante do conflito, a gente leva e tenta construir uma outra visão das políticas públicas de juventude, que, na maioria das vezes, a gente percebe nos noticiários que sempre está ligada à questão da criminalidade. Quando fala de ações para **juventude é sempre acompanhada pelo discurso da criminalidade, da redução da maioria, das medidas socioeducativas** em ações não preventivas. O MP3 segue a linha da ação preventiva, entendendo o que, hoje, deixa a sociedade aflita, ela tem uma origem, que a gente tem que trabalhar essa origem. Identificamos essa origem onde? Lá nas comunidades, na falta de acesso à cultura, ao lazer, à educação [...]. (Educador Piau. Entrevista, 2013, grifos meus).

Esse dado também pode ser confirmado no relato de outros jovens ligados ao MP3 sobre a parceria com o Estado, na luta pela implantação da educação de paz na periferia. Ao dizerem:

[...] Hoje, eu vejo que a maioria das parcerias, no caso, do MP3 com o estado, se dá uma cobrança e por uma omissão, **a gente chama o estado para assumir uma responsabilidade que é dele**. (Educador Piau. Entrevista, 2013, grifos meus);

[...] Na atual conjuntura, **a nossa parceria é mais conflituosa**, porque do lado de lá da gerência do estado há uma insensibilidade de ouvir, não só o MP3, como a juventude de modo geral. **O estado só dava quando a gente brigava**. Mesmo ele dando essa contribuição em 2004, o MP3 foi uma das instituições que mais denunciou o estado. Quando os meninos do complexo morreram queimados, nós condenamos o estado. Nós tínhamos o convênio do estado, mas não seria isso que calaria nossa boca. Nós éramos e ainda somos exigentes com o estado. (Educador Mandacaru. Entrevista, 2013, grifos meus).

[...] O que eu aprendi é que a gente tem que fazer. A gente não vive só de discurso, porque os resultados eles vêm através da sua ação, se você fizer bem feito. **O estado, às vezes, é obrigado** a dar continuidade àquilo que você está fazendo. (Educador Tucum. Entrevista, 2013, grifos meus).

[...] Isso. Aqui, ele (coordenador) sempre vai nas TVs, é só o que sai nas matérias: é o MP3 apelando, fazendo um apelo para que o estado não deixe de fora o MP3, é mostrado nas entrevistas, nos jornais, o apelo do MP3 pedindo ajuda, é complicado. (Educadora Flor de Ipê. Entrevista, 2013).

Esses dados revelam que os jovens do MP3 se assumem como seres potenciais de conflito, sendo essa a forma que articulam para dar visibilidade às condições sociais da juventude da periferia. Encontram, desse modo, na pedagogia do conflito, uma força insurgente. Assim, o conflito se caracteriza por três elementos básicos, como nos propõe (Thomas, apud Mcintyre, 2007, p. 297): “[...] a) O conflito tem que ser percebido, senão, não existe conflito; b) tem que existir uma interação; e c) tem que haver uma incompatibilidade entre as partes.” Essas características são facilmente evidenciadas no modo como o MP3 se relaciona com o Estado.

Nesse sentido, nosso estudo faz um movimento contrário ao proposto por Guimarães (2005), que é a passagem da concepção como prática social para a concepção teórica. Ressaltamos que essa inversão, não entra em conflito com os objetivos propostos por esse autor, mas apontamos que as experiências de uma escola unitária de paz (especialista+político) concretiza-se no cotidiano das lutas desse movimento. Nessa proposta, retomamos o princípio de educação unitária que se situa sobre as ações educativas do MP3 como caminhos para educação de paz da periferia. Essas ações educativas não se restringem a ampliação do Estado, mas trabalham para possibilitar a busca de uma proposta hegemônica na defesa dos direitos da juventude da periferia.

Com isso, compreendemos que as ações educativas como as Rodas de Cultura Hip Hop, a Estação Digital e o Cine Periferia são os alicerces fundacionais do MP3 que fundamentam os sentidos de educação de paz atribuídos pelos jovens, a exemplo, família MP3, espaço de convivência grupal, de solidariedade, de afetividade, entre outros. A cultura de paz na periferia desenvolvida pelos próprios jovens em seus territórios e nos seus modos de agir e de enfrentar as desigualdades sociais produz uma concepção de educação de paz da periferia, sendo a educação não escolar e unitária o centro das ações e da intervenção do movimento na sociedade, na promoção de uma vida de justiça social junto aos jovens em situação de risco pessoal e social.

6 CONCLUSÕES (alinhavadas)

Com os alinhavos, fomos refazendo ponto a ponto os caminhos percorridos em nossa análise sobre o papel das juventudes da periferia no processo de implantação das políticas públicas e, conseqüentemente, sua prática educativa. Nesse caminho, encontramos quatro marcações centrais deste alinhavo:

A primeira reafirma uma das pautas principais das juventudes, debatida na última década do século XX, sobre a necessidade da participação dos próprios jovens e movimentos juvenis organizados no processo de elaboração das políticas públicas destinadas à juventude brasileira. Essa ideia agregava-se aos estudos difundidos nas pesquisas científicas sobre juventude. O atual contexto de implantação das políticas de/para/com juventude testemunham que ambos setores da sociedade estavam certos quanto às suas projeções sobre o papel e a força destes sujeitos a frente de ações governamentais e sociais de juventude.

A segunda assegura que a participação protagonizada pelos jovens da periferia, sobretudo na última década, foi decisiva na implantação dos novos arranjos de políticas públicas de juventude no campo institucional, legal e social em vigência. Tomamos como exemplo, os conselhos de juventudes, a aprovação do Estatuto da Juventude, os órgãos de juventudes, os programas sociais destinados aos jovens das classes populares.

A terceira demonstra que essa forma de intervenção contribuiu significativamente para ampliação do Estado para as demandas da juventude e, conseqüentemente, na efetivação dos direitos juvenis, como a inclusão do termo juventude na Constituição, como apresentado na Proposta de Emenda Constitucional (PEC da Juventude) pelos movimentos juvenis e gestores públicos.

A quarta declara que a juventude da periferia ultrapassou as barreiras da participação propositiva, e com ousadia vem mostrando que também é capaz de executar ações e políticas públicas de juventude. Essa capacidade educativa e libertadora tem questionado progressivamente os grupos dominantes que mantêm o Estado sob a ótica de seus interesses. Através de suas ações educativas de caráter libertador, as juventudes das classes populares passam a exigir do Estado presença efetiva na execução das políticas públicas, seja por meio de financiamento e/ou de execução.

A partir dessas considerações afirmamos que o Movimento Pela Paz na Periferia tem papel decisivo na defesa dos direitos da juventude da periferia. Essa participação não se restringe ao papel de regulador à frente da presidência do Conselho Estadual de Juventude, mas

destaca-se pelo seu potencial crítico e criativo em suas ações educativas, que progressivamente se efetivaram em políticas públicas.

Essa forma de intervenção na execução de políticas públicas levou o Movimento Pela Paz na Periferia a desenvolver uma concepção de educação que passamos a identificar em nossos estudos como Educação de Paz da Periferia – educação que se articula pelo princípio da instrução, pela capacitação técnica e pela educação como formação política da juventude.

A educação de paz na periferia se caracteriza como educação não escolar que se articula para ampliação da presença das juventudes da periferia na luta por educação gratuita, laica e de qualidade. Ao mesmo tempo, apresenta uma alternativa pedagógica e educacional no processo de formação de jovens em situação de risco pessoal e social.

Essa educação mantém esses sujeitos coletivos em constante movimento, na busca de novos significados para a luta dos jovens da periferia. Reafirmam a pedagogia do conflito como uma das marcas da educação de paz. Essa pedagogia se assenta no potencial conflitivo inerente à própria juventude que vem retraduzido, em uma escala de velocidade e de força, caminhos que levam a outras possibilidades, à outra periferia, à outra cidade e à outra sociedade. Uma cidade em que a cidadania seja sinônimo de educação, de emprego, de moradia digna, de lazer, de felicidade, de solidariedade, de partilha e de outra relação com a vida humana.

A educação de paz da periferia se alicerça em uma perspectiva educativa em que o saber e poder sejam sinônimos de libertação e não de opressão de uma parcela da sociedade por determinados setores “dominantes”. Dessa forma, consideramos necessário que o MP3 estabeleça uma relação de forma mais permanente com as ações formativas para conscientização política, amplamente articulada pelos princípios da educação unitária que não separa educação do mundo da vida.

Para isso, apontamos a necessidade da articulação de parcerias com as universidades, centros de educação popular e com núcleos de pesquisas sobre educação para paz, educação social e educação popular. Essa proposição parte da constatação da necessidade de ampliação pelo MP3 de seus processos formativos, agregando áreas que fortaleçam a dimensão da formação política dos jovens. Com relação às parcerias para a ação formativa, no Piauí, existe uma vasta produção nas universidades, a exemplo do curso de especialização em Educação Popular e Movimentos Sociais na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e em experiências de núcleos de estudos sobre violência, cultura de paz e educação para paz na Universidade Federal do Piauí.

A repercussão da participação popular juvenil reflete diretamente no processo de democratização da estrutura estatal, ampliando os canais de diálogos da sociedade política com

a sociedade civil. Contudo, somente foi possível pelo elevado nível de participação das classes populares por meios dos movimentos populares, sindical, pastoral, comunitário, com pautas locais, nacionais e globais. Como analisa Medeiros (2010, p. 219): “[...] o processo de reorganização do Estado capitalista mundial, a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nos espaços estatais foi ampliada e com ela o processo de institucionalização.”

Outra constatação que fizemos é que essa experiência não escolar em análise pode tornar-se uma escola popular da periferia. Para isso deve levar em consideração os princípios que originaram o MP3 que se fundamentam na ruptura das relações sociais de opressão e de exclusão de seus territórios.

Evidenciamos também que, inicialmente, para as juventudes da periferia, as ruas se constituíam no palco principal de visibilidade de suas demandas, sendo esse mote a possibilidade da ampliação do Estado e de efetivação de parceria na execução de políticas públicas. Entretanto, essa relação de parceria com o Estado ainda é vista como possibilidade de cooptação, tutela e controle³⁵, provocando possível esvaziamento das lutas sociais do movimento. Em parte, esse pensamento encontrou forças sociais de validação dessa postura do estado, aderindo a institucionalidade e, conseqüentemente, promovendo o enfraquecimento dos movimentos libertários na luta pela emancipação social.

Registramos que o MP3 passa por um acelerado processo de institucionalização em sua forma de organização, deixa sua formatação original de grupo de jovens e passa a assumir personalidade jurídica, em 2004, como Organização Não Governamental. Atualmente, tem a pretensão de assumir o caráter de OSCIP, como já informado anteriormente. Esse processo de transição organizativa institucional vai recompondo as formas de intervenção desses sujeitos na sociedade. Dessa forma, passam a imprimir novas formas de negociação, passando a rua a assumir um papel secundário, em detrimento do papel primário das relações interinstitucionais.

Nesse contexto, novas temáticas são incorporadas aos fazeres do MP3 como a inclusão digital, a profissionalização, a empregabilidade, o desenvolvimento de tecnologia, com o projeto de metarreciclagem com a reciclagem do lixo eletrônico, entre outras. Considerando essa realidade, passamos a constatar que essa instituição vive um movimento permanente de

³⁵ Até então, nós não tínhamos a intenção de fundar uma entidade propriamente dita, esse sentimento de organização no *hip hop* não estava muito presente. Vivíamos mais a questão da ilegalidade, mas essa aproximação com CNPJ, a gente... Nós achávamos que seria uma forma do estado controlar a organização, muitos acreditavam nisso. Voltamos a nos organizar, o MP3 realizando atividades na Pedro II com as rodas. (SL. Entrevista, 2013).

transição, não apenas situada no campo institucional, mas em sua proposta pedagógica de educação de paz.

Por um lado, essa transição traz perspectivas de mais avanços e ganhos, mostrando-se, portanto, positiva, tendo em vista que isso tem permitido ao MP3 um constante processo de renovação de sua prática social. Por outro lado, coloca em evidência as formas predominantes de burocratização impostas pelo estado para o estabelecimento das parcerias. Essa dependência pode criar um campo progressivo de declínio das ações do movimento e de seu arranjo de educação de paz na periferia, podendo incorporar traços antiemancipatórios.

Os alinhavos desta pesquisa encontram pistas para um possível processo de institucionalização dessa proposta de educação de paz na periferia, podendo transformar essa experiência em uma escola popular de paz da periferia. Essa postura se fundamenta na vontade expressa nos relatos orais prestados pela coordenação do movimento, durante o processo de pesquisa. Essa perspectiva encontra fundamentos nas experiências desenvolvidas pelo Movimento Sem Terra com a experiência em Educação do Campo, entre outras experiências que têm a educação como estratégia de construção de uma nova sociedade e de um novo jeito de cidadania. Outro fator que pode contribuir para essa direção é o grau de abrangência que o movimento vem assumindo, ultrapassando sua própria capacidade de atendimento dos jovens, testemunhando que as experiências têm tido papel fundamental na promoção do protagonismo juvenil.

Nesse sentido, confirmamos que as ações educativas realizadas pelo MP3, em parceria com o Estado, contribuem para a promoção da educação de paz na periferia. Essas ações, como as rodas de cultura *hip hop*, a implantação da estação digital e o projeto cineperiferia, vêm possibilitando uma trajetória na construção dos sentidos que fundamentam a educação de paz da periferia por meio do cultivo de valores positivos, da convivência grupal, do protagonismo juvenil, do respeito, da solidariedade, do combate ao uso de drogas, da profissionalização, da empregabilidade.

Assim, a educação de paz da periferia se orienta pela opção no trabalho educativo com jovens em situação de risco pessoal e social. Com isso, apresentamos os pontos alinhavados nesse itinerário de construção epistemológica do conhecimento, como caminho de justiça social aos saberes, historicamente, negados pelo conhecimento eurocêntrico. Seguem nossos alinhavos:

a) Com relação ao processo histórico, situamos o MP3 nas lutas gerais das classes populares contra o capitalismo, revelando sua singularidade insurgente no trabalho social com

os jovens da periferia, contribuindo de forma inquestionável para formulação e execução de políticas públicas;

b) Com relação às práticas educativas e sua contribuição na formulação das políticas públicas, constatamos que a educação do MP3 alicerça-se nas Rodas de Cultura Hip Hop – que remontam a origem do MP3; no Projeto Estação Digital – que contribui para o processo de estruturação do movimento de forma mais específica, para implantação da sede e funcionamento dos projetos, para implantação da primeira estação digital, ofertando cursos de computação, montagem e manutenção, robótica, reciclagem do lixo eletrônico com o Projeto Metarreciclagem –, ou seja, a inclusão digital dos jovens pobres da periferia e o Projeto Cineperiferia – que contribui como rota alternativa de entrada nas favelas e nas vilas de Teresina, facilitando o contato direto com os jovens da periferia e com suas comunidades.

Esses projetos são expressões de uma periferia que luta e avança, mas que definitivamente se apresenta e sonha com outra possibilidade de vida na periferia, rompendo progressivamente com o processo de exclusão social. A pedagogia do conflito é a marca principal da educação de paz da periferia, ou seja, revela todo seu potencial conflitivo com uma característica embrionária da participação dos jovens da periferia na sociedade.

c) Essa pedagogia tem possibilitado um exercício concreto de descolonização dos saberes e dos lugares de produção do conhecimento. Esse fazer pedagógico tem viabilizado uma intervenção direta deste movimento juvenil na execução de políticas públicas no âmbito de sua organização, condição que tem lhe respaldado socialmente para exigir do Estado uma intervenção sistemática na implantação de políticas públicas de modo mais geral para o conjunto da juventude da periferia.

d) Os dados levantados nos encaminham para concepção de educação de paz da periferia como aquela que nasce do conflito, pela participação popular dissidente, pela concepção de escola unitária (especialista+político), assumindo os contornos de educação não escolar que se origina no fazer e no saber popular, impressas por uma juventude que não desejou apenas paz, mas se fez força de luta pela paz na periferia.

e) Que a participação dos movimentos juvenis tem sido fundante para relação de parceria do MP3 como o Estado. Constatamos que essa parceria tem possibilitado uma ampliação do Estado para as demandas sociais das juventudes. Essa parceria encontra-se em processo de estruturação, uma vez que a temática das políticas públicas de/para/com juventude ainda é recente no cenário brasileiro.

Concluindo, afirmamos a importância da educação de paz da periferia como possibilidade de sua reaplicação em outras comunidades periféricas de Teresina, como

alternativa de articulação da educação escolar com a educação não escolar, como caminho para uma educação unitária e de justiça social. Dessa forma, afirmamos um novo jeito de fazer educativo que promove o surgimento de novos sentidos para a educação, resultando na construção de valores de solidariedade, de respeito, de participação para cidadania e para virtude, de respeito ao próximo, da convivência grupal, de estímulo ao protagonismo juvenil, despertando valores para o fazer da vida.

REFERÊNCIAS

- ABAD, Miguel. Crítica Política das políticas de juventude. In: PAPA, Fernanda de Carvalho et. al. (Org.). **Políticas Públicas: Juventudes em Pauta**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.
- ABEL, Rodrigo. **Para Além de Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, 2007.
- ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. 448 p.: il.
- _____. **Juventude**. In: Governos Estaduais: desafios e avanços: Reflexões e relatos de experiências petistas. Jorge Bittar. (Org.). São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramos, 2003. (Coleção Pensamento Petista).
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Quebrando mitos: juventudes, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventudes; resumo executivo, Brasília: RITLA, 2009.
- _____. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006. v. 1. 744p.
- ADAD, Shara Jane Holanda Costa. **Corpos de Rua: cartografia dos saberes juvenis e o sociopoetizar dos desejos dos educadores**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- ALMEIDA, Almir de. Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. In: SPOSITO, Marília Pontes. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**, vol. 1, 2/ Marília Pontes Sposito, MG: Argvementvm, 2009.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escritas de teses e dissertações**. BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. (Org.). 2. ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.
- AREND, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. – 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. 348 p.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BACKES, *Dirce Stein*. **Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas**. In: O MUNDO DA SAÚDE, São Paulo: 2011;35(4):438-442. Disponível em: < bvsmms.saude.gov.br/.../grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados.> Acesso em: 24 de jan. de 2014

BOMFIM, Maria do Carmo Alves et. al. **Educação e diversidade cultural**. Fortaleza: EDUFC, 2010.

_____. **Lutas Populares pela Escola Pública e Gratuita em Teresina** (o caso dos bairros Lourival Parente e Vila São Francisco/Sul). São Paulo, 1991.

_____; MATOS, Kelma Socorro Lopes de. Agregação de Juventudes: múltiplos olhares. In: **Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

_____; **JUVENTUDES E HIP HOP**: movimento de resistência e de denúncia da exclusão social. In. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: Mesa Temática: MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO: concepções, lutas e políticas públicas na atual crise do capitalismo neoliberal. São Luís. 2013

BRASIL. **Perfil da Juventude Teresinense**. IBGE, 2010.

_____. **Plano Estadual dos Direitos da Juventude do Piauí**. Projeto de Lei. Assembleia Legislativa do Piauí. Teresina, 2010.

_____. **Estatuto da Juventude**. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2014.

_____. **Direitos humanos e mediação de conflitos** / [Instituto de Tecnologia Social, Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)]. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social/Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), 2009.

BUENO, Belmira Oliveira. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores**: a questão da subjetividade. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11653.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

MARQUE, Carlos Eduardo; FARIA, Aurélio Pimenta de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2011, 180p.

_____; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. **A escola diante das culturas juvenis**: reconhecer para dialogar. Educação, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 43-56, jan./abr. 2011. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/81353903/A-Escola-Diante-Das-Culturas-Juvenis-Reconhecer-Para-Dialogar-Martins-e-Carrano>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

CHALOUB, Suraya Benjamin. **Processo pedagógico gerador de uma consciência crítica**: uma história de vida. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Textos escolhidos**/Diderot. Traduções e notas de Marilena de Souza Chauí; J. Guinsburg. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

CORTES, Soraya Vargas. **Sociologia e Políticas Públicas**. In: CARLOS, Eduardo Marques, FARIA, Aurélio Pimenta de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

COUTINHO, Diego R. O direito nas políticas públicas. In: MARQUES, Carlos Eduardo; FARIA, Aurélio Pimenta de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

DALMAZ, Carla e NETTO, Carlos Alexandre. **A memória**. Cienc. Cult. vol.56 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2004. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000100023&script=sci_arttext>. Acesso em: 12. de jan. de 2014

DARBY, Derrick; SHELBY, Tommie. **Hip hop e a Filosofia**. Tradução Martha Malvezzi Leal. São Paulo: Madras, 2006.

FAZENDA, Ivani et. al. **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Biblioteca da Educação, Série 1, Escola; v. 11).

_____. **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. (Org.). Capinas. São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção Práxis).

FERREIRA, M. D'Alva Macedo. **A cidadania em Construção: análise do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente no Piauí**. São Paulo, PUC, 1997. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da indignação; cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora, UNESP, 2000.

FRIGOTO, Gaudêncio. O enfoque da Dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. In: FAZENDA, Ivani. et. al. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional** – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 1994. (Biblioteca da Educação, Série 1, Escola; v.11).

GADOTTI, Moacir. **Os mestres de Rousseau**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Concepção Dialética da Educação; um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____; FREIRE, Paulo, GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: dialogo e conflito**. São Paulo. Editora Cortez – Autores Associados, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 5. ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2013.

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Tradução: Luz Fernando Cardoso; Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967.

BOGDAN, R., & BILKLEN, S. (1994). **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. História e Políticas Públicas. In: CARLOS, Eduardo Marques, FARIA, Aurélio Pimenta de (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p.; 24 cm.

IPEA. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). Brasília: Ipea, 2009. 303 p.: gráfs, tabs.

KONDER, Leonardo. **O que é a dialética**. Círculo do livro SA, 1981.

LANNI, Octavio. **Dialética e Capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: **Epistemologias do Sul**. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. (Org.) São. Paulo; Editora Cortez

MANACORDA, Mario A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Porto Alegre. MS. Artes Médicas, 1990.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina(PI): CEPAC, 1996.

MEDEIROS, Lucineide Barros. **Parceria e dissenso na educação do campo: marcas e desafios na luta do MST**. 2010. 243 f. Tese (doutorado em Educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2010.

MEDEIROS, Maria Gessi-Leila. **Mediação de conflitos no espaço escolar: linguagens de cultura de paz na escola pública de Teresina**/Maria Gessi-Leila Medeiros. – 2013. 153 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí – UFPI, Centro de Ciências da Educação, 2013.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva; pesquisa qualitativa e cultura**. Tradução Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Invenção do Presente: os movimentos sociais nas sociedades complexas.** Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Juventude, Tempo e Movimentos Sociais.** *Revista Brasileira da Educação.* 5(6), 05-14, São Paulo, 1997.

MÈZÁROS, Isteván. **Educação para além do capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MCINTYRE, Scott Elmes. **Como as pessoas gerem o conflito nas organizações: Estratégias individuais negociais.** Disponível em: <
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v25n2/v25n2a09.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

MINAYO, Cecilia de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Organizadores DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Cecília de Sousa (Org.). 32. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MONTAÑO, Calos. **Estado, classes e movimento social,** DURIGUETTO, Maria Luiza. 3.ed.São Paulo: Cortez, 2011.

NOVAES, Regina Célia Reyes. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade (Org.). Brasília: Ipea, 2009. 303 p.: gráfs., tabs.

_____. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: **Culturas Jovens: novos mapas do afeto.** Maria Isabel Mendes de Almeida, Fernanda Eugênio (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

PAIS, J. M. (2006). Buscas de si: expressividades e identidades Juvenis. In M. I. de Almeida & F. Eugênio (Org.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

_____. Educação Popular: dialogando com redes Latino Americanas (2002- 2003). In: PONTUAL, Pedro; IRELAND Timothy (Org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

PERALVA, A. **O jovem como modelo cultural.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo, ANPED, n. 5/6, 1997.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e Existência.** Ed. Paz e Terra, 1979.

PINTO, Edmara Castro. **Jovem Adulto ou Adulto Jovem? Caminhos Percorridos de Jovens que Voltaram à Escola.** Mestrado (Mestrado em Educação) Universidade do Minho. Instituto de Educação. Lisboa Portugal, 2012. 235 f.

RIBEIRO, Raimunda. Educação e Paz: Construindo Cidadania. In: **Juventudes, Cultura de Paz e Violências na Escola.** Fortaleza: Editora UFC, 2006.

ROUSSEAU. **Emílio, ou, Da Educação**. Tradução Roberto Leal Ferreira. – 2. ed. – São Paulo; Martins Fontes, 1999. (Paidéia).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Um discurso sobre Ciência**. Editora Afrontamento. Porto. 1995.

_____. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Memória da Educação).

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Juventude, Mídias e TIC. In: SPOSITO, Marília. **Estado da Arte sobre a Juventude na Pós-graduação Brasileira: educação, ciências sociais e serviço social** – vol. 2. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 57-86.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Problemas e dificuldades na condução da pesquisa no curso de Pós-Graduação. In: FAZENDA, Ivani. **Novos Enfoques da Pesquisa Educacional**. (Org.). 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007

SILVA, Frei Antônio Leandro. **Música e Rap: narrativas da periferia de Teresina**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2006.

SILVA, Leandro de Souza. **Traficando Informações ao Bronx no Piauí: itinerário do Hip Hop**. Monografia do Curso de História, Teresina (PI). 2002.

SILVA, Maria do Socorro Pereira da. Jovens e Juventudes: **Identidade, Participação e Políticas Públicas - Um Olhar Juvenil**. CCOM, Teresina. 2009.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **(Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação**. NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM. (Org.). Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. ISBN 978-85-232-0484-6. Available from SciELO Books. Disponível em: < <http://books.scielo.org>.>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na Constituição de Políticas Públicas de Juventudes no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho. et. al. (Org.). **Políticas Públicas: Juventudes em Pauta**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

_____; CARRANO, Paulo. **Juventudes e Políticas Públicas no Brasil**. CIDPA, 2003.

_____. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**, volume 1, 2/Marília Pontes Sposito, Minas Gerais: Argvmentvm, 2009.

_____. **Ilusão Fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

STRECK, Danilo R. **Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Educação. vol.15. n. 44. Rio de Janeiro May/Aug. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000200007>>. Acesso em: 10 out. 2013.

_____. **Pesquisar é pronunciar o mundo**. Artigo científico. 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/ep337>. Acesso em: 13 jan. 2013.

TIDAFI, Masilene Rocha Viana. Associativismo Popular Urbano em Teresina: possibilidades e riscos na constituição de uma esfera pública local. In: **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as Políticas Públicas**. São Luís – MA, 2009. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/associativismo-popular-urbano-em-teresina-possibilidades-e-riscos-na-constituicao-de-uma-esfer.pdf> 2009. Acesso em: 13 jan. 2013.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica a Modernidade**; Tradução Elia Ferreira Edel. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na escola pública**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 8)

VEIGA-NETO, Alfredo. **Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas**. Artigo apresentado no XIV ENDIPE. Rio Grande do Sul, 2008.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **A Dialética na Pesquisa em Educação**. Revista Diálogo Educacional - v. 2 - n.3 - p. 171-181 - jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118142012>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICES A – Questionário Direcionado aos Educadores



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGEd
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

QUESTIONÁRIO – PESQUISA: PRÁTICAS EDUCATIVAS, MOVIMENTOS JUVENIS E ESTADO: a luta do Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) no processo de implantação de políticas públicas de juventudes no Piauí (2000-2012)

APLICADO AOS EDUCADORES (AS): SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA EDUCATIVA DO MP3

1 Qual sua função no MP3?

- () Professor/a () Pedagogo/a () Diretor/a () Coordenador/a
() Assessor/a () Educador/a Voluntário/a, outra, qual? _____

2 Faixa Etária: () 15 -19 () 20-24 () 25-29 () 30-35 36-45 () outras:

3 Data de Nascimento: ____/____/____ **Natural (cidade de nascimento):** _____

4 Sobre a Etnia e Raça, como você se considera? () Negra/o () Parda/o () Branca/o
() Indígena/o () Sem declaração

5 Grau de instrução: _____

6 Como você desenvolve suas atividades no MP3 (por favor descrever)?

7 Como você conceitua/define/qualifica a prática educativa do MP3?

8 Para você qual é o significado da marca: “Família MP3”? _____

9 Como você caracteriza (quais são as marcas que identificam) a educação promovida pelo MP3?

10 O que você vem aprendendo com a proposta de educação do MP3 (em seus aprendizados, que habilidades vem desenvolvendo, qual a contribuição para sua formação pessoal e profissional, outros)?

11 Você sabe informar se existe um projeto político pedagógico no MP3? () Sim () Não
Se respondeu não, por que não tem? _____

12 Se respondeu sim na questão 11, qual sua avaliação sobre a proposta do projeto político pedagógico do MP3? _____

13 Como você caracteriza (quais são as marcas) da relação de parceria do MP3 com o Estado?

14 Como você considera a forma de atuação ou intervenção do MP3 na relação com o Estado?

- () Radical () Educativa () Insurgente () Conformista () Rebelde () Indiferente
 () Libertária
 () Outra, qual? _____

15 Existem problemas na relação de parceria do MP3 com o Estado ou essa parceria é tranquila?

16 Se existem problemas, dizer quais são: _____

17 A relação de parceria MP3 e Estado ocorre através de financiamento ou pela intervenção na proposta educativa MP3? _____

18 Quais são os principais projetos, ações, recursos humanos ou materiais que o Estado vem promovendo na relação de parceria com o MP3? _____

19 O MP3 consegue manter os projetos sem a relação de parceria com o Estado?

Se negativa, por quê? _____

Se afirmativa, como? _____

20 Você recebe alguma remuneração pelo trabalho prestado pelo MP3? () Sim () Não

21 Sobre a metodologia dos/as professores/as no que se refere (apresentação dos conteúdos, forma como desenvolve a aula, a avaliação, relação com alunos/as, você considera:

- () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () Não existe

22 Existe um processo de planejamento das ações e das atividades educativas desenvolvidas pelo MP3?

() Sim () Não **Se não, por quê?** _____

23 Você já participou de encontros (seminários, palestras, intercâmbios com outros movimentos, caminhadas, passeatas, festivais), além das atividades internas do MP3? () Sim () Não

Se não, por quê? _____

24 Você participa de algum núcleo ou grupo (cultural, estudantil, religioso, comunitário, partidário, ambiental, rural, feminista, quilombola, afrocultural, outros), além do MP3?

() Sim () Não **Se afirmativa, informar qual grupo:** _____

25 Quais temáticas sociais são abordadas nas atividades internas do MP3? Enumere de 1 a 5 pelo grau de importância:

- | | | |
|------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| () Emprego Juvenil | () Educação | () Sexualidade |
| () Combate às drogas | () Violência Juvenil | () Espaço de Lazer |
| () Preconceito Racial | () Violência contra a Mulher | () Mobilidade Urbana |
| () Profissionalização | () Outras: Qual | |

26 Quais são as demandas sociais que o MP3 vem colocando em pauta na Sociedade? Enumere de 1 a 5 pelo seu grau de conhecimento:

- | | | |
|------------------------|-------------------------------|-----------------------|
| () Emprego Juvenil | () Educação | () Sexualidade |
| () Combate as drogas | () Violência Juvenil | () Espaço de Lazer |
| () Preconceito Racial | () Violência contra a Mulher | () Mobilidade Urbana |

Profissionalização Outras: Qual: _____

27 No MP3, há processo de seleção interna para o mercado de trabalho? sim não

28 As ações do MP3 são importantes para sua formação profissional? sim não

Se afirmativa a resposta, enumere de 1 a 5 pelo grau de importância:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> O ingresso no mercado de trabalho | <input type="checkbox"/> Contribui para o crescimento pessoal |
| <input type="checkbox"/> Para uma boa convivência grupal | <input type="checkbox"/> Contribui para troca de experiências |
| <input type="checkbox"/> Para construção de valores positivos | <input type="checkbox"/> Para formação profissional e cidadã |
| <input type="checkbox"/> Contribui para ocupação do tempo livre | <input type="checkbox"/> Outros: _____ |

29 Os cursos e as atividades educativas oferecidas pelo MP3, em sua avaliação, são considerados:

- Ótimas Boas Regulares Ruins Péssimas

30 Você considera as ações do MP3 importantes para o conjunto da sociedade?

- Muita Importância Regular Importância Baixa Importância Sem Importância

31 Para você, as ações do MP3 vêm contribuindo para mudar a vida dos jovens?

Sim Não **Enumere de 1 a 5 o grau de contribuição:**

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Em relação à educação | <input type="checkbox"/> Em relação a inserção no mercado de trabalho |
| <input type="checkbox"/> Na relação familiar | <input type="checkbox"/> Em relação ao convívio na sociedade |
| <input type="checkbox"/> No enfrentamento ao uso de drogas | <input type="checkbox"/> Nas relações afetivas |
| <input type="checkbox"/> Na profissionalização dos jovens | <input type="checkbox"/> Outra: _____ |

32 Você considera as ações e práticas educativas do MP3 importante para sua vida?

- Muita Importância Regular Importância Baixa Importância Sem Importância

33 Como você considera a forma de atuação ou intervenção do MP3 na defesa dos direitos dos/as jovens da periferia?

- Radical Educativo Insurgente Conformista Rebelde Indiferente
 Libertário Outro, qual? _____

34 Você acha que as ações e intervenção do MP3 vêm contribuindo para o processo de democratização(abertura) do Estado para as políticas públicas de juventude?

- Sim Não

34. Se não, Por quê? _____

35 O que você acha de trabalhar com jovens em situação de vulnerabilidade social?

Obrigada por contribuir com nossa pesquisa!

APÊNDICES B – Questionário Direcionado aos Jovens atendidos pelo MP3



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

QUESTIONÁRIO – PESQUISA: PRÁTICAS EDUCATIVAS, MOVIMENTOS JUVENIS E ESTADO: a luta do Movimento Pela Paz na Periferia (MP3) no processo de implantação de políticas públicas de juventudes no Piauí (2000-2012)

APLICADO AOS JOVENS PARTICIPANTES: SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA EDUCATIVA DO MP3

1 Você faz curso de formação no MP3?

Sim Não Em caso afirmativo, qual curso? _____

2 Outras atividades você desenvolve neste movimento? _____

3 Sexo: Feminino Masculino

4 Estado Civil: Solteiro Casado Outros

5 Reside com quem: Pai/Mãe Companheiro/a Avós Amigos Tios
 Filhos Outras/os()

6 Sozinho Sim Não

7 Endereço Completo: _____

Bairro (se for São Pedro, quantos anos mora aqui): _____

_____ **CEP:** _____ **cidade:** _____

8 Situação de Moradia: Casa Própria Alugada Emprestada outros: _____

9 Faixa Etária: 15 -19 20-24 25-29 30-35 outras: _____

10 Data de Nascimento: ____/____/____ **Natural (cidade de nascimento):** _____

11 Sobre a Etnia e Raça, como você se considera? Negra/o Parda/o Branca/o
 Indígena/o Sem declaração

12 Seu Grau de Escolaridade)

Alfabetizado/a Não alfabetizado
 Ensino Fundamental Completo Ensino Fundamental Incompleto
 Ensino Médio Completo Ensino Médio Incompleto
 Ensino Superior Incompleto Ensino Superior Completo

- () Ensino Técnico () Ensino Tecnólogo
 () Especialização () Mestrado
 () Doutorado () Outros, qual? _____

13 Rede de Ensino/escola que estuda:

- () Pública Municipal () Pública Estadual () Pública Federal () Privada
 () Fundação () Filantrópica/comunitária

14 Você está estudando na escola regular atualmente?

- () Sim () Não Se negativa, responder as seguintes questões:

15 Em que série interrompeu? _____

16 Por quais motivos deixou de estudar? _____

17 Pretende voltar a estudar? () Sim () Não.

18 Como o MP3 incentiva seu retorno aos estudos? _____

19 Nível de escolaridade dos Pais:

- () Alfabetizado/a () Não alfabetizado
 () Ensino Fundamental Completo () Ensino Fundamental Incompleto
 () Ensino Médio Completo () Ensino Médio Incompleto
 () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo
 () Ensino Técnico () Ensino Tecnólogo
 () Especialização () Mestrado
 () Doutorado () Outros, qual? _____

20 Você tem algum outro curso de formação além do oferecido pelo MP3? () Sim () Não

21 Você recebe alguma bolsa de estudo pelo MP3? () Sim () Não

22 Você considera seu nível de participação nos cursos, atividades e ações educativas do MP3:

- () Ótima () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

23 Você considera sua relação com os professores e educadores do MP3

- () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssimo () Não existe

24 Sobre a metodologia dos professores/as (apresentação dos conteúdos, forma como desenvolve a aula, a avaliação, relação com alunos(as) você considera:

- () Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () Não existe

25 Você participa do planejamento das ações e das atividades educativas desenvolvidas pelo o MP3?

- () Sim () Não Se não, por quê? _____

26 Você já participou de algum encontro coletivo com a direção do MP3?

- () Sim () Não Se, não por quê? _____

27 Você já participou de encontros educativos (seminários, palestras, intercâmbios com outros movimentos, caminhadas, passeatas, festivais), além dos cursos profissionalizantes?

- () Sim () Não Se não, por quê? _____

28 Você participa de algum núcleo, coordenação, diretoria do MP3?

- () Sim () Não Se afirmativa, informar qual grupo? _____

29 Você participa de algum núcleo ou grupo (cultural, estudantil, religioso, comunitário, partidário, ambiental, rural, feminista, quilombola, afrocultural, outros), além do MP3?

Sim Não **Se afirmativa, informar qual grupo?** _____

30 Você já presenciou algum ato de violência física ou verbal dentro do MP3? Sim Não

31 Você já presenciou uso de drogas dentro do MP3(álcool, maconha, crack, outras drogas)?

Sim Não

32 Quais temáticas sociais são abordadas nas atividades internas do MP3?

Enumere de 1 a 5 pelo grau de importância

Emprego Juvenil Educação Sexualidade
 Combate às drogas Violência ou Mortalidade Juvenil Espaço de Lazer
 Preconceito Racial Violência contra a Mulher Mobilidade Urbana
 Profissionalização Outras: Qual? _____

33 Quais são as demandas sociais da juventude que o MP3 vem colocando em pauta na Sociedade?

Enumere de 1 a 5 pelo grau de conhecimento:

Emprego Juvenil Educação Sexualidade
 Combate às drogas Violência ou Mortalidade Juvenil Espaço de Lazer
 Preconceito Racial Violência contra a Mulher Mobilidade Urbana
 Profissionalização Outras: Qual? _____

34 Você acha que a parceria do Estado é fundamental para o desenvolvimento dos projetos sociais do MP3? Sim Não **Se afirmativa, por quê?** _____

35 Como você caracterizaria ou define essa parceria do MP3 com o Estado? _____

36 Você sabe informar que são os parceiros do MP3? _____

37 Sobre a condição de trabalho: Empregado/a Desempregado/a

Em caso afirmativo de emprego, qual a relação com mercado de trabalho:

Carteira assinada Contrato temporário Autônomo Outro: _____

38 Sobre a renda familiar mensal:

Menos de um salário 1 salário mínimo 2 salários mínimo 3 salários mínimo
 4 salários mínimo 5 salários mínimo Acima de 5 salários Outro: _____

39 Você acredita que os cursos de formação do MP3 são importantes para sua entrada no mercado de trabalho? Sim Não

40 Você conhece algum jovem ou pessoa que foi empregada com a mediação do MP3?

Sim Não

41 Caso esteja trabalhando, os cursos de formação promovidos pelo MP3 favorecem a você condições de boa convivência em seu ambiente de trabalho?

Amizades Colaboração Solidariedade Respeito

Por parte de quem? _____

43 No MP3 há processo de seleção interna para o mercado de trabalho? sim não

44 Em relação aos recursos didáticos e pedagógicos (apostilhas, textos, data show, estrutura de equipamentos, outros) **você considera suficientes para seu processo de formação profissional?**

sim não

45 As ações do MP3 contribuem para sua formação profissional? () sim () não

Se afirmativa, enumere de 1 a 5 o grau de importância:

- | | |
|--|--|
| () Para ingresso no mercado de trabalho | () Contribui para o crescimento pessoal |
| () Para uma boa convivência grupal | () Contribui para troca de experiências |
| () Para construção de valores positivos | () Para formação profissional e cidadã |
| () Contribui para ocupação do tempo livre | () Outros: _____ |

46 Os cursos e as atividades educativas oferecidas pelo MP3, em sua avaliação, são considerados:

- () Ótimas () Boas () Regulares () Ruins () Péssimas

47 Você considera as ações do MP3 importantes para o conjunto da sociedade?

- () Muita Importância () Regular Importância () Baixa Importância () Sem importância

48 Para você, as ações do MP3 vêm contribuindo para mudar a vida dos jovens? () Sim

() Não **Enumere de 1 a 5 o grau de contribuição:**

- | | |
|---------------------------------------|--|
| () Em relação à educação | () Em relação a inserção no mercado de trabalho |
| () Na relação familiar | () Em relação ao convívio na sociedade |
| () No enfrentamento ao uso de drogas | () Nas relações afetivas |
| () Na profissionalização dos jovens | () Outra: _____ |

49 Como sua família considera as ações e práticas educativas do MP3?

- () Muita Importância () Regular Importância () Baixa Importância () Sem Importância

50 Você considera as ações e práticas educativas do MP3 importante para sua vida?

- () Muita Importância () Regular Importância () Baixa Importância () Sem Importância

51 Como você considera a forma de atuação ou intervenção do MP3 na defesa dos direitos dos/as jovens da periferia?

- () Radical () Educativo () Insurgente () Conformista () Rebelde () Indiferente () Libertário () Outro, qual? _____

52 Para você o que significa/quais os sentidos expressam a marca: “Família MP3”?

Obrigada por contribuir com nossa pesquisa!

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Convênio do Projeto Cineperiferia entre Secretaria da Assistência e Cidadania (SASC) e Movimento Pela Paz Pela Periferia (MP3)

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC
Gabinete da Secretária

Fls. 03
SASC
CIDADANIA
PIAUI

TERMO DE CONVÊNIO N.º 005/2010

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS
DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
E CIDADANIA – SASC E O MOVIMENTO
PELA PAZ NA PERIFERIA – MP3, PARA OS
FINS ABAIXO ESPECIFICADOS:

Ref. Processo n.º 30.000.0458/10-SASC

Pelo presente Termo, de um lado, o ESTADO DO PIAUÍ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA, órgão da Administração Pública direta Estadual, com sede na Rua Acre, 340, Cabral, em Teresina (PI), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.579.079/0001-21, doravante denominada SASC ou CONVENIENTE, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Secretária, GILVANA NOBRE RODRIGUES GAYOSO FREITAS, brasileira, casada, assistente social, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 720.606-SSP-PI, CPF n.º 398.771.591-04, residente e domiciliada na Av. Dom Severino, 4375, Morada do Sol, nesta Capital, e do outro lado, O Movimento Pela Paz na Periferia – MP3, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sediada na Av. Valter Alencar, 762, São Pedro, em Teresina (PI), inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.019.692/0001-69, doravante denominada MP3 ou CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, FRANCISCO CHAGAS DO NASCIMENTO JUNIOR, brasileiro, casado, licenciado em história, portador da cédula de identidade Rg n.º 1.040.101 – SSP-PI, CPF n.º 398.059.303 – 78, residente e domiciliado na Av. Gil Martins, 151, São Pedro, em Teresina (PI), celebram entre si o presente Convênio, com respaldo no art. 116 e demais disposições aplicáveis da Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a manutenção o Projeto "Cineperiferia", que visa a promover a inclusão de jovens da periferia em situação de risco, integrantes de gangues e demais excluídos sociais, temáticas relacionados aos filmes exibidos, tudo com o intuito de resgatar valores, melhorando a convivência deste público-alvo com a sociedade de um modo geral.

Além da realização de 04 (quatro) oficinas para roteiristas, cinegrafistas, procuradores e atores e atrizes nas comunidades da Vila Mariana, Inferninho e São Pedro. Serão formadas 10 (dez) alunos para cada oficina, sendo 40 (quarenta) alunos por comunidade.

Francisco Chagas do Nascimento



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Para consecução dos objetivos previstos na cláusula primeira, serão repassados pela SASC os recursos no valor total de **R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)**, à conveniada.

Parágrafo único: o repasse referido acima será feito em 8 (oito) parcelas, no igual valor de R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais), sendo que a primeira delas, bem como as demais, ocorrerá no dia 26 de cada mês, até totalizar o valor disposto no caput desta cláusula.

CLAÚSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

I – Compete à Convenente:

1. Repassar à Conveniada os recursos necessários à execução do presente Convênio, na forma prevista na cláusula segunda;
2. Prestar apoio técnico necessário ou quando solicitado pela conveniada à execução do projeto;
3. Fornecer, quando necessário, as instruções e normas específicas para prestação de contas dos recursos repassados;
4. Acompanhar, quando necessário, a execução das atividades do conveniado;
5. Receber e analisar as prestações de contas, com observância da Instrução Normativa STN n.º 001/2009 de Outubro de 2009 e demais regulamentações pertinentes, observado o disposto na cláusula quinta deste Convênio;
6. Supervisionar o fiel cumprimento do objeto proposto.

II – Compete à Conveniada:

1. Executar, diretamente o objeto deste convênio;
2. Realizar as despesas necessárias à consecução dos objetivos do Convênio de acordo com a legislação pertinente, notadamente a pesquisa de preços;
3. Abrir uma conta corrente específica e exclusivamente para movimentar os recursos deste Convênio;
4. realizar todos os pagamentos que se fizeram necessários, cheque nominal a pessoa física jurídica, ressalvadas as de pequeno valor, assim consideradas aquelas até R\$ 500,00 (quinhentos reais)
5. Aplicar os recursos de que trata a cláusula segunda, exclusivamente na execução do objeto deste Convênio, conforme o respectivo projeto;
6. Prestar contas à Convenente, mensalmente e observado o disposto na cláusula quinta deste Convênio;

[Handwritten signatures and initials]

7. Requisitar à SASC, a qualquer tempo, todas as orientações e informações que se fizerem necessárias à execução e/ou prestação de contas do presente Convênio.
8. Manter durante todo o prazo de execução do convênio, as mesmas condições de habilitação, regularidade fiscal e jurídica, e de qualificação exigidas quando do ato de celebração do ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para o repasse disposto na Cláusula Segunda correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- I – Unidade Orçamentária: 300101
- II – Elemento de despesa: 3350-39
- III – Fonte de recursos: 12 – Rec. Diretamente Arrecadado/SEAD/Consignação Folha de Pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Conveniada prestará contas mensalmente até o 15.º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente a cada repasse, condicionada a liberação de cada parcela à prestação de contas do mês anterior, junto à Unidade Administrativa e Financeira da SASC, juntando a documentação comprobatória relativa à utilização dos recursos, devendo apresentar notas fiscais, comprovantes de pagamento, recibos, ou quaisquer outros documentos que se prestem a este fim.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2010 a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas situações legais mediante aditivo, desde que subsistam razões que o justifiquem, condicionado sempre à conveniência e oportunidade da Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Este convênio poderá ser rescindido, por qualquer das partes, mediante aviso prévio, por escrito, a qualquer tempo, na hipótese de descumprimento de qualquer das cláusulas ora ajustadas, podendo as partes conveniadas responderem por eventuais perdas e danos.

Parágrafo Primeiro – O presente convênio poderá ainda ser rescindido, por conveniência ou interesse da Administração Pública, podendo fazê-lo no todo ou em parte e, a qualquer tempo, devendo a notificação especificar os termos e data em que tal rescisão produzirá os seus efeitos legais.

[Assinaturas manuscritas]

Parágrafo Segundo – Na hipótese de operar-se a rescisão do presente Convênio, os recursos financeiros repassados deverão ser reembolsados à entidade Convenente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

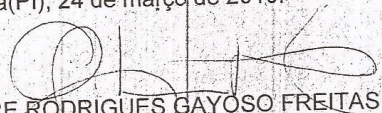
Os casos omissos no presente Termo serão apreciados e resolvidos pela Convenente.

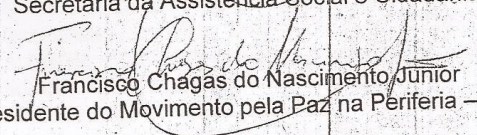
CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, como o competente para dirimir qualquer situação decorrente direta ou indiretamente do presente Termo de Convênio e desde que não possa ser solucionados pelas próprias partes.

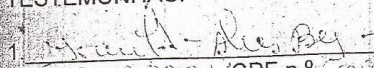
E, por estarem assim acordados, firmam o presente Termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim legal, na presença das duas testemunhas ao final assinadas, para assim produzir seus efeitos.

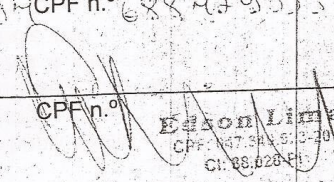
Teresina(PI), 24 de março de 2010.


GILVANA NOBRE RODRIGUES GAYOSO FREITAS
Secretária da Assistência Social e Cidadania


Francisco Chagas do Nascimento Júnior
Presidente do Movimento pela Paz na Periferia – MP3

TESTEMUNHAS:

1. 
RG n.º 1293994 CPF n.º 688.479.533-34

2. 
RG n.º _____ CPF n.º _____
Edson Lima
CPF: 147.344.512-20
CI: 08.020 PI

ANEXO B – Projeto Cineperiferia

PROJETO



APRESENTAÇÃO

O Movimento Pela Paz na Periferia é uma entidade de cunho sociocultural, sem fins lucrativos, que realiza ações voltadas para a melhoria na qualidade de vida do povo da periferia de Teresina. Desenvolvendo a cultura, a arte e o esporte, procura envolver as crianças, os jovens e adultos nas atividades, sempre priorizando ações educativas e preventivas contra o uso de drogas e contra a criminalidade, objetivando combater a violência disseminada entre essa juventude.

Atualmente existe em nossa capital cerca de quinhentas gangues que promovem a violência, narcotráfico e crimes violentos que assustam toda a sociedade. Nesse sentido, o Movimento Pela Paz na Periferia tenta resgatar jovens que integram gangues, já tendo recuperado alguns que integraram gangues e que hoje estão envolvidos pelos projetos do grupo, de tal maneira que se tornaram peças fundamentais para as inserções do movimento dentro das comunidades mais carentes com o intuito de preservar a paz.

O Movimento Pela Paz na Periferia, como movimento organizado segue a linha que se identifica com o estilo hip hop, desenvolvendo uma cultura que congrega rappers, dj's, b. Boys, b. Girls, dançarinos de smurfdance, grafiteiros, skatistas, praticantes de cross e uma juventude simpatizante que participa ativamente das atividades e da elaboração dos projetos. Essas pessoas já compreenderam a importância de se comprometer com a situação da povo da periferia, até porque, essa situação afeta, direta ou indiretamente, todos nós. A entidade, com a colaboração de todas essas pessoas, e muitas outras, luta para criar um canal alternativo para livrar a juventude da periferia da marginalidade.

JUSTIFICATIVA

A dura realidade da periferia de Teresina nos causa uma indignação muito forte. Famílias destruídas, meninos e meninas prostituídos diariamente, jovens integrando gangues, a juventude promovendo o narcotráfico. A maioria desses exemplos estão envolvidos com drogas e criminalidade. Abandonam suas casas, ou quase isso, e vão sobreviver nas ruas da cidade, praticando assaltos e outros delitos. É uma situação bastante preocupante, mas que não tem sido priorizada pela sociedade.

Diante dos fatos atuais referentes a violência que são documentados diariamente em vários meios de comunicação, não se pode afirmar que essa questão é problema da polícia. Vários organismos compreendem esse tema e já direcionam suas ações para o combate da violência, seja através de campanhas, de projetos, ações voluntárias, etc.

O Movimento Pela Paz na Periferia tenta realizar sua parte de várias maneiras. Para tanto, busca a colaboração de vários setores da sociedade, como setor empresarial, a igreja, pessoa individualmente, que através de suas doações, também são participantes desse processo. Mas, mesmo com poucos recursos, o movimento não deixa de estar periodicamente na periferia executando projetos para envolver as comunidades com a cultura, a arte, a música, o cinema, enfim todas as ações que a entidade realiza para alcançar seus objetivos.

OBJETIVOS

1.1. Geral

Socializar informações culturais, por meio de sessões cinematográficas itinerantes e palestras temáticas relacionadas com os conteúdos dos filmes exibidos, nas comunidades carentes do município de Teresina, tendo os excluídos sociais como beneficiários, em obediência a um cronograma previamente elaborado.

1.2. Específicos

1.2.1 - Possibilitar a difusão de informações culturais sobre assuntos de interesse dos excluídos sociais, por meio de sessões cinematográficas que tenham como conteúdo:

- a biografia de personalidades da história do povo negro;
- manifestações culturais que ocorrem nos espaços marginalizados;
- formação política;
- educação ambiental;
- direitos humanos;

- saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;
- educação contra as drogas.

1.2.2 - Despertar nos integrantes das comunidades carentes o interesse pela socialização dos conhecimentos necessários a formação da cidadania, através de palestras temáticas relacionadas com os conteúdos dos filmes exibidos.

1.2.3 – Realizar cursos para a formação de roteiristas e operadores de câmeras.

2. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

Aquisição de um projetor cinematográfico e de um telão para projeção, em modelos definidos pela equipe técnica que prestar consultoria à direção do Movimento Pela Paz na Periferia – MP³. Escolha e definição dos filmes, preferencialmente brasileiros, que serão exibidos, sob a responsabilidade da direção do Movimento Pela Paz na Periferia – MP³, de forma que seja assegurado o cumprimento dos objetivos específicos deste projeto.

Aquisição periódica trimestral de 10 (dez) filmes, dentre os previamente selecionados, para constituírem o acervo cinematográfico do projeto. Contratação de artista gráfico para elaboração do cartaz-padrão de divulgação do projeto, que deverá ter espaços reservados para:

- a) inclusão do título do filme a ser projetado;
- b) o local, a data e o horário da sessão cinematográfica.
- c) Impressão do cartaz-padrão de divulgação do projeto.
- d) Divulgação massiva do projeto com a fixação do cartaz-padrão em cada comunidade carente beneficiária.
- e) Realização de sessões cinematográficas, periódicas e gratuitas, em espaços públicos, nas comunidades carentes do município de Teresina, nas zonas urbana e rural, em obediência a um cronograma previamente elaborado para execução dessas atividades.
- f) Realização periódica de cursos para a formação de roteiristas e operadores de câmeras, destinados ao público-alvo do Projeto Cineperiferia.

A direção do Movimento Pela Paz na Periferia – MP³ trimestralmente identificará e selecionará 10 (dez) filmes, que serão adquiridos para exibição nas comunidades carentes beneficiárias do Projeto Cineperiferia, e viabilizará a realização de dez palestras temáticas relacionadas com os conteúdos dos filmes previamente selecionados para exibição.

A direção do Movimento Pela Paz na Periferia – MP³, periodicamente, identificará comunidades do município de Teresina, compreendendo zona urbana e na zona rural, que serão beneficiárias do Projeto Cineperiferia.

O Movimento Pela Paz na Periferia – MP³ será a entidade responsável pela execução e supervisão das atividades do Projeto Cineperiferia.

QUADRO-SÍNTESE DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO DO PROJETO

CINEPERIFERIA		
Projeto de Formação Cultural para Excluídos Sociais		
Município de Teresina	Comunidade	
ZONA URBANA	1 - Vila Nova Parnaíba	
	2 - Vila Santa Cruz	
	3 - Vila São José	
	4 - Vila Paraíso	
	5 - Vila Caic	
	6 - Vila Mariana	
	7 - Vila Tiradentes	
	8 - Vila São Francisco Sul	
	9 - Vila Irmã Dulce	
	10 - Vila Angelica	
	11 - Vila Afegão	
	12 - Angelim	
	13 - Cerâmica Cil	
	14 - Mafrense	
	15 - Poti Velho	
	16 - São Joaquim	
	17 - Vila Apolônia	
	18 - Santa Maria da Codipi	
	19 - Vila Bagda	
	20 - Vila Coronel Carlos Falcão	
ZONA RURAL	1 - Salobro	
	2 - Nazária	
	3 - Soinho	
	4 - Tapuias	
	5 - Cacimba Velha	
	6 - Nova Cajaíba	
	7 - Santa Teresa	
	8 - Taboca do Pau Ferrado	
	9 - Alegria	
	10 - Campestre	

RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO E SUPERVISÃO DO PROJETO

A execução e a supervisão do Projeto Cineperiferia são responsabilidades exclusivas do Movimento Pela Paz na Periferia – MP3, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 07.019.692/0001-69**, localizado na **Av. Valter Alencar nº 762, Bairro São Pedro, Teresina, Piauí, Brasil, CEP: 64019-625, Fone: (86) 9995-2048 ou (86) 218-5097.**

ORÇAMENTO: Cine Periferia

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	Vr. UNIT.	TOTAL/MÊS	TOTAL/ANO
01	Combustível p/ Kombi	420L / mês	2,35	987,00	11.844,00
02	Monitores	4 / mês	350,00	1.400,00	16.800,00
03	Aquisição DVD's	10 / mês	50,00	500,00	6.000,00
04	Manutenção	-	-	1.000,00	12.000,00
TOTAL					46.644,00